



INSTITUTO FEDERAL
Paraíba

Campus
João Pessoa

**INSTITUTO FEDERAL DA PARAÍBA
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA, INOVAÇÃO E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
– PROFEPT
MESTRADO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA**

MARIA DAYANNE DE SOUSA CABRAL PAULINO

**PERCEPÇÃO DA EQUIPE MULTIDISCIPLINAR DO IFPB - CAMPUS
ITAPORANGA ACERCA DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA
ESTUDANTIL**

**JOÃO PESSOA – PB
2026**

MARIA DAYANNE DE SOUSA CABRAL PAULINO

**PERCEPÇÃO DA EQUIPE MULTIDISCIPLINAR DO IFPB-CAMPUS
ITAPORANGA ACERCA DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA
ESTUDANTIL**



Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT), do Instituto Federal da Paraíba (IFPB), como requisito parcial para a obtenção do grau de mestre.

Orientador/a: Prof./a. Dr./a Italan Carneiro Bezerra

**JOÃO PESSOA – PB
2026**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Biblioteca Nilo Peçanha - *Campus* João Pessoa, PB.

P328p Paulino, Maria Dayanne de Sousa Cabral.

Percepção da equipe multidisciplinar do IFPB – *campus*
Itaporanga acerca da política de assistência estudantil / Maria
Dayanne de Sousa Cabral Paulino. – 2026.

146 f. : il.

Inclui o Produto educacional cujo título é: Meu lugar na
assistência estudantil.

Dissertação (Mestrado – Educação Profissional e Tecnológica)
- Instituto Federal de Educação da Paraíba / Programa de Pós-Gra-
duação em Educação Profissional e Tecnológica (PROFEPT),
2026.

Orientação : Profº Dr. Italan Carneiro Bezerra.

1. Assistência estudantil. 2. IFPB. 3. Educação profissional e
Tecnológica - EPT. I. Título.

CDU 364-787.7:377(043)

Elaboração: Lucrecia Camilo de Lima, Bibliotecária – CRB 15/132

MARIA DAYANNE DE SOUSA CABRAL PAULINO

**PERCEPÇÃO DA EQUIPE MULTIDISCIPLINAR DO IFPB - CAMPUS ITAPORANGA ACERCA DA
POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL**

DISSERTAÇÃO submetida ao Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica (ProEPT), do Instituto Federal da Paraíba (IFPB), linha de pesquisa: "Organização e Memórias de Espaços Pedagógicos na Educação Profissional e Tecnológica (EPT)", em cumprimento aos requisitos institucionais para a obtenção do Título de **MESTRA**.

Aprovado em 30 de dezembro de 2025.

Banca Examinadora

Documento assinado digitalmente
 ITALAN CARNEIRO BEZERRA
Data: 26/12/2025 11:24:52 -0300
Verifique em <https://validar.du.gov.br>

Prof. Dr. Italan Carneiro Bezerra
Instituto Federal da Paraíba (IFPB)
Orientador

Documento assinado digitalmente
 PAULO HENRIQUE MARQUES DE QUEIROZ GUEDES
Data: 27/12/2025 14:05:40 -0300
Verifique em <https://validar.du.gov.br>

Prof. Dr. Paulo Henrique Marques de Queiroz Guedes
Instituto Federal da Paraíba (IFPB)
Examinador interno

Documento assinado digitalmente
 ROBERTA MENEZES SOUSA
Data: 26/12/2025 14:58:45 -0300
Verifique em <https://validar.du.gov.br>

Profa. Dra. Roberta Menezes Sousa
Instituto Federal do Ceará (IFCE)
Examinadora Externa

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo geral analisar a percepção da equipe multidisciplinar do Instituto Federal da Paraíba - IFPB, campus Itaporanga, acerca da Política de Assistência Estudantil. Tem como objetivos específicos identificar como a equipe multiprofissional atuante na Política de Assistência Estudantil do campus Itaporanga compreende esta política, os principais desafios enfrentados na implementação, bem como identificar as potencialidades da política percebidas no campus. O produto educacional vinculado a este trabalho trata-se de um minicurso de formação para a equipe multidisciplinar atuante da Educação Profissional e Tecnológica-EPT que abordará as temáticas e discussões que serão construídas ao longo desta pesquisa, tais como a educação profissional e tecnológica com vistas à formação integral e emancipação humana, a assistência estudantil enquanto direito, e por fim, apresentar os resultados obtidos na pesquisa. Para o desenvolvimento da pesquisa, foi realizada uma pesquisa de campo através da realização de entrevista semi-estruturada com 7 profissionais atuantes na Política de Assistência Estudantil do IFPB, do respectivo campus. Como metodologia para a análise dos dados obtidos, utilizou-se o Método de Análise de Conteúdo de Bardin (2016), que através da técnica de análise categorial, definiu-se três categorias analíticas principais para o desenvolvimento da discussão dos dados obtidos, a saber: 1) Compreensão da Política de Assistência Estudantil; 2) Desafios na sua implementação e 3) Potencialidades percebidas. Como principais resultados, identificaram-se diferentes compreensões acerca da Política de Assistência Estudantil (AE), que variam entre perspectivas assistencialistas, que a reduzem à concessão de auxílios financeiros, e compreensões que a reconhecem enquanto direito e estratégia de permanência estudantil. Entre os principais desafios para sua implementação destacam-se a insuficiência de recursos financeiros, o quadro funcional reduzido e limitações de infraestrutura. Por outro lado, foram identificadas potencialidades relacionadas às ações desenvolvidas pela assistência estudantil, como atendimentos, acolhimento e atividades coletivas, bem como às características da equipe multidisciplinar, marcadas por empatia, compromisso e colaboração, ainda que tais aspectos também evidenciem limites relacionados às condições objetivas de trabalho.

Palavras-chave: Assistência Estudantil; IFPB; Educação Profissional e Tecnológica-EPT.

ABSTRACT

This work aims to analyze the perception of the multidisciplinary team at the Instituto Federal da Paraíba - IFPB, Itaporanga campus, regarding the Student Assistance Policy. Its specific objectives are to identify how the multidisciplinary team working on the Student Assistance Policy at the Itaporanga campus understands this policy, the main challenges faced in its implementation, and to identify the policy's potential as perceived on campus. The educational product linked to this work is a training mini-course for the multidisciplinary team working in Professional and Technological Education (EPT), which will address the themes and discussions that will be developed throughout this research, such as professional and technological education with a view to integral formation and human emancipation, student assistance as a right, and finally, to present the results obtained in the research. For the development of the research, field research was conducted through semi-structured interviews with 7 professionals working in the Student Assistance Policy at the IFPB campus. As a methodology for analyzing the data obtained, Bardin's (2016) Content Analysis Method was used, employing the categorical analysis technique to define three main analytical categories for the discussion of the data obtained, namely: 1) Understanding of the Student Assistance Policy; 2) Challenges in its implementation; and 3) Perceived potential. The main results identified different understandings of the Student Assistance Policy, ranging from welfare-oriented perspectives, which restricted it to the granting of financial aid, to understandings that considered it a right and a student supervision strategy. Among the main challenges to its implementation, the insufficiency of financial resources, the limited staff, and infrastructure limitations stand out. On the other hand, potential was identified in relation to the actions developed by student assistance, such as services, welcoming and collective activities, as well as the characteristics of the multidisciplinary team, marked by empathy, commitment and collaboration, even though these aspects also show limitations related to the objective working conditions.

Keywords: Student Assistance; IFPB; Professional and Technological Education (EPT).

A **Deus**, meu Senhor e Salvador!
Porque dEle, por meio Ele e para Ele são todas as coisas!

À **minha família**, que tem sido minha
fonte de motivação, cuidado e amor diário!
Dedico.

AGRADECIMENTOS

- *Quem estará nas trincheiras ao teu lado?*
- *E isso importa?*
- *Mais do que a própria guerra.*”
Ernest Hemingway

O encerramento deste ciclo representa muito mais do que a conclusão de uma etapa acadêmica. Simboliza a realização de um sonho que encontrava-se guardado há anos e que por pouco não foi sufocado no caminho pelas condições objetivas vivenciadas por mim. Nunca imaginei que encarar a dupla jornada de estudante e servidora pública me custasse tanto!

O cansaço e a ansiedade agora abrem espaço para a gratidão. Agradeço primeiramente a Deus, por me permitir sonhar e realizar, pela força vindo do alto que me fez superar cada obstáculo.

À minha família amada, Maria José, Damião, Danilo e Diogo, minha mais profunda gratidão pelo apoio incondicional, pelo incentivo e pela compreensão nunca questionadora diante das ausências e das renúncias exigidas por este processo. Vocês são o meu alicerce e inspiração!

Ao meu amado esposo, de maneira muito especial, por ter assumido todas as responsabilidades possíveis e imagináveis para que eu conseguisse concluir essa etapa. Pelo seu cuidado diário, compreensão e amor provado em atitudes. A você, Bruno, o meu amor!

Agradeço ao meu orientador Prof. Italan Carneiro Bezerra pela sabedoria e serenidade com que conduziu neste trabalho, e que me deram também a tranquilidade necessária para prosseguir. Aos professores Paulo Henrique Marques e Roberta Menezes Sousa, por terem aceitado o convite para compor as bancas pelas quais passaram este trabalho, pelas valiosas contribuições e por terem embarcado nesse sonho comigo. À querida Sarah Tavares Cortês, pelos conselhos, indicações e todo o acolhimento dado a mim. Você foi fundamental.

Por fim, agradeço aos amigos pela compreensão das ausências e pelo incentivo. Aos meus companheiros de trabalho pelo apoio, ao Programa de Incentivo à Qualificação do IFPB - PIQIFPB pelo incentivo e aos queridos que o ProfEPT me apresentou pela vivência e afeto.

Agradeço!

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 - Imagens do primeiro momento de aplicação do PE.....	25
FIGURA 2 - Imagens do segundo momento de aplicação do PE.....	26
FIGURA 3 - Parecer Final da Equipe Multidisciplinar – Avaliadores do PE.....	32
FIGURA 4 - Fluxograma de Capanema.....	42
FIGURA 5 - Presença no país das instituições que compõem a Rede Federal de Educação Profissional Científica e Tecnológica e seus respectivos campi, no ano de 2024.....	63
FIGURA 6 - Área de Abrangência do Instituto Federal da Paraíba.....	66
FIGURA 7 - Região polarizada pelo município de Itaporanga-PB.....	77
FIGURA 8 - Organograma do campus Itaporanga.....	79

LISTA DE QUADROS

Quadro 01 - Programas elencados na Política de Assistência Estudantil do IFPB.....	69
Quadro 02 - Atribuições dos profissionais que compõem a equipe interdisciplinar da AE do IFPB.....	72
Quadro 03 - Quantidade de Estudantes Matriculados em 2025 - Campus Itaporanga.....	78
Quadro 04 - Perfil profissional dos participantes da pesquisa.....	83
Quadro 05 - Categorias Analíticas.....	84
Quadro 06 - Categoria “Compreensão da Política de Assistência Estudantil” e seus temas...	85
Quadro 07 - Categoria “Desafios na sua implementação” e seus temas.....	97
Quadro 08 - Categoria “Potencialidade Percebidas” e seu temas.....	111

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Resultado da afirmativa 1 da Ficha Avaliativa do PE	28
Gráfico 2 – Resultado da afirmativa 2 da Ficha Avaliativa do PE	28
Gráfico 3 – Resultado da afirmativa 3 da Ficha Avaliativa do PE	29
Gráfico 4 – Resultado da afirmativa 4 da Ficha Avaliativa do PE	29
Gráfico 5 – Resultado da afirmativa 5 da Ficha Avaliativa do PE	30
Gráfico 6 – Resultado da afirmativa 6 da Ficha Avaliativa do PE	30
Gráfico 7 – Resultado da afirmativa 7 da Ficha Avaliativa do PE	31
Gráfico 8 – Resultado da afirmativa 8 da Ficha Avaliativa do PE	31
Gráfico 9 – Resultado da afirmativa 9 da Ficha Avaliativa do PE	32

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AE: Assistência Estudantil
ANDIFES: Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior
CAPES: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CAEST: Coordenação de Assistência Estudantil
CC: Coordenação de Curso
CCA: Coordenação de Controle Acadêmico
CE: Coordenação de Estágio
CDDE: Coordenação de Desenvolvimento do Ensino
CEFET-RJ: Centros Federais de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca
CEFET-MG: Centros Federais de Educação Tecnológica de Minas Gerais
CEP: Comitê de Ética em Pesquisa
CLAI: Coordenação Local de Acessibilidade e Inclusão
CNS: Conselho Nacional de Saúde
COPED: Coordenação de Desenvolvimento do Ensino
CPAS: Coordenação de Promoção e Atenção à Saúde
DAPF: Direção de Administração, Planejamento e Finanças
DDE: Diretoria de Desenvolvimento do Ensino
EAA: Escolas de Aprendizes Artífices
EPT: Educação Profissional e Tecnológica
ETF: Escolas Técnicas Federais
FMI: Fundo Monetário Internacional
FONAPRACE: Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis
IFPB: Instituto Federal da Paraíba
IFES: Instituições Federais de Ensino Superior
INCLUIR: Programa Incluir de Acessibilidade na Educação
IVS: Índice de Vulnerabilidade Social
LDB: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
LIBRAS: Língua Brasileira de Sinais
MEC: Ministério da Educação
NAPS: Núcleo de Acompanhamento Psicossocial
NUCA: Núcleo de Combate ao Assédio
NEABI: Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas
ONU: Organização das Nações Unidas
PAE: Programa de Assistência Estudantil
PAB: Programa de Acolhimento nas Bibliotecas
PAS: Programa de Atenção à Saúde Mental dos Estudantes
PASES: Programa de Alimentação Saudável na Educação Superior
PAPE: Programa de Apoio à Permanência do Estudante
PATE: Programa de Apoio ao Transporte do Estudante
PBP: Programa de Bolsa Permanência
PDF: Portable Document Format
PE: Produto Educacional
PEC-G: Programa de Estudantes-Convênio de Graduação
PEM: Programa Estudantil de Moradia
PNAD: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua
PNAE: Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE
PNAES: Política Nacional de Assistência Estudantil
PNAS: Política Nacional de Assistência Social

PNE: Plano Nacional de Educação
PROFEPT: Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica
Promisaes: Programa Milton Santos de Acesso ao Ensino Superior
PROPEPE: Programa de Permanência Parental na Educação
RU: Restaurantes Universitário
SENCE: Secretaria Nacional de Casas de Estudantes
SISAN: Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
UNE: União Nacional dos Estudantes
UTFPR: Universidade Tecnológica Federal do Paraná
RFEPCT: Rede Federal de Educação Profissional Científica e Tecnológica

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	15
2	METODOLOGIA DA PESQUISA.....	19
2.1	CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA.....	19
2.2	UNIVERSO, AMOSTRAGEM E AMOSTRA.....	20
2.3	INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS.....	21
2.4	METODOLOGIA DE ANÁLISE DE DADOS.....	22
2.5	PRODUTO EDUCACIONAL (PE): DO PLANEJAMENTO À AÇÃO NO ENSINO.....	23
2.5.1	Avaliação e Validação do Produto Educacional.....	27
3	FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	34
3.1	CONCEITOS IMPORTANTES PARA A DISCUSSÃO.....	34
3.1.1	A educação que defendemos.....	34
3.1.2	Sobre Políticas Públicas.....	35
3.1.3	Políticas Públicas Educacionais.....	36
3.2	PERCURSO HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA NO BRASIL: DAS ESCOLAS DE APRENDIZES ARTÍFICES - EAAs AOS INSTITUTOS FEDERAIS - IF'S.....	37
3.3	EVOLUÇÃO NORMATIVA DA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL: DO PROGRAMA À POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL - PNAES (2007 - 2024)	46
4	O IFPB - CAMPUS ITAPORANGA ENQUANTO CAMPO DA PESQUISA: UM ESTUDO DE CASO.....	62
4.1	A REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA.....	62
4.2	O INSTITUTO FEDERAL DA PARAÍBA - IFPB.....	64
4.3	A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NO IFPB.....	66
4.4	O IFPB - CAMPUS ITAPORANGA.....	76
4.4.1	O município de Itaporanga.....	76
4.4.2	Síntese histórica do campus.....	77
4.4.3	Organização administrativa.....	78
4.4.4	A equipe multidisciplinar.....	79
4.4.5	A Assistência Estudantil do Campus Itaporanga.....	80
5	DISCUSSÃO E ANÁLISE DOS DADOS.....	82
5.1	PERFIL DOS PARTICIPANTES E DEFINIÇÃO DAS CATEGORIAS ANALÍTICAS.....	82
5.2	COMPREENSÃO DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL - CATEGORIA ANALÍTICA 1.....	84
5.2.1	Compreensão Assistencialista.....	85
5.2.2	Compreensão da AE enquanto Direito.....	94
5.3	DESAFIOS NA SUA IMPLEMENTAÇÃO - CATEGORIA ANALÍTICA 2.....	97
5.3.1	Insuficiência de Recursos Financeiros.....	98
5.3.2	Insuficiência no Quadro Funcional.....	103
5.3.3	Desafios de Infraestrutura.....	107

5.4	POTENCIALIDADES PERCEBIDAS - CATEGORIA ANALÍTICA 3.....	110
5.4.1	Ações Desenvolvidas.....	111
5.4.2	Características da Equipe Multidisciplinar.....	115
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	118
	REFERÊNCIAS.....	122
	ANEXOS.....	131
	ANEXO I – PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP.....	131
	APÊNDICES.....	137
	APÊNDICE I – ROTEIRO DE ENTREVISTA SOBRE A PERCEPÇÃO DA EQUIPE MULTIDISCIPLINAR ACERCA DA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL.....	137
	APÊNDICE II - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE ESCLARECIDO - TCLE.....	140
	APÊNDICE III – ROTEIRO DE QUESTIONÁRIO DE AVALIAÇÃO DE PE: “MEU LUGAR NA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL”	144

1 INTRODUÇÃO

Este capítulo tem como objetivo apresentar a contextualização das discussões, a justificativa para o desenvolvimento da pesquisa, a questão de pesquisa que norteia o trabalho, a hipótese e os objetivos a serem alcançados.

Ao longo do tempo, como resposta às expressões da questão social e em consonância com as lutas protagonizadas pelos movimentos sociais, consolidam-se as políticas sociais. No cenário contemporâneo, marcado pela mundialização do capital e pela hegemonia do Estado de perfil neoliberal, essas políticas assumem características como a focalização, a descentralização e o desfinanciamento, conforme aponta Iamamoto (2009).

Reforçando essa perspectiva, Souza e Machado (2022, p. 484) destacam que “a entrada do Estado no cenário do reconhecimento dos direitos sociais e políticos propicia o surgimento das políticas sociais, tidas como ‘respostas e formas de enfrentamento’ às expressões da ‘questão social’”. Tais políticas, ainda que se proponham como instrumentos de enfrentamento das desigualdades, são ofertadas por um Estado que, historicamente, opera sob os interesses da classe dominante e se orienta pela preservação da ordem social vigente.

Nesse sentido, Almeida (2016) adverte que as políticas sociais, ao serem desenvolvidas sob essa lógica, podem reforçar o ideário capitalista, contribuindo para a redução e restrição de direitos, o que impacta diretamente a vida dos sujeitos, a oferta de serviços públicos e o funcionamento de instituições como a escola.

Mészáros (2008, p. 11), ao analisar a realidade educacional, observa que o processo de exclusão não se dá apenas pelo impedimento ao acesso escolar, mas também, e cada vez mais, no interior da própria escola, por meio de seus mecanismos e estruturas. Para o autor, “o deslocamento do processo de exclusão educacional não se dá mais principalmente na questão do acesso à escola, mas sim dentro dela, por meio das instituições da educação formal”.

O interesse pela temática surge, portanto, através da vivência da pesquisadora enquanto profissional de serviço social de um campus do Instituto Federal da Paraíba, e por fazer parte da equipe multidisciplinar que atua na Política de Assistência Estudantil no campus.

Ao lidar cotidianamente em seu fazer profissional com as mais diversas refrações da questão social no contexto escolar e os seus rebatimentos no processo de ensino-aprendizagem, a pesquisadora compreende a relevância que a Política de Assistência Estudantil possui enquanto resposta do Estado às necessidade sociais de estudantes em situação de vulnerabilidade social e econômica e que repercute diretamente na sua

permanência na instituição. Sobre os impactos do contexto econômico e social dos estudantes em sua vida escolar, Martins (2015, p. 224) endossa que “[...] ao ampliar o acesso da classe popular ao universo escolar, as expressões da questão social são expostas com maior evidência nesse espaço e interferem sobremaneira na condição de permanência e sucesso desses estudantes”.

Compreende-se, portanto, que o acesso à educação perpassa o contexto socioeconômico, histórico e cultural em que os estudantes e suas famílias estão inseridos e que os desafios institucionais frente a permanência e êxito estudantil estão para além dos processos meramente avaliativos e quantificados que fazem do estudante aprovado ou reprovado.

Nesse sentido, Martins (2015) chama a atenção para a compreensão de que

É preciso decodificar as marcas de abandono, subalternidade, trazidas pelas crianças, adolescentes e suas famílias, que revelam a condição de classe social à qual pertencem e que são desvalorizados por não estarem condizentes com o “padrão” da sociedade burguesa, muitas vezes imposto pela escola.

Dessa forma, o fracasso e a evasão escolar são focados nos indivíduos (estudantes/famílias) justificando a falta de mérito para atingir o sucesso escolar, culpabilizando-os por todas as dificuldades que enfrentam na trajetória de vida social e, especialmente, escolar (MARTINS, 2015, p. 225)

Dessa forma, torna-se indispensável refletir sobre a questão social no campo educacional, particularmente na educação profissional e tecnológica, entendendo esse espaço como parte integrante da sociedade e, portanto, atravessado pelas desigualdades estruturais do capitalismo. Essa compreensão é essencial para analisar as políticas sociais implementadas nesse contexto, entre elas a Política de Assistência Estudantil.

Compreendia como um dos principais instrumentos de democratização do acesso, permanência e êxito dos estudantes na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, a Política de Assistência Estudantil, busca garantir condições mínimas para que estudantes em situação de vulnerabilidade social possam permanecer nas instituições e concluir seus cursos, buscando reduzir os impactos causados pela desigualdade social e promover a equidade no acesso à educação.

No Instituto Federal da Paraíba (IFPB), a Política de Assistência Estudantil é desenvolvida por meio de ações articuladas entre diferentes setores institucionais, tendo na equipe multiprofissional, formada por assistentes sociais, psicólogos, pedagogos, técnico em assuntos educacionais, entre outros, um dos pilares de sustentação dessa política. Esses

profissionais atuam diretamente no acompanhamento das trajetórias estudantis, no atendimento às demandas psicossociais e pedagógicas, bem como na proposição de estratégias de apoio à permanência dos discentes.

Contudo, a implementação dessa política enfrenta diversos desafios, que vão desde limitações estruturais e orçamentárias até questões relacionadas à articulação institucional e ao reconhecimento do papel estratégico da equipe multiprofissional. Nesse cenário, compreender como esses profissionais percebem a política, como a vivenciam no cotidiano de trabalho e quais potencialidades e entraves identificam em sua execução no campus Itaporanga constitui uma tarefa fundamental para o aprimoramento das ações de assistência estudantil.

A relevância desta pesquisa está, portanto, em dar visibilidade à voz da equipe multiprofissional enquanto sujeito ativo da Política de Assistência Estudantil. Ao analisar suas percepções e experiências, pretende-se não apenas compreender os mecanismos que sustentam ou dificultam a implementação da política, mas também identificar estratégias e caminhos que fortaleçam sua eficácia e legitimidade no contexto da Educação Profissional e Tecnológica.

Além disso, ao focalizar o campus Itaporanga, esta pesquisa se propõe a contribuir com a produção de conhecimento situado, atento às especificidades regionais e institucionais, oferecendo subsídios teóricos e práticos que podem orientar gestores, profissionais e formuladores de políticas públicas educacionais no sentido de uma atuação mais articulada, efetiva e integrada.

Diante de todo o cenário posto e da necessidade de fortalecer a Política de Assistência Estudantil no contexto do IFPB, e de modo especial, no campus Itaporanga, entendendo sua relevância para a permanência e êxito estudantil, esta pesquisa traz o seguinte problema: *Qual a percepção da equipe multidisciplinar em Educação Profissional e Tecnológica acerca da Política de Assistência Estudantil, suas potencialidades e desafios para a sua implementação no IFPB Campus Itaporanga?*

É certo que a equipe multidisciplinar do IFPB Campus Itaporanga desempenha um papel essencial e estratégico na efetivação da Política de Assistência Estudantil, por meio de ações e programas que contribuem significativamente para a permanência, o bem-estar e o êxito dos estudantes. No entanto, mesmo com uma atuação comprometida, qualificada e alinhada aos propósitos da política, acredita-se que ainda há uma fragilidade na compreensão integral e aprofundada da política pela equipe que executa seus serviços e programa, uma vez

que não se percebe, dentro da instituição ou campus, movimentos no sentido de capacitar toda a equipe ou fomentar debates acerca da respectiva política e sua execução.

Percebe-se que as iniciativas de capacitação existentes, de modo geral, acontecem sempre por categorias profissionais, a exemplo dos encontros de assistentes sociais, encontros dos psicólogos, encontro dos enfermeiros. Ou envolvem ainda uma coordenação ou núcleo específico.

Acredita-se que, dentre outros motivos, a ausência desses momentos de capacitação ou formação continuada voltada para a equipe multidisciplinar sob a perspectiva de Política de Assistência Estudantil colaboram com o enfraquecimento da política, reduzindo-a a seus aspectos de concessão de auxílio financeiros, enfraquecendo o seu aspecto multidimensional e, conseqüentemente, a dificuldade de desenvolvimento de um trabalho interdisciplinar, coletivo e propositivo.

Percebe-se também que há um enfraquecimento da percepção de alguns profissionais em se perceber enquanto agente integrante e direto da Política de Assistência Estudantil, restringindo esse lugar a algumas categorias profissionais específicas, a exemplo do profissional de Serviço Social. Acredita-se que ao fomentar o debate sobre a Política de Assistência Estudantil entre a equipe multidisciplinar, as reflexões trazidas podem contribuir para ampliar a compreensão acerca da política e fortalecer a sua materialização no campus.

Diante desse contexto, a presente tem como objetivo analisar a percepção da equipe multidisciplinar em Educação Profissional e Tecnológica acerca da Política de Assistência Estudantil, identificando os desafios e potencialidades para a sua implementação no IFPB, Campus Itaporanga. Para tanto, definiu-se os seguintes objetivos específicos: a) Identificar como a equipe multidisciplinar em EPT do IFPB Campus Itaporanga compreende a Política de Assistência Estudantil; b) Investigar os principais desafios enfrentados pela equipe multidisciplinar na implementação da Política de Assistência Estudantil no campus; c) Analisar as potencialidades percebidas pela equipe multidisciplinar na execução da Política de Assistência Estudantil no IFPB Campus Itaporanga; d) Elaborar produto educacional em formato de minicurso de formação sobre a Política de Assistência Estudantil direcionado à equipe multidisciplinar que atua na PAE do campus Itaporanga.

2 METODOLOGIA DA PESQUISA

Este capítulo tem como objetivo descrever o método da pesquisa utilizado para o desenvolvimento do estudo, a classificação em relação a natureza, tipologia, abordagem, assim como o instrumento utilizado para a coleta de dados e o método utilizado para a análise dos dados obtidos na pesquisa.

2.1 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA

Partindo da compreensão de que, segundo Chizzotti (1995, p. 11), “a pesquisa investiga o mundo em que o homem vive e o próprio homem”, podemos compreender sua importância na construção dos saberes e na interpretação do mundo, do homem e de seus fenômenos. Neste contexto, Minayo (2002, p. 16) destaca que a metodologia é “[...] o caminho do pensamento e a prática exercida na abordagem da realidade”. Assim, para a realização de uma pesquisa, é necessário que haja uma metodologia muito bem compreendida.

De acordo com Minayo (2002, p.16), a metodologia reúne três aspectos fundamentais: “[...] as concepções teóricas de abordagem, o conjunto de técnicas que possibilitam a construção da realidade e o sopro divino do potencial criativo do investigador”. Para a autora, enquanto concepções teóricas, a teoria e a metodologia caminham juntas, são intrinsecamente inseparáveis. Já enquanto conjunto de técnicas, a metodologia deve dispor de instrumental claro, coerente, elaborado e que seja capaz de encaminhar os impasses teóricos para a prática.

Desta forma, o presente estudo se trata de uma pesquisa de campo por entender ser ela a mais adequada para a compreensão de fenômenos da realidade social, e portanto, para compreender a percepção da equipe multidisciplinar acerca da Política de Assistência Estudantil, como proposto neste estudo.

Conforme enfatiza Gonsalves (2001), a pesquisa de campo exige do pesquisador um encontro mais próximo, já que é um tipo de pesquisa que busca a informação diretamente com a população pesquisada, ou seja, o pesquisador necessita ir ao espaço onde o fenômeno acontece para então reunir as informações a serem documentadas. Tal concepção é apoiada por Doxsey e De Riz (2003, p. 38-39) que descrevem a pesquisa de campo como “[...] um estudo empírico, no qual o pesquisador sai a campo para conhecer determinada realidade, no

interior da qual, usando os instrumentos e técnicas já especificados, coleta dados para sua pesquisa”.

Adicionalmente, Lakatos e Marcondes (2010, p. 186) afirmam que a “pesquisa de campo é aquela utilizada com o objetivo de conseguir informações e/ou conhecimentos acerca de um problema, para o qual se procura uma resposta, ou de uma hipótese, que se queira comprovar, ou, ainda, descobrir novos fenômenos ou as relações entre eles”.

Portanto, considerando a necessidade de obter informações diretamente dos sujeitos envolvidos com a problemática em um contexto específico, a pesquisa de campo foi julgada a metodologia mais adequada para este estudo.

A abordagem adotada é do tipo qualitativa, já que, segundo Minayo (2002) esse tipo de abordagem responde a questões muito particulares e se tratando das ciências sociais, se preocupa com um nível da realidade que não pode ser quantificado, “[...] trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis” (Minayo, 2002, p. 21-22).

Com relação à tipologia, a pesquisa é um estudo de caso que terá como locus o Instituto Federal da Paraíba, campus Itaporanga. De acordo com Yin (2005, p.32, apud Gil, 2008, p. 58), o estudo de caso trata-se de um estudo empírico cujo objetivo é investigar “um fenômeno atual dentro do seu contexto de realidade, quando as fronteiras entre o fenômeno e o contexto não são claramente definidas e no qual são utilizadas várias fontes de evidência”.

2.2 UNIVERSO, AMOSTRAGEM E AMOSTRA

Compreende-se que nas pesquisas, de modo geral, há que se ter um rigor metodológico em todas as etapas, de forma que haja convergência em todas elas.

Desse modo, tratando-se da caracterização do universo, da amostragem e da amostra na pesquisa, Richardson (2012) ressalta a dificuldade de se obter informações de todos os indivíduos ou elementos que formam o universo da pesquisa por diversos fatores que a envolvem e, por esta razão, faz-se necessário trabalhar com apenas uma parte desta totalidade.

Para a escolha dos elementos que comporão essa pequena parte da totalidade a ser pesquisada, é necessário que se lance mão de técnicas de amostragem, que segundo Richardson (2012) selecionem amostras adequadas ao propósito da investigação.

Nesse sentido, Lakatos e Marconi (2003), conceitua-se como universo da pesquisa o conjunto de seres animados ou inanimados que possuem, ao menos, uma característica em

comum. Sua delimitação consiste em especificar quais pessoas, objetos ou fenômenos serão pesquisados, considerando tais características comuns.

Partindo desta compreensão, a presente pesquisa tem como universo 09 profissionais que atuam no Instituto Federal da Paraíba, *campus* Itaporanga, e que, pela natureza dos cargos e setores em que fazem parte, compõe a equipe multidisciplinar, cujas suas atribuições estão ligados à execução local da Política de Assistência Estudantil, quando se observa os programas e ações apresentados na Lei nº 14.914, de julho de 2024, que institui a Política Nacional de Assistência Estudantil-PNAES, bem como, pela Resolução nº 16, de 2 de agosto de 2018, que reformula a Política de Assistência Estudantil do IFPB, estando esta vigente até os dias atuais, são eles: 2 técnicos em assuntos educacionais, 1 pedagogo, 1 psicopedagoga, 1 bibliotecária, 1 médica, 1 enfermeira e 1 técnico em enfermagem. A aplicação do instrumento de coleta de dados será realizada com todos os profissionais que compõem o universo de pesquisa.

Apesar da proposta inicial ser a realização de pesquisa com todos os profissionais que compõem o universo da pesquisa, durante a execução foi possível realizar a pesquisa com 7 profissionais, tendo em vista que um dos profissionais encontrava-se em período de afastamento e outro profissional era a própria pesquisadora.

2.3 INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS

Quanto à etapa de coleta de dados, Richardson (2012) afirma que existe uma diversidade de instrumentos de coletas de dados que podem ser utilizadas pelo pesquisador para o levantamento das informações necessárias na pesquisa e que a escolha destes instrumentos está diretamente ligada ao problema a ser estudado. Além disso, tal escolha dependerá de outros fatores como “ a natureza dos fenômenos, o objeto da pesquisa, os recursos financeiros, a equipe humana e outros elementos que possam surgir no campo da investigação”(Lakatos; Marconi, 2003, p. 163).

A escolha e construção do instrumento de coleta de dados é, portanto, uma etapa crucial da pesquisa e, conforme Lakatos e Marconi (2003), deve estar alinhada ao problema estudado, às hipóteses levantadas e ao tipo de informações que se pretende acessar.

Considerando tais preceitos, para esta pesquisa utilizou-se como instrumento de coleta de dados a entrevista semiestruturada.

Segundo Triviños (1987), a entrevista semiestruturada possui a característica de combinar questionamentos básicos pré-estabelecidos com a flexibilidade de abordar questões que surjam espontaneamente, dentro do foco principal colocado pelo entrevistador.

O projeto de pesquisa foi submetido previamente ao Comitê como etapa obrigatória e aprovado conforme Parecer Consubstanciado do Comitê de Ética em Pesquisa - CEP, em anexo. As entrevistas foram gravadas e transcritas posteriormente transcritas, para garantir maior fidelidade à fala dos participantes, mediante autorização destes através da assinatura do Termo de Consentimento Livre Esclarecido-TCLE e Termo de Autorização para uso de voz. A assinatura dos referidos termos precederam o início da entrevista, momento em que o entrevistado assinou 2 vias impressas de cada um dos respectivos termos, sendo uma via de cada documento para a pesquisadora e outra para o participante. Os participantes não foram identificados e as transcrições foram armazenadas, em arquivos digitais, tendo acesso somente a pesquisadora responsável e seu orientador. Ao final da pesquisa, todo material será mantido em arquivo, por pelo menos 05 (cinco) anos, conforme Resolução do Conselho Nacional de Saúde - CNS 510/2016.

2.4 METODOLOGIA DE ANÁLISE DE DADOS

Para a análise dos dados coletados na referida pesquisa, utilizou-se o método de Análise de Conteúdo proposto por Bardin (2016), que, segundo a autora, é organizada em três fases: a pré-análise, a exploração do material e o tratamento dos resultados por meio de inferência e interpretação dos dados.

A fase de **pré-análise**, conforme Bardin (2016), é a fase posterior à aplicação dos instrumentos de coleta, que consiste no momento de organização de materiais e documentos da análise.

Sendo assim, durante a aplicação da entrevista semiestruturada com os participantes da pesquisa, as entrevistas foram gravadas com o consentimento dos participantes, e logo após, transcritas em texto para um documento word e submetidas a uma correção ortográfica. Foi realizada inicialmente uma leitura flutuante de todo o texto para a familiarização com o conteúdo a fim de constituir o corpus de análise, tendo em vista sempre os objetivos e o problema de pesquisa. A leitura flutuante possibilitou a realizar uma triagem inicial com a finalidade de identificar as respostas que contemplaram o que foi perguntado, daquelas que destoaram do sentido da pergunta, selecionando, como base nos objetivos e problema de pesquisa, o que seria analisado posteriormente. A partir da leitura, foram criados indicadores.

Logo após, passou-se para a fase seguinte de **exploração do material**, que segundo Bardin (2016), diz respeito à etapa em que os dados, a partir de exaustiva análise e domínio da base teórica, são organizados e agrupados em unidades. Nessa fase, a partir de sucessivas leituras realizadas de forma minuciosas e debruças sobre as bases conceituais e princípios utilizados na fundamentação teórica e pesquisa bibliográfica, foi realizada a codificação e categorização dos dados. Para a codificação, o conteúdo foi dividido em unidades de análise, como palavras, frases ou parágrafos, que sejam relevantes para a pesquisa. Já na categorização as unidades de análise foram agrupadas em categorias temáticas. Ainda na exploração do material, foi realizada a análise da frequência, ou seja, será observada a frequência com que determinadas palavras, temas ou categorias aparecem nos dados, a fim de identificar padrões e tendências.

Na terceira fase, de **tratamento dos resultados por meio de inferência e interpretação dos dados**, foi feita a análise dos padrões identificados tendo por base o referencial teórico e os objetivos propostos na pesquisa. Buscou-se também realizar a comparação dos dados obtidos com os dados de outros estudos semelhantes com objetivo de fortalecer ou validar os resultados encontrados.

2.5 PRODUTO EDUCACIONAL (PE): DO PLANEJAMENTO À AÇÃO NO ENSINO

A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior-CAPES (2019, p.16) compreende produto educacional como “o resultado de um processo criativo gerado a partir de uma atividade de pesquisa, com vistas a responder a uma pergunta ou a um problema ou, ainda, a uma necessidade concreta associados ao campo de prática profissional, podendo ser um artefato real ou virtual, ou ainda, um processo”.

O produto educacional constitui-se, portanto, como a parte final de uma dissertação de mestrado profissional, possui características como identidade própria e capacidade de ser replicado por outros profissionais em espaços formais e não formais de ensino, o que faz com que seja uma ferramenta de colaboração com outros processos de aprendizagem (Moreira; Nardi, 2009).

Sendo assim, o produto educacional desenvolvido nesta pesquisa trata-se de uma formação voltada para a equipe multiprofissional que atua na Política de Assistência Estudantil do campus Itaporanga.

A formação é compreendida no formato de minicurso, sendo este conceituado como um evento de curta duração que tem como objetivo “a apresentar uma visão mais geral de um

tópico de pesquisa, de interesse da comunidade acadêmica e científica, de forma que os participantes tenham a oportunidade de aprender sobre um novo assunto vinculado à sua área de atuação e também de extrair elementos para serem aplicados em sua pesquisa e/ou prática” (SBSI, 2016 *apud* Dolz; Lima; Zani, 2020, p. 254).

Desta forma, o PE apresentou-se como uma proposta adequada à pesquisa e prevista pela área de ensino/CAPES, condizente com as concepções de formação humana e emancipatória defendidas pela pesquisa, à medida que considera que o ser humano encontra-se em constante processo de aprendizagem, já que esta deve ser continuada, conforme defende Mészáros (2008).

Neste sentido, o PE abordou algumas temáticas e discussões construídas ao longo desta pesquisa, tais como a educação profissional e tecnológica com vistas à formação integral, os princípios defendidos pelo EPT, a Política de Assistência Estudantil enquanto direito e sua importância na permanência e êxito estudantil.

O conteúdo foi sistematizado de forma que cada momento construa conexões e bases para o momento seguinte, entendendo que o produto educacional não cumpre um papel meramente informativo, mas é um instrumento que facilita o aprendizado (KAPLÚN, 2003).

Desta forma, as etapas do seu planejamento consistiu na sistematização dos conceitos, temas e materiais a serem abordados/utilizados, no planejamento e solicitação de autorização junto à Coordenação Pedagógica e Diretoria de Desenvolvimento de Ensino, na organização logística do local e equipamentos a serem utilizados na sua execução.

O roteiro de execução e os materiais utilizados em cada momento de formação foi sistematizada através de material digital devidamente organizados em formato PDF (Portable Document Format), sistematizado em 2 módulos e seus subtópicos com a intenção de que seja possível sua replicação por outros profissionais que desejem trabalhar o tema em seus espaços ocupacionais.

A elaboração gráfica e editoração foram realizadas pela própria pesquisadora através da plataforma Canva.

No que se trata da sua execução, a formação teve duração total de 06 horas divididas em 2 momentos/encontros com duração de aproximadamente 03 horas para cada encontro. Foi realizado de forma presencial no Instituto Federal da Paraíba, *campus* Itaporanga, em dias e horários previamente acordados com a Direção de Ensino do campus e com os participantes.

Além de pequenos textos e leitura de instrumentos normativos, foram utilizados recursos audiovisuais como vídeos e slides para projeção, de modo que cada momento se tornasse atrativo, leve e interessante para os participantes.

O primeiro encontro foi introduzido com uma apresentação para os participantes do que se trataria a respectiva formação, seus objetivos e como se daria o percurso normativo. Na sequência, obedecendo o roteiro de formação que encontra-se disponível enquanto Produto Educacional, no módulo intitulado “A Educação Profissional e Tecnológica: o chão que eu piso!”, foi apresentado um breve histórico do surgimento das primeiras iniciativas federais que dariam início à Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica no Brasil, partindo das Escolas Aprendizes Artífices - EAA, até os Institutos Federais, como temos hoje.

O material de apoio utilizado contou também com ilustração como a linha do tempo da EPT, assim como fotografias que narram a história do Instituto Federal da Paraíba - IFPB, disponíveis no site oficial da instituição e a exibição de vídeo que reforçam a história dos Institutos Federais. Para fortalecer a discussão, foram feitas também indicações de leitura.

Na sequência, foram apresentados os cinco princípios defendidos pela EPT, conforme o Capítulo 2, artigo 3º, da Resolução nº 01/2021 do CNE/CP que definiu as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Profissional e Tecnológica, abrindo espaço para discussão com os participantes sobre cada princípio apresentado, encerrando, assim esta primeira etapa de formação.

Os objetivos deste primeiro momento foi situar o participante sobre o contexto em que se insere a EPT, sua herança histórica e princípios, fomentando espaço de discussão sobre a educação defendida pelos institutos federais, construindo assim, as bases para o que seria discutido no encontro seguinte. Na figura 1 constam registros fotográficos do primeiro encontro.

Figura 1 - Imagens do primeiro momento de aplicação do PE



Fonte: Arquivo Próprio (2025).

O segundo encontro de formação, por sua vez, foi introduzido com uma recapitulação dos principais temas abordados no momento anterior, para na sequência dar início ao módulo intitulado “ Assistência Estudantil enquanto direito”, com uma breve apresentação da linha do tempo da Assistência Estudantil no Brasil. A linha do tempo percorreu desde as primeiras iniciativas de AE datadas de 1928 com a Casa do Estudante Brasileiro em Paris, seus principais marcos históricos e normativos até a Lei nº 14.914/2024 que institui a Política Nacional de Assistência Estudantil - PNAES. Esta última também foi apresentada, assim como seu público-alvo e seus programas.

Também foi abordada a Política de Assistência Estudantil do Instituto Federal da Paraíba, Resolução-CS Nº 16/2018, sua finalidade, público-alvo, a definição da equipe interdisciplinar que operacionaliza a política, de acordo com a normativa, por último, os programas que a compõem. Esse tema foi abordado mediante leitura e discussão do documento institucional, buscando mediar o reconhecimento dos participantes e de suas práticas profissionais nos programas e serviços da Política de Assistência Estudantil da instituição.

Por último, foi levantado o debate sobre o que é e o que não é a AE, finalizando a formação com perguntas para a reflexão dos profissionais presentes relacionando a política e o seu fazer profissional. O momento se mostrou muito proveitoso, participativo e contou com o envolvimento de todos os participantes. A seguir, a figura 2 apresenta registros desse segundo momento.

Figura 2 - Imagens do segundo momento de aplicação do PE



Fonte: Arquivo Próprio (2025).

2.5.1 Avaliação e Validação do Produto Educacional

A avaliação e validação do Produto Educacional trata-se de uma etapa importante no processo de execução em que é possível compreender se os objetivos almejados foram, de fato, alcançados e ainda, obter contribuição para possíveis ajustes a serem feitos, tornando o produto educacional mais qualificado.

Desta forma, tendo em vista obter a avaliação e validação do produto educacional elaborado e colher possíveis contribuições de aprimoramento e finalização do produto, foi enviado para os profissionais da equipe multidisciplinar participantes da formação, ao final do último encontro, o link da plataforma *Google Forms* contendo o formulário de avaliação/validação do Produto Educacional.

Do total de 7 participantes da formação, 6 responderam ao questionário de avaliação, o que corresponde a uma taxa de resposta de aproximadamente 85,7%, considerada satisfatória para fins de análise dos dados, uma vez que contempla quase a totalidade dos participantes envolvidos na ação formativa.

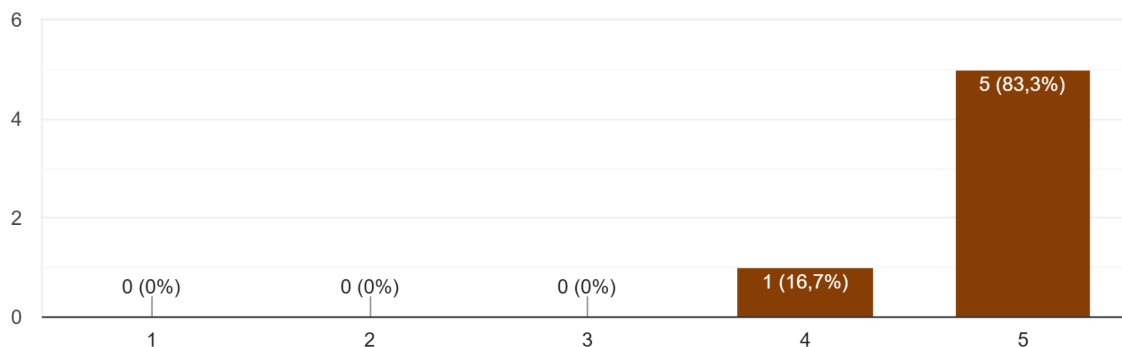
O instrumento avaliativo foi estruturado com base na escala Likert, composta por nove afirmações, em que os participantes indicaram seu nível de concordância a partir de uma escala de cinco pontos, sendo: 1 - Discordo totalmente; 2 - Discordo; 3 - Neutro; 4 - Concordo; 5 - Concordo totalmente. Além de uma questão aberta, em que os participantes teriam a oportunidade de fazer comentários ou dar sugestões de melhoria. Os resultados serão apresentados a seguir.

Ao avaliar a afirmativa 1 sobre a proposta de formação estar adequada para o público-alvo, observa-se que a avaliação dos participantes foi predominantemente positiva, uma vez que 5 respondentes indicaram concordar totalmente e 1 indicou concordar, evidenciando assim uma elevada concordância quanto à adequação da proposta formativa ao público-alvo.

Gráfico 1 - Resultado da afirmativa 1 da Ficha Avaliativa do PE

1. A proposta de formação está adequada para o público-alvo.

6 respostas



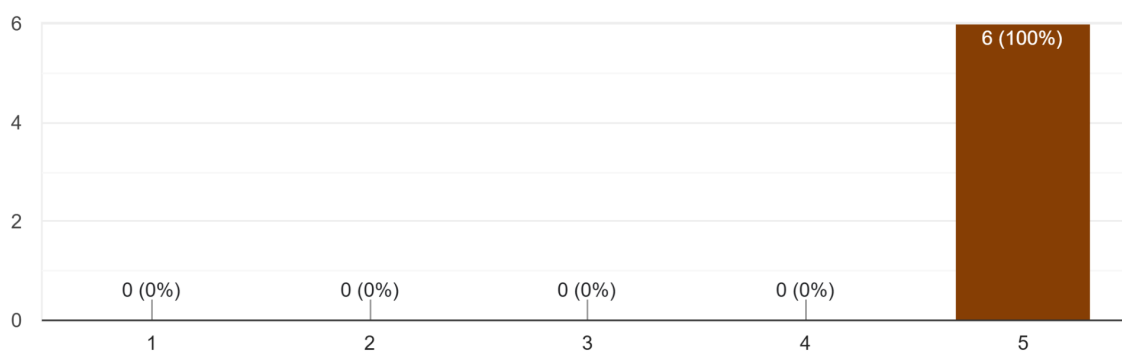
Fonte: Imagem disponibilizada pelo *Google Forms*, 2025.

Na afirmativa 2 que busca compreender a formação apresentou os temas envolvidos de forma clara e objetiva, obteve-se concordância unânime entre os respondentes, o que indica que o produto educacional atingiu clareza e objetividade na abordagem dos conteúdos trabalhados durante a formação.

Gráfico 2 - Resultado da afirmativa 2 da Ficha Avaliativa do PE

2. A formação apresentou de forma clara e objetiva os temas envolvidos.

6 respostas



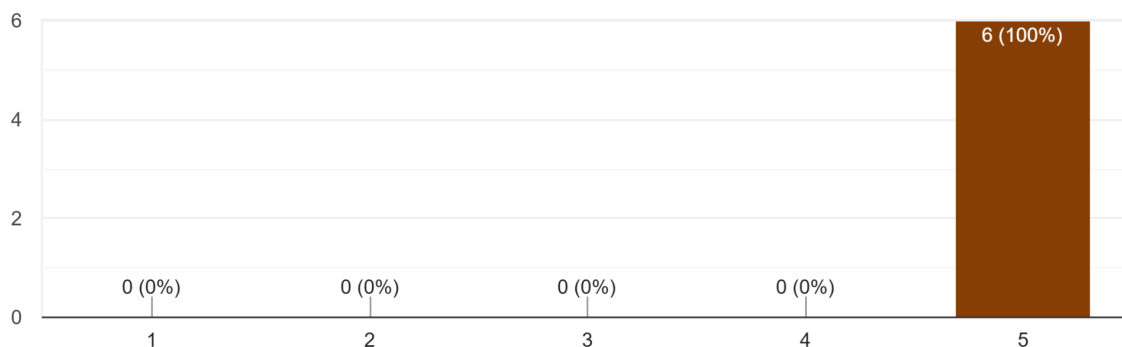
Fonte: Imagem disponibilizada pelo *Google Forms*, 2025.

Ao avaliar se o formato utilizado pelo PE foi adequado, através da afirmativa 3, também obteve-se resposta unânime com todos os respondentes indicando “5 - Concordo totalmente”.

Gráfico 3 - Resultado da afirmativa 3 da Ficha Avaliativa do PE

3. O formato utilizado foi adequado.

6 respostas



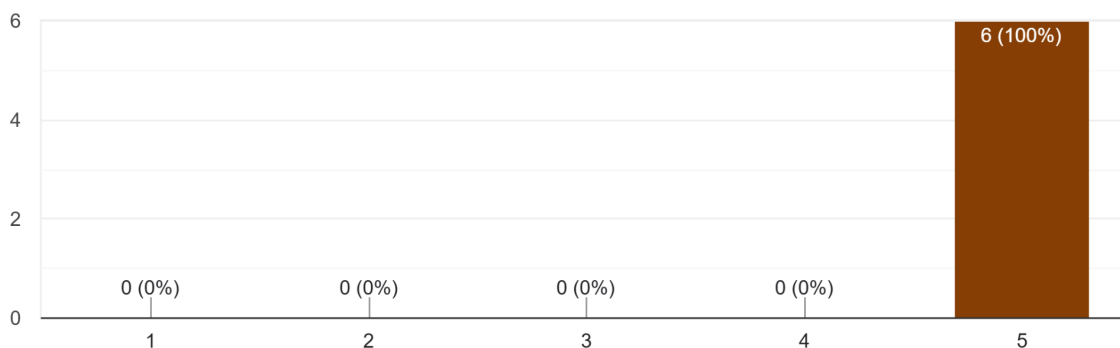
Fonte: Imagem disponibilizada pelo *Google Forms*, 2025.

Na sequência, a afirmativa 4 avalia a relevância do conteúdo da formação para o espaço de trabalho, em todos os 6 respondentes também indicaram concordar totalmente com essa afirmação, demonstrando assim que o objetivo de relevância foi atingido.

Gráfico 4 - Resultado da afirmativa 4 da Ficha Avaliativa do PE

4. O conteúdo da formação foi relevante para o meu espaço de trabalho.

6 respostas



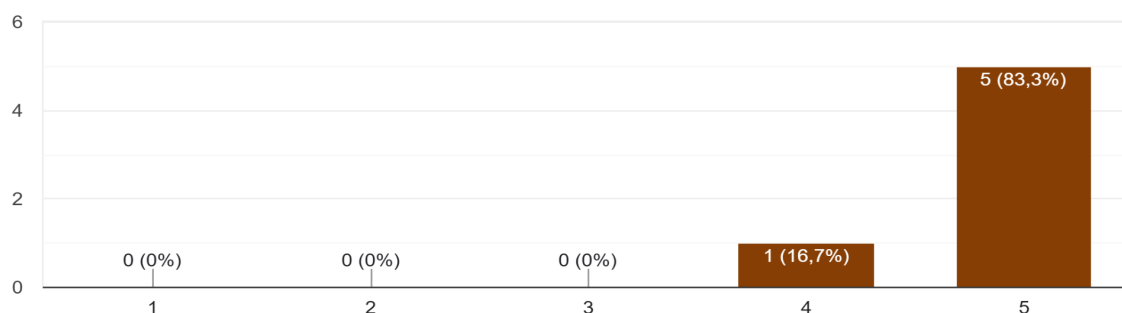
Fonte: Imagem disponibilizada pelo *Google Forms*, 2025.

Na alternativa 5, que busca compreender se o produto educacional contribuiu para o desenvolvimento de novos conhecimentos, houve também concordância predominante, já que 5 participantes indicaram concordar totalmente com a assertiva e 1 participante indicou concordar.

Gráfico 5 - Resultado da afirmativa 5 da Ficha Avaliativa do PE

5. O produto educacional (PE) contribuiu para o desenvolvimento de novos conhecimentos.

6 respostas



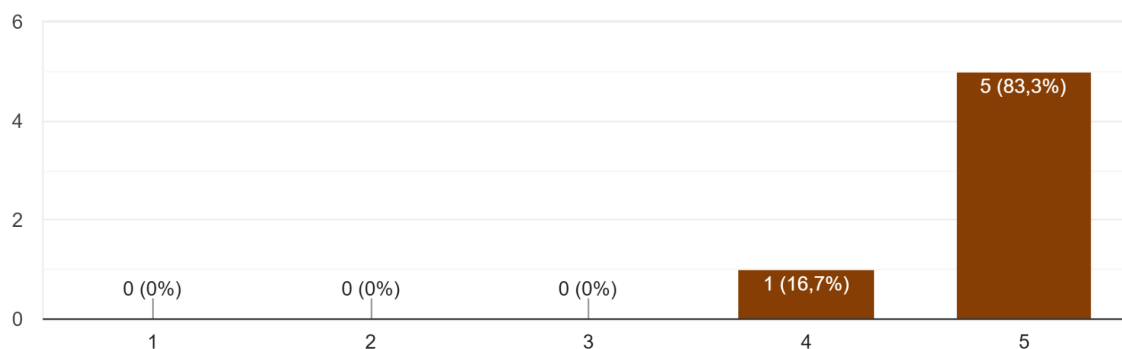
Fonte: Imagem disponibilizada pelo *Google Forms*, 2025.

Ao avaliar se a proposta formativa trouxe contribuições para a atuação profissional dos participantes (afirmativa 6), também observa-se a indicação de 5 participantes concordando totalmente e 1 participante concorda, reforçando mais uma vez a relevância do produto educacional para o trabalho profissional.

Gráfico 6 - Resultado da afirmativa 6 da Ficha Avaliativa do PE

6. A proposta de formação trouxe contribuições para a minha atuação profissional.

6 respostas



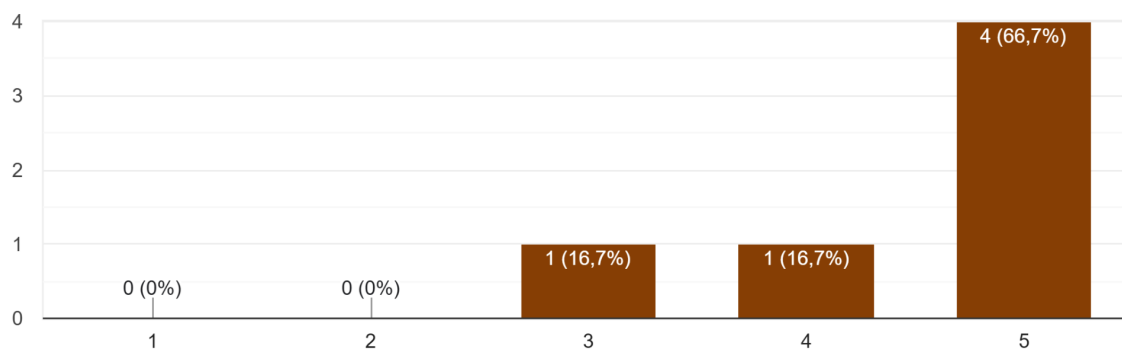
Fonte: Imagem disponibilizada pelo *Google Forms*, 2025.

O gráfico a seguir apresenta os resultados da afirmativa 7, que busca compreender se o tempo destinado para a efetivação do produto educacional foi suficiente para a aprendizagem proposta. As respostas evidenciam uma avaliação majoritariamente positiva, considerando que 4 respondentes assinalaram o nível 5 (Concordo totalmente), um 1 indicou o nível 4 (Concordo) e um 1 posicionou-se de forma neutra.

Gráfico 7 - Resultado da afirmativa 7 da Ficha Avaliativa do PE

7. O tempo destinado para a efetivação do Produto Educacional (PE) foi suficiente para a aprendizagem proposta.

6 respostas



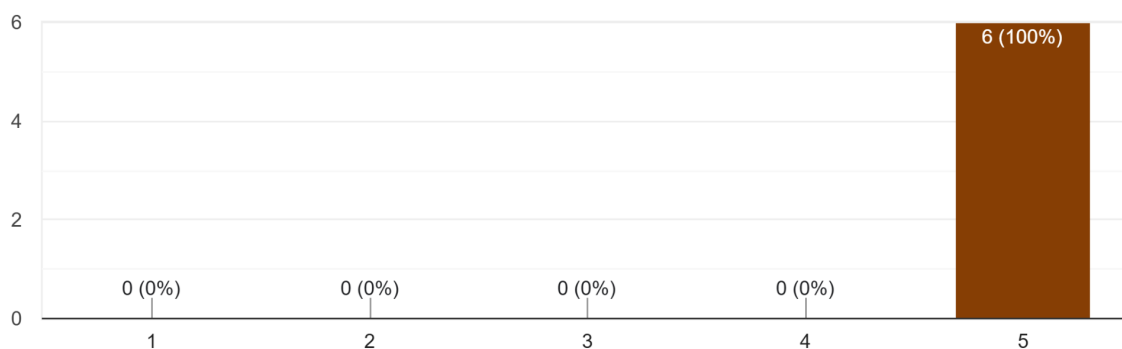
Fonte: Imagem disponibilizada pelo *Google Forms*, 2025.

Na oitava afirmação que buscou compreender se a formação proporcionou momentos de reflexão e análise crítica, a resposta unânime em todos os respondentes foi “Concordo totalmente”, confirmando que o objetivo de realizar um debate crítico sobre o tema foi alcançado.

Gráfico 8 - Resultado da afirmativa 8 da Ficha Avaliativa do PE

8. A proposta de formação proporcionou momentos de reflexão e análise crítica.

6 respostas

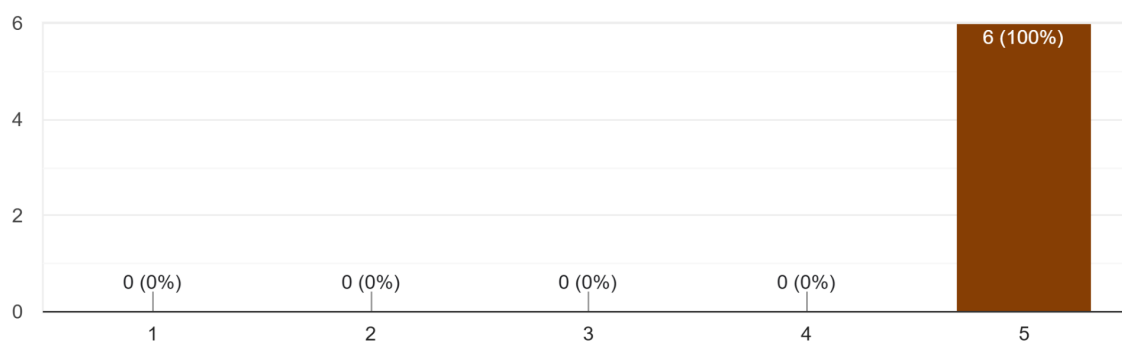


Fonte: Imagem disponibilizada pelo *Google Forms*, 2025.

Por sua vez, a afirmativa 9 buscou compreender se a proposta de formação atendeu as expectativas de aprendizagem dos participantes, quesito em que também houve unanimidade na concordância, com todos os participantes indicando concordar totalmente com a afirmativa.

Gráfico 9 - Resultado da afirmativa 9 da Ficha Avaliativa do PE

9. Considero que a proposta de formação atendeu às minhas expectativas de aprendizagem.
6 respostas



Fonte: Imagem disponibilizada pelo *Google Forms*, 2025.

Por fim, no espaço aberto para comentários ou sugestões de melhoria, em que os participantes tiveram a oportunidade de comentar sobre o produto educacional, foram obtidos retornos muito positivos sobre o momento de formação, inclusive com a sugestão de que o momento seja realizado anualmente e que se estenda para outros servidores do campus, o que reforça que as temáticas trabalhadas foram avaliadas como muito relevantes e necessárias para o espaço de trabalho. Conforme figura 3, não houve sugestões de melhorias.

Figura 3 - Parecer Final da Equipe Multidisciplinar – Avaliadores do PE

Comentários ou sugestões de melhoria:

6 respostas

Parabéns pela brilhante pesquisa e compartilhamento de informações pertinentes pra toda equipe multidisciplinar.
Foi muito relevante
Capacitação necessária a todos os profissionais integrantes do IF. Sugiro que a capacitação seja feita de forma anual com os servidores.
Mais formações como essa para melhorar nossa atuação profissional.
Realizar capacitação com os setores
Foi muito boa a formação para entendermos melhor as políticas e como cada profissional se enquadra

Fonte: Dados da pesquisa, 2025.

Considerando, portanto, o retorno obtido através do questionário de avaliação e as declarações prestadas pela equipe multidisciplinar, que participou no momento de formação, ficou demonstrada a relevância do Produto Educacional e sua validação, mostrando ser um instrumento que proporciona o diálogo entre a equipe executora dos serviços sobre a respectiva Política de Assistência Estudantil e, conseqüentemente, o fortalecimento de sua compreensão.

3 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O presente capítulo tem por objeto apresentar ao leitor conceitos importantes a serem compreendidos na fundamentação teórica do trabalho proposto, envolvendo os seguintes assuntos: conceitos básicos sobre educação, Política Pública, Políticas Públicas Educacionais, assim como situar o leitor do contexto em que se insere a discussão, trazendo o histórico da Educação Profissional e Tecnológica no Brasil e a evolução normativa da Política de Assistência Estudantil brasileira.

3.1 CONCEITOS IMPORTANTES PARA A DISCUSSÃO

3.1.1 A Educação que Defendemos

Este trabalho baseia na defesa da perspectiva de educação da formação integrada que implica reconhecer o indivíduo em sua totalidade (Ciavatta, 2014), considerando o contexto em que ele está inserido, suas fragilidades e potencialidades, seu contexto social e familiar, tendo como pano de fundo a conjuntura do sistema dominante, que através de seus mecanismos de exploração da força de trabalho, divide a sociedade em classes trabalhadora e burguesia, trabalho este que no capitalismo torna-se alienado, pois “o produtor não detém, não possui nem domina os meios de produção” (Albornoz, 2004, p. 34).

É necessário refletir a educação com vistas para a formação humana, na perspectiva da educação emancipatória, defendida por Paulo Freire como “um processo pelo qual o educador convida os educandos a desvelar a realidade criticamente”(Freire, 1985, p. 125), opondo-se à posturas que colocam o educando em posição de meros telespectadores no seu próprio processo formativo, desconsiderando que este carrega consigo toda sua bagagem de vida e problemáticas que, em muitos momentos, são estruturais. Tais perspectivas conservadoras estavam muito presentes no modelo tradicional de educação, perspectivas estas que o presente trabalho busca ultrapassar.

A educação com caráter emancipatório também defendida por Adorno (1995) não consiste em mecanismos de modelagem de pessoas a partir de imposições exteriores, nem tão pouco a mera transmissão de conhecimento, trata-se da construção de uma verdadeira consciência.

Uma discussão crítica exige, portanto, considerar que o espaço da escola, situado neste contexto de sistema capitalista produtor de desigualdades, é também uma espaço contraditório e de disputas, permeado por lutas ideológicas e de interesses.

É possível perceber durante a história que a educação se constitui enquanto espaço de disputa, sendo utilizada a serviço dos interesses do capital, e para a manutenção deste. O acesso desigual à escola e a dualidade educacional que consiste em uma formação para o trabalho manual direcionada à classe trabalhadora e uma formação para o trabalho intelectual ofertada à classe burguesa (Ramos, 2008), revelam a escola enquanto espaço contraditório.

Desse modo, a dualidade na educação é compreendida como uma manifestação da dualidade social existente no modo de produção capitalista que é de cunho estrutural e a luta contra esse sistema dual é sobretudo, uma luta contra-hegemônica (Ramos, 2008).

Portanto, este trabalho está situado na defesa de uma educação não dual, que fomente a formação humana, que favoreça o pensamento crítico, a consciência de classe e o desenvolvimento de estratégias de permanência e êxito escolar aos filhos e filhas da classe trabalhadora.

3.1.2 Sobre Políticas Públicas

É de suma importância a compreensão sobre Políticas Públicas para que sirva de pano de fundo para o debate acerca Política de Assistência Estudantil e como esta vem se estruturando no Brasil.

De acordo com Rua (s/d), as Políticas Públicas são entendidas como estratégias do Estado para administrar conflitos sociais. A autora conceitua Política Pública como “um conjunto de procedimentos formais e informais que expressam relações de poder e destinam-se à resolução pacífica dos conflitos quanto a bens públicos”.

São portanto uma resposta do Estado às demandas sociais e cumpre a finalidade de controle da ordem. Outra compreensão importante para a discussão é a de, por se tratar de conflitos e interesses por vezes antagônicos, a preferências nas política públicas se formam em torno de issues, que é, segundo Maldaner (2016) o “item ou aspecto de uma decisão, que afeta os interesses de vários atores”. É, por assim dizer, os “nós” da questão em que se concentra os conflitos de interesse entre os atores. São os pontos chaves da disputa que, a partir das decisões que são tomadas em relação a estes, toda a configuração da política é mudada e que faz com que alguns atores ganhem e outros percam.

Tal discussão abre espaço para alguns questionamentos: entendendo a educação enquanto política, quais seriam os seus issues? E quem são seus autores? E quais interesses estão em jogo?

A partir das leituras dos textos de Maldaner (2016) e Kuenzer (2010), fica evidente que a política de educação é permeada em toda a sua história por concepções, interesses e propósitos distintos e divergentes. Ora a EPT é compreendida com enfoque pragmatista e submisso aos interesses do mercado na formação de mão de obra, ora compreendido com enfoque na formação humana omnilateral.

É possível compreender que, na prática, essas duas concepções coexistem e são conflitantes. Observa-se que no cotidiano profissional há práticas e concepções distintas que se direcionam, cada um, em uma compreensão distinta.

Do mesmo modo, o debate sobre políticas públicas encontra convergência na Política de Assistência Estudantil, esta entendida como importante resultado da luta do movimento estudantil e de órgão representativos como FONAPRACE e UNE.

Esta se constitui, portanto, enquanto resposta do Estado para as pressões e reivindicações da sociedade civil organizada.

3.1.3 Políticas Públicas Educacionais

Refinando o escopo de entendimento acerca de políticas públicas, para a compreensão deste trabalho, convém o debate em torno das Políticas Públicas Educacionais, local em que se encontra situada a Política de Assistência Estudantil.

As políticas públicas educacionais podem ser compreendidas enquanto conjunto de ações, diretrizes, programas e projetos implementados pelo Estado, nas suas diversas esferas de governo (federal, estadual e municipal), que tem como objetivo assegurar o direito à educação e promover a melhoria da qualidade do ensino e o acesso em todos os níveis e modalidades.

Se as políticas públicas buscam responder demandas de interesse público, as Políticas Públicas Educacionais buscam atender a demandas sociais relacionadas ao acesso à educação, o desenvolvimento de práticas inclusivas, a equidade, o desenvolvimento educacional e as ações de permanência e êxito escolar, sendo orientadas por marcos legais como a Constituição Federal de 1988, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB nº 9.394/1996), o Plano Nacional de Educação (PNE), entre outros.

Baptista e Colares (2022) destacam que a trajetória das Políticas Públicas Educacionais são permeadas por movimentos de construção e desconstrução e marcados por conflitos e lutas de classe. Segundo os autores, “[...] percebe-se marcas significativas de uma estrutura social amparada no conservadorismo e patrimonialismo, na qual as classes

hegemônicas, aliadas ao Estado, buscam constantemente sobrepor suas demandas a quaisquer outras” (Baptista e Colares, 2022, p.876).

Nesse contexto de jogos de interesse, é possível destacar as transformações ocorridas na educação brasileira a partir da década de 1990, ocorridas em razão do reordenamento econômico e social vivenciado no período e o fortalecimento do neoliberalismo. Há o ajustamento do foco da educação em obediências aos ditames dos ideais neoliberais (Frigotto; Ciavatta, 2003).

É possível observar que as Políticas Educacionais, assim como, as Políticas Públicas de modo geral sofrem impactos e desmontes advindos das investigadas dos interesses econômicos.

Nesse sentido e, considerando esse cenário, as políticas públicas educacionais, e as políticas públicas de modo geral, embora representem instrumentos fundamentais de concretização do direito à educação, **têm se mostrado fortemente impactadas pelas orientações neoliberais que atravessam o Estado contemporâneo.**

Com a lógica gerencialista de mercado no âmbito das políticas educacionais, trouxe para a educação a ênfase em resultados, eficiência, produtividade e responsabilização individual, se distanciando da perspectiva de educação como direito social.

Essa lógica neoliberal, como já dito anteriormente, contribui para **a fragmentação e a focalização das ações do Estado**, deslocando a centralidade das políticas estruturantes para programas compensatórios e pontuais, muitas vezes desvinculados de uma concepção ampla. Tal movimento também é possível ser observado na oferta dos serviços e programas no âmbito da Assistência Estudantil.

3.2 PERCURSO HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA NO BRASIL: DAS ESCOLAS DE APRENDIZES ARTÍFICES - AAE AOS INSTITUTOS FEDERAIS - IF'S

No Brasil, apesar da existência de iniciativas anteriores voltadas para o ensino de ofícios manuais e formação de artífices, destaca-se como marco inicial de um Sistema Nacional de Educação Profissional e Tecnológica, a criação das Escolas de Aprendizes Artífices - EAA's através do Decreto 7.566, de 23 de setembro de 1909, assinado pelo então Presidente Nilo Peçanha.

Vale ressaltar que anterior a isso, no ano de 1906, Nilo Peçanha, enquanto Governador do Rio de Janeiro já havia criado quatro escolas profissionalizantes no estado que

tinha como proposta ofertar o ensino de ofícios através de cursos nas áreas de alfaiataria, sapataria, carpintaria, marcenaria e atividades agrícolas (Gomes, 2017).

É com base nessa experiência anterior que o governo do Presidente Afonso Pena idealiza a criação das AEE's, e com sua morte, seu sucessor Nilo Peçanha assume a presidência e institui a criação das AEE's três meses depois (Silva; Ciasca, 2021).

O referido decreto que cria as Escolas de Aprendizes e Artífices, subordinadas ao Ministério dos Negócios da Agricultura, Indústria e Comércio, dispõe também que estas deveriam ser instaladas em cada uma das capitais dos Estados das Repúblicas nesse período (Alagoas, Amazonas, Bahia, Ceará, Espírito Santo, Goiás, Maranhão, Minas Gerais, Mato Grosso, Pará, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Paraná, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Santa Catarina, Sergipe, São Paulo e Rio Grande do Sul) no entanto, foram criadas 19 escolas, visto que o estado do Rio Grande do Sul foi o único não contemplado com a instituição (Silva; Ciasca, 2021).

As EAA's tinham, portanto, o objetivo de ofertar ensino profissional primário e gratuito voltado, prioritariamente para os “desfavorecidos da fortuna” com idade entre 10 e 13 anos com a finalidade de oferecer-lhes o “indispensável preparo técnico e intelectual, como fazel-os adquirir hábitos de trabalho profícuo, que os afastará da ociosidade ignorante, escola do vício e do crime”[sic] (Brasil, 1909).

Além do ensino técnico, as escolas previam a oferta de ensino primário no período noturno para os alunos que não soubessem ler, escrever e contar, assim como de desenho para aqueles que necessitassem dessa disciplina no ofício escolhido (Brasil, 1909).

Outro fato interessante é que o custeio das escolas era baseado na venda dos próprios artefatos produzidos durante as oficinas, e caberia ao diretor da escola a arrecadação, a compra dos materiais necessários para a continuidade dos trabalhos das oficinas. Este também deveria fazer balanços semestrais, devendo o saldo ser repartido entre diretor da escola, mestre e aluno, conforme cotas estabelecidas (Brasil, 1909).

É possível observar, portanto, dado o contexto de recente abolição da escravidão (1888) e nascimento da república, que o ensino de ofícios trazia consigo marcas muito presentes de desvalorização dos trabalhos manuais, sendo estes destinados aos filhos das camadas populares.

Outra característica importante de ser percebida nas EAA's é o seu caráter muito mais assistencialista do que formativo, conforme bem observa Ramos e Porto Júnior (2023).

E é corroborando com esse pensamento, que Moura (2017) destaca, além do caráter assistencialista presente no nascimento da Educação Profissional brasileira, também a sua função de controle social. Segundo o autor,

A educação profissional no Brasil tem, portanto, a sua origem dentro de uma perspectiva assistencialista com o objetivo de “amparar os órfãos e os demais desvalidos da sorte”, ou seja, de atender àqueles que não tinham condições sociais satisfatórias, para que não continuassem a praticar ações que estavam na contra-ordem dos bons costumes” (Moura, 2017, p. 6)

Nesse sentido, Afonso e Santos (2020) reforça que o ensino profissional surge atrelada à ideia conservadora e acrítica de pobreza associada à indolência e vadiagem e que seria o trabalho a forma de se contrapor à marginalidade e exercer o controle das “classes perigosas”. O trabalho era entendido enquanto estratégia de “dignificar a pobreza”, de administrá-la e não superá-la, segundo os autores.

Por outro lado, as Escolas de Aprendizizes Artífices, assim como o ensino agrícola, significou um redirecionamento da Educação Profissional no Brasil, uma vez que buscou atender às necessidades emergentes no campo da agricultura e da indústria (Moura, 2007).

A criação dessas instituições seguem então aliadas aos ideais positivistas e à visão industrialista de desenvolvimento, atendendo às necessidades e comportamentos governamentais (Bezerra, 2006; Silva; Ciasca, 2021).

No ano de 1927, o Congresso Nacional sanciona o Projeto de Fidélis Reis, que torna obrigatória a oferta de ensino profissional nos estabelecimentos de educação do país. Nesse sentido, Borges (2022) resgata a compreensão do projeto trazida por seu idealizador.

Na obra, “Homens e problemas do Brasil”, publicada em 1927, Fidélis Reis reitera o fato de considerar primordial e urgente a implantação do ensino profissional obrigatório, “que ensinasse o homem a trabalhar”, já que considerava ser esse o “único meio de dar à nossa educação excessivamente teórica uma finalidade útil”, capaz de livrar o país do atraso e da dependência econômica (Reis, 1962 apud Borges, 2022).

Três anos mais tarde, em 1930, é criado o primeiro ministério no âmbito da educação, chamado Ministério da Educação e Saúde Pública, que passa a gerir e supervisionar as Escolas de Aprendizizes e Artífices através da Inspetoria do Ensino Profissional Técnico. Como um dos primeiros atos do governo Getúlio Vargas, tais escolas passam então a serem subordinadas a esses órgãos (Silva; Ciasca, 2021).

Nesse mesmo período (1932), é publicado o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, importante documento que defendia a democratização do acesso à educação e a necessidade de grandes reformas, ainda que em sua proposta de educação previa a bifurcação do percurso educativo em duas categorias: uma predominantemente intelectual com o ensino de humanidades moderna, ciências físicas e matemáticas, ciências químicas e biologia, enquanto que a outra seria de preferência manual voltada para a preparação para atividades profissionais por meio das escolas agrícolas, de mineração e de pesca (Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, 1932). Segundo Dante (2007, p. 08), ainda é possível perceber nessa proposta nitidamente “a distinção entre aqueles que pensam e aqueles que executam as atividades”.

E nesse contexto de efervescência dos ideais escolanovistas e suas propostas de grandes reformas na educação, defendidas por estudiosos da época, a exemplo de Fernando Azevedo, Lourenço Filho e Anísio Teixeira, que dois anos mais tarde (1934) há a promulgação da nova Constituição, trazendo em seu texto a educação como direito de todos e dever do Estado ofertá-la.

Em 1937, outra Constituição é promulgada, mas esta foi considerado um retrocesso em relação a anterior, pois deixava a normatização do ensino público muito solta e ainda acabou com a vinculação de recursos destinados à educação (Silva; Ciasca, 2021; Moura, 2007), mas por outro lado, em se tratando de Educação Profissional, a mesma avança por trazer, pela primeira vez, a oferta de Educação Profissional como prioridade do Estado.

Art 129 - A infância e à juventude, a que faltarem os recursos necessários à educação em instituições particulares, é dever da Nação, dos Estados e dos Municípios assegurar, pela fundação de instituições públicas de ensino em todos os seus graus, a possibilidade de receber uma educação adequada às suas faculdades, aptidões e tendências vocacionais.

O ensino pré-vocacional profissional destinado às classes menos favorecidas é em matéria de educação o primeiro dever de Estado. Cumpre-lhe dar execução a esse dever, fundando institutos de ensino profissional e subsidiando os de iniciativa dos Estados, dos Municípios e dos indivíduos ou associações particulares e profissionais.

É dever das indústrias e dos sindicatos econômicos criar, na esfera da sua especialidade, escolas de aprendizes, destinadas aos filhos de seus operários ou de seus associados. A lei regulará o cumprimento desse dever e os poderes que caberão ao Estado, sobre essas escolas, bem como os auxílios, facilidades e subsídios a lhes serem concedidos pelo Poder Público.

Art. 130 - O ensino primário é obrigatório e gratuito. A gratuidade, porém, não exclui o dever de solidariedade dos menos para com os mais necessitados; assim, por ocasião da matrícula, será exigida aos que não

alegarem, ou notoriamente não puderem alegar escassez de recursos, uma contribuição módica e mensal para a caixa escolar.

Art. 131 - A educação física, o ensino cívico e o de trabalhos manuais serão obrigatórios em todas as escolas primárias, normais e secundárias, não podendo nenhuma escola de qualquer desses graus ser autorizada ou reconhecida sem que satisfaça aquela exigência.

Art. 132 - O Estado fundará instituições ou dará o seu auxílio e proteção às fundadas por associações civis, tendo umas; e outras por fim organizar para a juventude períodos de trabalho anual nos campos e oficinas, assim como promover-lhe a disciplina moral e o adestramento físico, de maneira prepará-la ao cumprimento, dos seus deveres para com a economia e a defesa da Nação. (Brasil, 1937).

É ainda nesse contexto de reorganização trazido pela Constituição de 1937 que as Escolas de Aprendizes e Artífices passam a ser chamadas de Liceus Industriais. E mais tarde, em 1942, com a organização da Rede Federal de Estabelecimentos de Ensino Industrial através do Decreto-lei nº 4.127 de 1942, estas instituições se chamariam Escolas Industriais e Técnicas (Cordões; Moraes, 2017 apud Silva; Ciasca, 2021).

Todo esse processo intenso de industrialização vivenciado pelo Brasil a partir de 1930, passou a demandar a formação de profissionais mais especializados para atuar na indústria, no comércio e na prestação de serviços. Esse novo cenário de modernização exigiu, então, do governo um posicionamento mais efetivo em relação à educação para atender os interesses da industrialização. Como resposta, entre os anos de 1942 e 1946, foi criado um conjunto de Decretos-Lei que reorganizou o sistema educacional, conhecidos como Leis Orgânicas da Educação Nacional ou Reforma Capanema, fazendo referência ao então ministro da Educação, Gustavo Capanema (Moura, 2007).

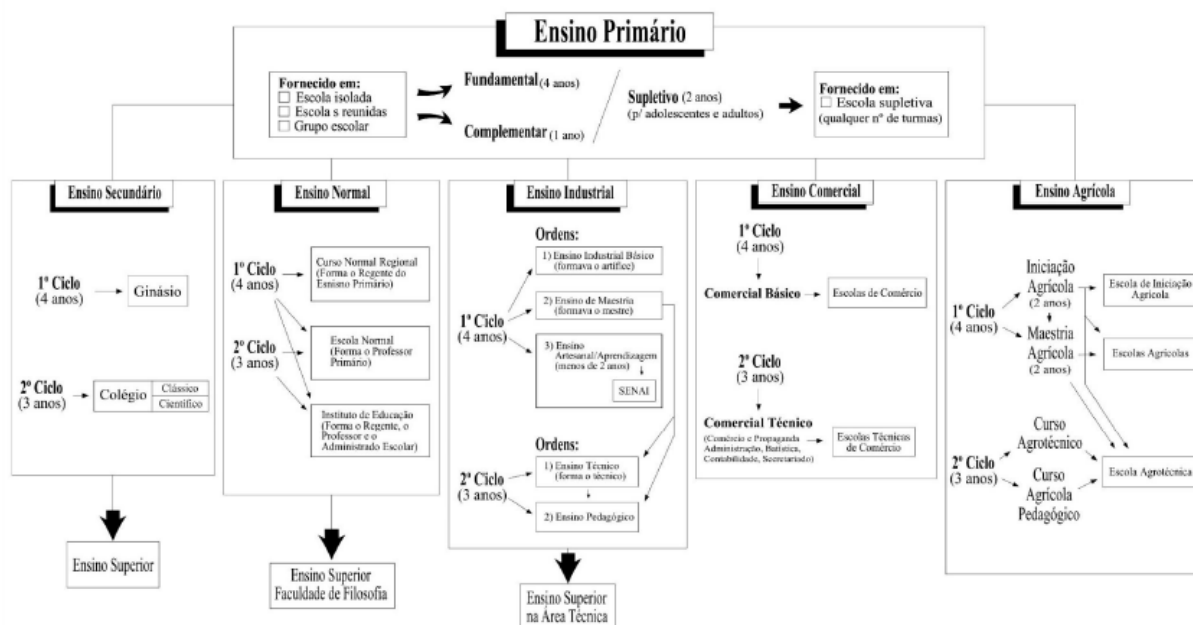
Os principais decretos que constituíram esse período de reforma foram: Decreto-Lei nº. 4.048/1942 - que cria o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), dando origem ao que viria a ser o Sistema “S”; Decreto nº. 4.073/42 – Lei Orgânica do Ensino Industrial, organizando assim, o ensino industrial; Decreto nº. 4.244/42 – Lei Orgânica do Ensino Secundário, que organizava o ensino secundário em dois ciclos (ginasial e colegial); Decreto nº. 6.141/43 – Lei Orgânica do Ensino Comercial, que reformava todo o ensino comercial. Assim como os decretos lançados já sob a gestão de Raul Leitão da Cunha como Ministro da Educação, são eles: Decreto nº. 8.529/46 – Lei Orgânica do Ensino Primário; Decreto nº. 8.530/46 – Lei Orgânica do Ensino Normal; Decreto nº 8.621 e 8.622 - institui o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC); e o Decreto nº. 9.613/46 – Lei Orgânica do Ensino Agrícola.

Dentre as grandes mudanças ocorridas no sistema de ensino decorrentes das Leis Orgânicas da Educação Nacional, pode-se citar as transformações no ensino profissional que passa a ser equiparado ao nível médio, sendo constituído por cursos normal, industrial técnico, comercial técnico e agrotécnico. Além disso, as escolas industriais passam a adotar exames de admissão como forma de ingresso, com cursos divididos em dois níveis: curso básico industrial, artesanal, de aprendizagem e de mestria; e o segundo, curso técnico industrial.

Sobre o período em questão e as reformas advindas das leis orgânicas, Ciavatta (2005) destaca que o dualismo assume um caráter estrutural nesse momento histórico, pois essa organização educacional segmentava a educação conforme os setores produtivos e as profissões, separando aqueles que receberiam o ensino secundário e a formação propedêutica para a universidade, daqueles que teriam uma formação profissional para a produção.

O sistema educacional em todo o território brasileiro, fica então, organizado conforme figura 4 a seguir.

Figura 4 - Fluxograma de Capanema



Fonte: Santana (2024).

Neto (2015) afirma que, na década de 1940, com o avanço da industrialização apoiada fortemente pelo Estado, as Escolas Industriais passaram a alinhar-se ao novo modelo de desenvolvimento, dedicando-se à formação de mão de obra qualificada, com o objetivo de atender às demandas de infraestrutura que seriam fundamentais ao crescimento econômico.

Findada a Era Vargas, em 1946 foi publicada uma nova Constituição que trazia consigo o discurso de educação gratuita como um direito de todos os cidadãos, podendo ser estendida às iniciativas privadas, desde que respeitando as normas reguladoras (Silva; Cisca, 2021).

O modelo educacional estruturado por Gustavo Capanema vigorou até o ano de 1959, ocasião em que as Escolas Industriais e Técnicas foram transformadas em Escolas Técnicas Federais - ETFs, através da Lei 3.552/1959, publicada durante o governo do presidente Juscelino Kubitschek.

Ao versar sobre os objetivos dos estabelecimentos, a organização escolar e a organização administrativa das ETFs, a citada legislação as conferiu mais autonomia pedagógica e administrativa, de acordo com Santos e Marchesan (2017), o que é possível observar em seu dispositivo legal a seguir: “Art 16. Os atuais estabelecimentos de ensino industrial, mantidos pelo Ministério da Educação e Cultura, **terão personalidade jurídica própria e autonomia didática, administrativa, técnica e financeira**, regendo-se nos termos da presente lei” (Brasil, 1959, grifos nossos).

A década de 1960 marcou um momento importante na consolidação das políticas educacionais brasileiras, com a promulgação da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB, em 1961. De modo especial, em se tratando da educação profissional, esta legislação representou um avanço significativo ao propor maior integração entre as diferentes modalidades de ensino, equiparando, na esfera normativa, o ensino profissional ao ensino acadêmico.

Conforme Kuenzer (2007, apud Vieira e Souza Júnior, 2016), a LDB de 1961 foi a primeira a reconhecer formalmente a integração do ensino profissional ao sistema regular de ensino, estabelecendo a equivalência entre os cursos de formação profissional e os de caráter propedêutico, possibilitando, assim, a continuidade dos estudos. Silva e Ciasca (2021) destacam que essa legislação dedicou um capítulo inteiro à temática do ensino técnico, equiparando-o ao ensino acadêmico sempre que houvesse similaridade de conteúdo formativo. As autoras ressaltam, com base em Cordão e Moraes (2017, p. 44), que “essa orientação sepultou de vez, ao menos do ponto de vista formal, a histórica dualidade entre o ensino destinado às elites e o ensino destinado aos pobres”.

Com a instauração do regime civil-militar em 1964, houve uma reconfiguração das políticas educacionais, especialmente no que diz respeito à educação profissional. O regime militar impôs um novo modelo econômico que priorizava a internacionalização da economia e a hegemonia do capital financeiro, substituindo o nacionalismo-desenvolvimentista, conforme discute Giogi e Almeida (2014). Ainda segundo os autores, esse modelo de

desenvolvimento econômico gera uma demanda por mão-de-obra que possua qualificação técnica, então, observa-se a necessidade de adequar a educação brasileira para o atendimento à esse tipo de desenvolvimento.

Em meio a esse contexto o regime militar investe em uma educação de cunho liberal, fundada na Teoria do Capital Humano (TCH), que busca estabelecer uma relação direta, imediata e de subordinação explícita da educação à produção. Dita teoria relaciona-se a uma pedagogia tecnicista que tem como base o pressuposto da eficiência e da produtividade, obtida a partir da neutralidade científica inspirada nos princípios da racionalidade, e defende a reordenação do processo educativo de modo a torná-lo objetivo e operacional, minimizando as interferências subjetivas. O que se pretende, pois, é a objetivação no trabalho pedagógico, como já ocorreu no trabalho nas fábricas (Giogi e Almeida, 2014, p. 267)

A partir dessa conjuntura, e atendendo a interesses econômicos, a educação brasileira foi consideravelmente modificada pela Lei nº 5.692/71 (Brasil, 1971), que reformou o ensino de 1º e 2º graus, tentando impor a obrigatoriedade do ensino médio profissionalizante para todos os estudantes.

Essa mudança foi considerada por estudiosos como segundo Cordão e Moraes (2017, p. 46) como “um dos mais retumbantes equívocos dos governos militares no campo educacional”, pois, além de comprometer a qualidade da formação geral, desestabilizou o sistema educacional ao impor uma estrutura em que as instituições não estavam preparadas (Silva e Ciasca, 2021). No entanto, a obrigatoriedade durou pouco mais de uma década, sendo revista pela Lei nº 7.044/82, que passou a facultar às escolas a oferta da formação profissional. (Brasil, 1982).

Ainda no contexto militar de aceleração da economia e do chamado “milagre econômico”, Santos e Marchesan (2017) destacam a crescente procura por cursos técnicos e profissionalizantes, que ensejou em 1978, na criação dos três primeiros Centros Federais de Educação Tecnológica - CEFETs, a partir das Escolas Técnicas Federais de Minas Gerais, do Paraná e do Rio de Janeiro, que tinha como objetivo a formação de engenheiros de operação e tecnólogos, a partir da Lei nº 6.545, de 30 de junho de 1978.

A partir de então, outras escolas técnicas e agrícolas passaram a adotar a mesma nomenclatura, o que segundo Silva e Ciasca (2021), ampliou o alcance da formação técnica e tecnológica em nível nacional e consolidou o avanço institucional da educação profissional e tecnológica no país.

Findado o período militar, inicia-se no Brasil o processo de redemocratização que tem como marco importante a promulgação de uma nova Constituição no ano de 1988, a

chamada Constituição Cidadã, vigente até os dias atuais. Nela, a educação é defendida enquanto direito de todos e dever do Estado como se observa a seguir, “Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, **visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho**” (Brasil, 1988, grifos nossos). Em seu Artigo 6º também inclui a educação como um dos direitos sociais fundamentais.

Observa-se que a Constituição Federal - CF de 1988 traz com muita ênfase o caráter da educação gratuita enquanto direito social, cabendo ao Estado a sua viabilização. Observa-se também a ampliação do propósito para qual a educação se destina: o pleno desenvolvimento pessoal, o preparo para o exercício da cidadania e a qualificação para o trabalho.

Na esfera da relação entre educação e trabalho, a CF/1988 traz ainda seu Art 227 o direito à profissionalização como um dos direitos a ser assegurado pela família, sociedade e Estado à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade.

A década de 1990 foi marcada por importantes transformações no campo econômico, nas políticas sociais e no modelo de intervenção estatal. Com o fortalecimento dos ideais do neoliberalismo e sob o pretexto de inserir o Brasil no processo de modernização globalizada, são iniciadas com o governo de Fernando Collor de Melo o movimento de privatização de empresas nacionais. Tais transformações societárias impostas pelo movimento de globalização foram se intensificando durante o governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso.

As transformações da sociedade e da economia com suas bases na acumulação de capital e alinhamento global da economia exigiram um novo perfil de trabalhador que atendesse aos interesses do mercado.

De acordo com Coelho (2013, apud Silva e Ciasca 2021), o mercado de trabalho passou a demandar um novo perfil de trabalhador, caracterizado pela polivalência e pela aquisição de novas aptidões e habilidades necessárias à inserção em um contexto competitivo e globalizado. Nesse cenário, a educação e a formação profissional passaram a ocupar um papel central nos discursos que defendem a capacitação como meio de superação da pobreza e da exclusão social, ainda que tais perspectivas desconsiderem fatores econômicos e políticos que influenciam essas questões.

Em 1996, através Lei nº 9.394 foi promulgada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB, que representou um marco na reorganização da educação brasileira.

Ao analisá-la, Ramos (2014, p. 58) destaca que

A nova LDB apresentou pelo menos três marcos conceituais importantes para a estrutura educacional brasileira: 1) o alargamento do significado da educação para além da escola; 2) uma concepção também mais ampliada de educação básica, nela incluindo o ensino médio; 3) como consequência do anterior, a caracterização do ensino médio como etapa final da educação básica, responsável por consolidar e aprofundar os conhecimentos adquiridos pelo educando no ensino fundamental, possibilitando o prosseguimento de estudos, a inserção no mundo do trabalho, bem como o exercício da cidadania (Ramos, 2014, p. 58).

Essa legislação, de acordo com Santos e Marchesan (2017) também abriu caminho para a publicação do Decreto nº 2.208/96, responsável por reformular o ensino técnico ao estabelecer a separação entre as disciplinas de formação geral e aquelas voltadas especificamente à formação técnico-profissional, modificando significativamente a estrutura e a concepção da educação profissional no país. No entanto, em 2004, o ensino médio foi reintegrado mais uma vez ao ensino técnico ao médio por meio do Decreto nº 5.154/04.

Em 2008, durante o governo de Lula, foram criados os Institutos Federais de Educação - IFs, que substituíram os antigos Centros Federais de Educação Tecnológica Cefets e incorporariam outras instituições federais de ensino já existentes, como as escolas agrotécnicas.

Os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia - IF's representam o resultado de um longo processo de transformações na educação profissional e tecnológica no Brasil. Criados pela Lei nº 11.892/2008, essas instituições nascem com o propósito de integrar o tripé ensino, pesquisa e extensão, oferecendo uma formação humanística que une o ensino técnico em suas diversas modalidades (integrado, subsequente e concomitante), o tecnológico e o superior em uma perspectiva voltada para o desenvolvimento local e regional.

3.3 A EVOLUÇÃO NORMATIVA DA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL: DO PROGRAMA À POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL - PNAES (2007 - 2024)

A Assistência Estudantil no Brasil vem se consolidando ao longo de décadas enquanto instrumento fundamental para garantir o acesso e a permanência de estudantes nas instituições de ensino superior e da educação profissional e tecnológica. As primeiras iniciativas brasileiras nesse sentido datam do ano de 1928 com a criação da “Casa do Estudante Brasileiro” localizada em Paris para dar suporte aos estudantes do ensino superior que encontravam-se naquele país (Kowalski, 2012).

É possível perceber, então, que a assistência estudantil no Brasil, como enfatiza Kowalski (2012), surge voltada para os filhos da elite brasileira, no entanto, sua construção ao longo dos anos é baseada em muita luta do movimento estudantil que a tornaram em política pública como é hoje. Aqui não será feito todo o resgate histórico desde as suas protoformas, citaremos sua evolução normativa a partir da criação do Programa Nacional de Assistência Social-PNAES, esta marcada por instrumentos legais que regulamentam suas ações, ora representando avanços, ora restringindo em alguns aspectos.

A Portaria Normativa nº 39, de 12 de dezembro de 2007, com implementação em 2008, é um marco histórico na trajetória da institucionalização da Assistência Estudantil-AE no território brasileiro. Ela instituiu o Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES, reconhecendo a assistência estudantil “como estratégia de combate às desigualdades sociais e regionais, bem como sua importância para a ampliação e a democratização das condições de acesso e permanência dos jovens no ensino superior público federal” (Brasil, 2007).

Através deste documento, a assistência estudantil é fortalecida da agenda pública enquanto fruto das discussões trazidas pelo Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis - FONAPRACE, o qual, por anos, vinha trazendo para a pauta nacional a defesa da assistência estudantil e sua importância para o acesso e permanência de estudantes em situação de vulnerabilidade econômica nas instituições de ensino superior no Brasil (Kowalski 2012).

A Portaria Normativa define ainda em seu artigo 4º como público-alvo das ações do PNAES “estudantes matriculados em cursos presenciais de graduação, **prioritariamente, selecionados por critérios sócio-econômicos**, sem prejuízo de demais requisitos fixados pelas instituições de educação superior em ato próprio” (Brasil, 2007, grifo nosso).

Observa-se que não há um critério de corte de renda pré-definido, como será possível observar nos instrumentos normativos que vieram após ela, o que faz com que o programa, nesse período, conforme Imperatori (2017), ganhasse um caráter de acesso fortemente amplo, pois, segundo a autora, a ausência de critérios restritivos explícitos faz entender que qualquer estudante poderia ser atendido pelas ações da assistência estudantil, respeitando a prioridade de acesso aos estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, podendo as instituições de educação o acréscimo de outros critérios.

A Portaria aponta ainda em seu Art 2º, parágrafo único, que compreendia como ações da assistência estudantil as iniciativas desenvolvidas na área de: I - moradia estudantil; II - alimentação; III - transporte; IV - assistência à saúde; V - inclusão digital; VI - cultura; VII - esporte; VIII - creche; e IX - apoio pedagógico (Brasil, 2007).

Essa amplitude e variedade de eixos de atuação trazidos pelo programa indica, conforme reflete Imperatori (2017, 295), que “ a proposta do PNAES é articular diferentes áreas e, conseqüentemente, diferentes políticas sociais, visando garantir um padrão de proteção social amplo”.

É possível compreender, então, por meio da publicação da portaria que há um reconhecimento por parte do poder público das múltiplas necessidades que perpassam a vida estudantil e que interferem em sua permanência e êxito acadêmico, que não se restringem apenas às relações didático-pedagógicas de sala de aula, mas compreendem necessidades concretas de alimentação, moradia, saúde, perpassando, conforme enfatiza Imperatori (2017) todas as áreas dos direitos humanos.

Ainda conforme Imperatori (2017) é interessante observar que, embora haja a definição de áreas das ações, não há definições de formas de como se daria a execução de tais ações, o que “ resulta na diversidade de projetos e serviços implementados em cada Ifes (Imperatori, 2017, p. 295)”.

Outro ponto importante a ser observado na Portaria, em seu Art 3º é a previsão de repasse de recursos às instituições de ensino para a execução do PNAES. “§ 2º Os recursos para o PNAES serão repassados às instituições de educação superior, que deverão implementar as ações de assistência estudantil, na forma do caput” (Brasil, 2007).

Em 2010, essa Portaria foi alterada e o PNAES passou a ser regulamentado pelo Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010, que dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES. Este, por ser instrumento normativo com maior força jurídica, “representou uma importante conquista dos grupos organizados (Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis - FONAPRACE, Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior - ANDIFES e União Nacional de Estudantes - UNE) que lutaram pela consolidação da Assistência Estudantil em nível institucional e por seu reconhecimento legal enquanto política pública de direito” (Dutra; Santos, 2017, p. 156).

Em seu texto, composto por nove artigos, o decreto traz algumas novidades, a exemplos da finalidade do PNAES em seu Art. 1º, sendo ela a de “ampliar condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal” (Brasil, 2010), e, diferente da portaria anterior, trouxe explícitos os objetivos do programa em seu Art. 2º, objetivos esses desafiadores e que demonstram a importância da assistência estudantil enquanto instrumento de viabilização do direito à educação para a classe trabalhadora, sendo eles :

“I – democratizar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal; II - minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais na permanência e conclusão da educação superior; III - reduzir as taxas de retenção e evasão; e IV - contribuir para a promoção da inclusão social pela educação” (Brasil, 2010).

O Decreto nº 7.234/2010 também amplia a abrangência do PNAES, ao incluir os Institutos Federais - IFs no escopo de suas ações, conforme o seu Art. 4º, ao descrever que “As ações de assistência estudantil serão executadas por instituições federais de ensino superior, **abrangendo os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia [...]**” (Brasil, 2010, grifos nossos).

Além de um grande avanço para a história da AE, essa inclusão representou também uma vitória na consolidação dos direitos dos estudantes da educação profissional e tecnológica, e das suas necessidades de permanência e êxito estudantil.

Ao que se refere às áreas a serem desenvolvidas as ações do PNAES, além de manter as nove áreas já mencionadas na portaria anterior, o Decreto nº 7.234/2010 acrescenta mais uma área de ação, estabelecendo assim as dez áreas de ações, em seu Art 3º, § 1º

I - moradia estudantil; II - alimentação; III - transporte; IV - atenção à saúde; V - inclusão digital; VI - cultura; VII - esporte; VIII - creche; IX - apoio pedagógico; e **X - acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação** (BRASIL, 2010, grifos nossos).

O poder público então reconhece a necessidade de ações voltadas para a inclusão e participação de estudantes com necessidades educacionais específicas com a finalidade de ampliar suas condições de permanência nas instituições de ensino superior e na educação profissional e tecnológica, cabendo à Assistência Estudantil o desenvolvimento de ações que favoreçam esse propósito.

Já em seu Art. 5º, em um movimento contrário ao até então observado nos artigos anteriores, o Decreto, ao trazer o público-alvo de atendimento pelo PNAES, o pontua como “**prioritariamente estudantes oriundos da rede pública de educação básica ou com renda familiar per capita de até um salário mínimo e meio**, sem prejuízo de demais requisitos fixados pelas instituições federais de ensino superior” (Brasil, 2010, grifos nossos).

Observa-se então que, diferente da Portaria nº 39/2007, o Decreto demonstra uma preocupação em apresentar critérios de acesso ao programa mais explícitos, incluindo um corte de renda com critério prioritário para atendimento nas ações da assistência estudantil (Dutra; Santos, 2017).

Fixar o acesso à assistência estudantil a partir de um critério de renda, segundo Imperatori (2017), significa dizer que esta não se trata de uma política universal de acesso a todos os estudantes, pelo contrário, atribui um caráter de restrição de uma parcela de beneficiários.

É possível notar que, tanto nesta legislação como na anterior, ainda há uma carência de maiores definição sobre as formas de acesso e execução das ações, ficando a cargo de cada instituição de ensino prosseguir com a regulamentação de suas ações e programas da assistência estudantil através de regulamentação própria.

A Lei nº 14.914, de 3 de julho de 2024, institui a Política Nacional de Assistência Estudantil - PNAES no âmbito do Ministério da Educação. Um avanço normativo que vem consolidar as iniciativas anteriores e ampliar as condições de permanência e êxito estudantil, transpondo a assistência estudantil do *status* de programa para uma política nacional.

Com mais robustez e detalhamento, a Lei nº 14.914/2024 é composta por 33 artigos organizados em 13 capítulos. No capítulo I é feita uma apresentação do será a nova PNAES, sua finalidade, público-alvo, objetivos e a sua abrangência através de Programas e Ações.

Diferente do Decreto, além de ampliar as condições de permanência, a Lei avança em seu texto ao traz como finalidade da Política o termo “garantir”, quando destaca em seu Art. 1º que a PNAES tem “a finalidade de ampliar e **garantir** as condições de permanência dos estudantes na educação superior e na educação profissional, científica e tecnológica pública federal e de conclusão dos respectivos cursos” (Brasil, 2024, grifos nossos).

Em relação ao seu público-alvo, há também um avanço de abrangência no campo da Educação Profissional Tecnológica, se comparada à normativa anterior, ao incluir os estudantes de todas as instituições de ensino que compõem a Rede Federal de Educação Profissional Científica e Tecnológica - RFEPCT, não limitando-se apenas aos Institutos Federais como anteriormente, compreendo que a RFEPCT é constituída pelos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia - Institutos Federais, pela Universidade Tecnológica Federal do Paraná - UTFPR, pelos Centros Federais de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca - CEFET-RJ e de Minas Gerais - CEFET-MG, pelas Escolas Técnicas Vinculadas às Universidades Federais e pelo Colégio Pedro II (Brasil, 2008). A lei também prevê a possibilidade de beneficiar estudantes de programas presenciais de mestrado ou doutorado das referidas instituições e estudantes de instituições de ensino superior pública ligadas aos Estados, Distrito Federal e municípios, mediante disponibilidade de recursos orçamentários.

Desta forma, a Lei nº 14.914/2024 segue com a seguinte redação:

§ 1º A PNAES será implementada de forma articulada com as atividades de ensino, pesquisa e extensão das instituições federais de ensino superior e das instituições da **rede federal de educação profissional, científica e tecnológica**, com vistas ao atendimento de estudantes regularmente matriculados em cursos superiores presenciais de graduação e em cursos presenciais de **educação profissional técnica de nível médio** (Brasil, 2024, grifos nossos).

No que se refere aos objetivos da PNAE, há também uma ampliação ao trazer o apoio a estudantes estrangeiros, o estímulo à participação de estudantes em competições e olimpíadas e à formação, extensão e pesquisa na área de assistência estudantil. Desta forma, são objetivos da PNAES:

I - democratizar e **garantir** as condições de permanência de estudantes na educação pública federal; II - minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais na permanência de estudantes nos cursos da educação pública federal e na conclusão desses cursos; III - reduzir as taxas de retenção e de evasão na educação pública federal; IV - contribuir para a promoção da **melhoria de desempenho acadêmico**, de inclusão social pela educação e de **diplomação dos estudantes**; V - **apoiar estudantes estrangeiros da educação superior recebidos no âmbito de acordos de cooperação técnico-científica e cultural entre o Brasil e outros países**; VI - **estimular a participação e o alto desempenho de estudantes em competições, em olimpíadas, em concursos ou em exames de natureza esportiva e acadêmica**; VII - **estimular as iniciativas de formação, extensão e pesquisa específicas para a área de assistência estudantil** (Brasil, 2024, grifos nossos).

Interessante perceber que, apesar de apresentar o estímulo às iniciativas de formação, extensão e pesquisa específicas para a área de assistência estudantil como sendo um dos seus objetivos, a Lei não traz em seu texto possíveis programas, ações ou estratégias com vistas a atingir este objetivo.

Na sequência, a Lei em seu Art. 4º reorganiza a Assistência Estudantil em dez programas, um benefício e serviços.

São eles:

I - Programa de Assistência Estudantil (PAE); II - Programa de Bolsa Permanência (PBP); III - Programa de Alimentação Saudável na Educação Superior (Pases); IV - Programa Estudantil de Moradia (PEM); V - Programa de Apoio ao Transporte do Estudante (Pate); VI - Programa Incluir de Acessibilidade na Educação (Incluir); VII - Programa de Permanência Parental na Educação (Propepe); VIII - Programa de Acolhimento nas Bibliotecas (PAB); IX - Programa de Atenção à Saúde Mental dos Estudantes (PAS); X - Programa Milton Santos de Acesso ao Ensino Superior (Promisaes); XI - Benefício Permanência na Educação Superior; XII - oferta de serviços pelas próprias instituições federais de ensino superior e pelas instituições da rede federal de educação profissional, científica e tecnológica; XIII - outras ações tornadas públicas por meio de ato normativo do Ministro de Estado da Educação, observada a compatibilização dessas ações com as dotações orçamentárias existentes, e desde que não haja prejuízos aos programas e às ações constantes dos incisos I a XII do caput deste artigo (Brasil, 2024).

Nos capítulos seguintes, a Lei irá detalhar cada um deles, dedicando um capítulo para cada programa e ações mencionados anteriormente. Serão apresentados os públicos-alvo

e prioritários, os objetivos e alguns critérios de acesso em alguns casa. É possível observar que cada programa possui públicos específicos e objetivos distintos, dentro do escopo maior da permanência e êxito estudantil.

O *Programa de Assistência Estudantil - PAE*, de acordo com o art. 5º da referida Lei, será desenvolvido mediante a concessão de benefício direto ao estudante assistido, direcionado a dez áreas de atendimentos: moradia estudantil, alimentação, transporte, atenção à saúde, inclusão digital, cultura, esporte, atendimento pré-escolar a dependentes, apoio pedagógico e ações voltadas à participação e permanência de estudantes com deficiência, com transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades ou beneficiários de políticas de ações afirmativas, entre outros (BRASIL, 2024).

Neste capítulo, destaca-se como um avanço trazido pela PNAES a garantia de participação discente na formulação, execução e avaliação do programa. Esse elemento é considerado um avanço em relação aos normativos anteriores, por reforçar a importância da construção de uma assistência estudantil mais participativa e democrática (Castos; Trindade; Oliveira, 2024)

No entanto, Borsato et al. (2024) chamam a atenção para o fato de que a PNAES, ao passo que avança em alguns pontos, também recua em relação ao Decreto PNAES/2010, quando diminui o teto de renda per capita familiar de 1,5 para 1 salário mínimo. Segundo os autores, o fato do conceito de vulnerabilidade ser amplo e a lei não estabelecer a concepção adotada, e ainda diante desse estreitamento do corte de renda, essa alteração expressará maior seletividade às práticas já desenvolvidas pelas instituições de ensino.

Já o *Programa de Bolsa Permanência - PBP* está voltado a viabilizar a permanência de estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, com prioridade para estudantes indígenas e quilombolas. Sob o formato de auxílio financeiro, a bolsa permanência tem por finalidade “minimizar as desigualdades sociais e étnico-raciais e contribuir para a permanência e a diplomação dos estudantes” (Brasil, 2024).

Castos, Trindade e Oliveira (2024) destacam que a inclusão do PBP como capítulo da Lei representa um avanço significativo, pois retira o programa do campo de ato administrativo por meio de portarias ministeriais (Portaria MEC nº 389/2013 e Portaria MEC nº 1.999/2023), conferindo-lhe status de política pública nacional com segurança jurídica, o que implica garantia de continuidade e possibilidade de ampliação.

Por outro lado, os mesmos autores apontam retrocessos significativos, advindo do veto ao § 2º do art. 9º, que previa os parâmetros de valores mínimos a serem pagos através da bolsa permanência. O veto elimina a previsão legal já garantida nas portarias anteriores, de

que a bolsa de estudantes indígenas e quilombolas deveria ser, no mínimo, o dobro das demais, considerando as especificidades de suas condições socioculturais, geográficas e históricas. (Brasil, 2013; Brasil, 2023) justificativa do governo para o veto, de que a previsão legal seria contrária ao interesse público por implicar impacto orçamentário, é criticada pelos autores como um retrocesso que compromete a efetividade do programa.

Somada a esta alteração, Borsato et al. (2024) também observam que, em relação ao PBP um dos principais ajustes referem-se também à redução do limite de renda familiar mensal per capita para 1 salário mínimo.

O *Programa de Alimentação Saudável na Educação Superior - PASES*, apresentado nos artigos 11 a 14 da Lei nº 14.914/2024, visa garantir a segurança alimentar e nutricional dos estudantes de instituições federais durante suas atividades acadêmicas, promovendo o direito à alimentação adequada como parte da permanência estudantil. Ainda, segundo o texto legal, o PASES deve respeitar as dimensões ambientais, culturais, econômicas, regionais e sociais na formulação das ofertas alimentares, atuar em consonância com o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - SISAN, e priorizar alimentos sustentáveis e saudáveis. As instituições devem oferecer espaços apropriados, como restaurantes universitários - RUs, que também funcionem como ambientes de formação cidadã (BRASIL, 2024).

A inserção da alimentação estudantil como programa específico dentro da PNAES, como destaca Castro, Trindade e Oliveira (2024), representa um avanço significativo, considerando o dado do FONAPRACE (2019) de que mais de 80% dos estudantes das IFES se encontram em vulnerabilidade socioeconômica. Esse dado evidencia a importância deste programa para a garantia de segurança alimentar, na defesa da dignidade humana e do suprimento das necessidades básicas de sobrevivência de estudantes em situação de vulnerabilidade.

Entretanto, esses autores também criticam o veto ao §2º do Art. 14, que previa gratuidade de alimentação para estudantes assistidos pelo PAE. Segundo eles, o veto gera insegurança jurídica em relação à gratuidade para estudantes atendidos pela PAE. A ausência da obrigatoriedade de oferta gratuita na Lei abre margem para que as IFES possam estabelecer valores incompatíveis com a realidade socioeconômica de muitos estudantes, ou ainda limitar a gratuidade a estudantes em extrema pobreza (Castro; Trindade; Oliveira, 2024).

A II Pesquisa Nacional do Perfil das Instituições Federais do Ensino Superior para a Assistência Estudantil, realizada em 2016 pelo FONAPRACE e ANDIFES demonstram que,

em relação a presença de Restaurantes Universitários - RU próprios nas IFES, 15,8% das IFES não possuem RU em nenhum de seus campi, e 31,6% das IFES possuem apenas um RU em toda a sua rede de campus. Apesar da referida pesquisa abranger 57 instituições e não ter considerado os Institutos Federais, é possível acreditar que esta é também a realidade dos Institutos Federais. Deste modo, entende-se que há um grande desafio a ser enfrentado para a efetivação do PASES.

Ao realizar uma análise crítica, é necessário destacar que apesar de o PASES representar um avanço legal importante, sua efetividade dependerá de recursos financeiros suficientes, infraestrutura física adequada e compromisso governamental. É necessário garantia de orçamento para que as metas de ampliação da rede de RUs e a promoção da alimentação como direito humano, assim como os demais compromissos assumidos na PNAES sejam contemplados.

Ao que se refere ao *Programa Estudantil de Moradia - PEM*, previsto nos artigos 15 a 17 da Lei nº 14.914/2024, trata-se de programa que destina-se a viabilizar condições de moradia digna aos estudantes em situação de vulnerabilidade, públicos da PNAES. Ainda segundo a legislação, os detalhamentos operacionais do programa deverão ser definidos por regulamento específico (BRASIL, 2024).

O PEM representa então, segundo Borsato et al. (2024), um esforço de regulamentação das moradias estudantis já existentes em algumas instituições federais, ao mesmo tempo que abre margem para que sejam adotadas novas modalidades de apoio à moradia, indo além da tradicional oferta de residências estudantis físicas. Essa abertura normativa é vista como positiva, pois permite maior flexibilidade às instituições na resposta às demandas locais, embora careça de diretrizes mais detalhadas e de investimentos públicos consistentes para sua efetivação.

Castos, Trindade e Oliveira (2024) também apontam que a criação do PEM pode ser considerada um avanço ao reconhecer formalmente a moradia como direito associado à permanência estudantil. No entanto, evidenciam dados da Secretaria Nacional de Casas de Estudantes - SENCE, que apontam que a maioria das universidades brasileiras não dispõe de moradias universitárias ou Casas do Estudante, levando à predominância de auxílios financeiros em detrimento da criação de infraestrutura permanente (SENCE, Brasil, 2013). Os autores reforçam a importância de substituir medidas paliativas, como bolsas de auxílio aluguel, por políticas de construção de equipamentos dentro dos próprios campi, que além de suprirem necessidades básicas, promovem integração e fortalecimento da vivência universitária (Castro; Trindade; Oliveira, 2024).

Na sequência, a Lei nº 14.914/2024 apresenta o *Programa Incluir de Acessibilidade na Educação - Incluir*, instituído no Capítulo VI e tem como finalidade a implantação e consolidação de núcleos de acessibilidade nas instituições federais de ensino, visando à promoção de ações que garantam o acesso pleno das pessoas com deficiência à educação superior e à educação profissional, científica e tecnológica. Dentre seus objetivos estão: garantir a inclusão e a permanência de estudantes com deficiência; oferecer apoio pedagógico específico, inclusive por meio de práticas de extensão universitária; assegurar o ensino da Língua Brasileira de Sinais - Libras nos cursos de formação de professores; eliminar barreiras de diversas naturezas; e promover a acessibilidade a todos os ambientes físicos das instituições (BRASIL, 2024).

Castro, Trindade e Oliveira (2024) destacam que a inserção do Programa Incluir no texto legal representa um avanço relevante para a consolidação de políticas inclusivas nas instituições federais de ensino superior - IFES e na rede federal de educação profissional, científica e tecnológica. Os autores contextualizam que a origem do programa remonta ao ano de 2005, quando o Ministério da Educação - MEC instituiu o "Programa Incluir: Acessibilidade na Educação Superior", em conformidade com o Decreto nº 5.296/2004, que regulamentava as Leis nº 10.048/2000 e nº 10.098/2000. Esse programa, regulamentado pela Portaria nº 14/2007, já visava fomentar a criação de núcleos de acessibilidade, no entanto é inquestionável o avanço que se dá ao incorporar um programa voltado especificamente para a inclusão de estudantes PcDs em uma política nacional, uma vez que, as ações voltadas para a inclusão deste público específico se davam de forma diluídas nas normativas anteriores da AE.

Na mesma linha, Borsato et al. (2024) reforçam que a inserção do Incluir como programa previsto em lei representa um marco relevante para os núcleos de acessibilidade, pois lhes confere respaldo legal para atuação no âmbito das instituições. No entanto, os autores ponderam que a Lei nº 14.914/2024 trata apenas dos objetivos gerais do programa, delegando ao poder executivo a regulamentação do conteúdo mais importante que se refere ao funcionamento, alocação de recursos financeiros, definição de equipe técnica, entre outros. Assim, a efetividade do Incluir dependerá do detalhamento normativo complementar e, sobretudo, da garantia de financiamento adequado.

Por sua vez, o *Programa de Apoio ao Transporte do Estudante - PATE*, instituído pelos artigos 20 e 21 da Lei nº 14.914/2024, tem-se a finalidade de assegurar transporte gratuito aos estudantes das instituições federais de ensino superior e das instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica que residem em regiões onde não

há disponibilidade de transporte público para acesso regular às instituições de ensino. Seus objetivos centrais são: garantir a mobilidade dos estudantes para atividades de ensino, pesquisa e extensão; contribuir para seu desenvolvimento e aprendizagem; e assegurar o uso de veículos adequados, priorizando aqueles que favoreçam a transição energética (BRASIL, 2024).

Destacam que o PATE representa um avanço ao estabelecer um programa específico e coordenado para a questão do transporte estudantil, diferentemente do Decreto nº 7.234/2010, no qual o tema figurava apenas como uma das áreas de ação da assistência estudantil. A criação de um programa específico permite que as Instituições Federais de Ensino - IFEs estruturem melhor as ações nesta área (Castro; Trindade; Oliveira, 2024).

Um ponto positivo ressaltado por Castro, Trindade e Oliveira (2024) é a diretriz que prioriza veículos que contribuam para o processo de transição energética, o que alinha o programa aos compromissos ambientais do governo federal, em especial à meta de redução do uso de combustíveis fósseis e ampliação das fontes renováveis de energia, conforme anunciado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Borsato et al. (2024) também reconhecem a importância do programa, mas fazem uma ressalva quanto à falta de clareza sobre como ocorrerão as adequações e a criação de novas ações destinadas ao atendimento dos estudantes em regiões sem transporte público, pontuando que tais definições dependerão de regulamentações futuras.

O *Programa de Permanência Parental na Educação - PROPEPE*, apresentado nos artigos 22 e 23 representa uma inovação significativa na Política Nacional de Assistência Estudantil ao propor a criação de infraestrutura física e de acolhimento voltada às necessidades materno e paterno-infantis. O programa é direcionado a estudantes com filhos menores de seis anos de idade, matriculados em instituições federais de ensino superior e na rede federal de educação profissional, científica e tecnológica. Seus objetivos incluem: acolher as famílias estudantis, oferecer espaços físicos de acolhimento adequados e criar espaços infantis com atividades lúdico-pedagógicas de modo a permitir o acesso, a permanência e a progressão de discentes enquanto desenvolvem suas atividades acadêmicas, preferencialmente integradas à extensão universitária (BRASIL, 2024).

Segundo Castro, Trindade e Oliveira (2024), o PROPEPE configura um avanço em relação ao antigo modelo de auxílio-creche previsto no Decreto nº 7.234/2010, o qual era considerado insuficiente, burocrático e pouco efetivo na cobertura de custos reais com creche, especialmente para famílias com mais de um filho pequeno. O novo programa propõe uma abordagem mais abrangente e estrutural, focada em espaços físicos e acolhedores dentro das

instituições, o que pode representar uma maior segurança e permanência para mães e pais estudantes.

A ausência de apoio adequado para estudantes com filhos sempre foi um ponto de fragilidade da política de assistência estudantil, reafirmado pelos dados do FONAPRACE (2019), que mostram que apenas 0,3% dos estudantes assistidos utilizam creches nas universidades e apenas 5,2% contam com creches ou outros arranjos de apoio nas universidades.

Dessa forma, o PROPEPE busca responder a uma demanda histórica dos movimentos estudantis e feministas. Como destacam Borsato et al. (2024), o programa possui características de serviço e infraestrutura e sua regulamentação é aguardada com expectativa para que se concretize em ações efetivas. A criação desses espaços poderá contribuir diretamente para a redução da evasão e retenção de estudantes com filhos, especialmente mães, oferecendo suporte em momentos cruciais da formação acadêmica.

Já o *Programa de Acolhimento nas Bibliotecas - PAB*, previsto nos artigos 24 e 25 da PNAES tem como finalidade principal a criação e a qualificação de espaços físicos adequados ao estudo, à pesquisa e à permanência estudantil nas instituições federais de ensino superior e nas da rede federal de educação profissional, científica e tecnológica. Seus objetivos incluem: o funcionamento das bibliotecas ou salas de estudo durante 24 horas, sob orientação de bibliotecários, com estrutura confortável e segura para o estudo, a consulta bibliográfica, a pesquisa e o acesso à internet; a atualização e ampliação dos acervos; e a melhoria nos serviços de informação para garantir acesso qualificado à informação (BRASIL, 2024).

O PAB configura-se como uma inovação em se tratando de Assistência Estudantil, segundo Castro, Trindade e Oliveira (2024), já que esta dimensão não era contemplada no decreto PNAES/2010 de forma explícita. Os autores destacam que, embora algumas universidades, especialmente aquelas criadas ou expandidas pelo Programa Reuni (instituído pelo Decreto nº 6.096/2007), já contem com bibliotecas com certa estrutura, em muitos campi, principalmente os localizados em regiões interioranas, as bibliotecas não atendem às exigências previstas pelo novo programa. Estes sinalizam a possibilidade de que, a longo prazo, exista rubrica específica para sua efetivação e expansão dentro da verba destinada à PNAES (Castro; Trindade; Oliveira, 2024).

Corroborando com este pensamento, Borsato et al. (2024), também concorda que o PAB introduz um aspecto pouco explorado pelas políticas anteriores de assistência estudantil, ao tratar explicitamente da infraestrutura de bibliotecas como ferramenta de permanência. Os autores, embora reconheçam que espaços adequados de estudo sejam fundamentais para o

rendimento acadêmico, compreendem a inclusão deste programa na PNAES como uma estratégia de garantir financiamento às bibliotecas, o que pode “gerar disputa em relação aos recursos já escassos para as demais ações. Isso pode desresponsabilizar ainda mais as gestões das IFES quanto a equipar essas estruturas” (Borsato *et al.*, 2024).

Ao que se refere ao *Programa de Atenção à Saúde Mental dos Estudantes - PAS*, este destina-se a promover uma cultura do cuidado no ambiente estudantil e a melhoria das relações entre a comunidade acadêmica (estudantes, professores e funcionários técnico-administrativos) no âmbito das instituições federais de ensino superior e da rede federal de educação profissional, científica e tecnológica. O programa propõe consolidar o modelo de atenção à saúde mental aberto e de base comunitária, com valorização da convivência familiar, acolhimento de pessoas em sofrimento psíquico, proporcionar informação e comunicação sobre saúde mental e construir de uma cultura institucional inclusiva, acolhedora, antimanicomial, humanista e não violenta (BRASIL, 2024).

De acordo com Castro, Trindade e Oliveira (2024), embora a saúde estudantil fosse indicada como uma das áreas de atuação desde o Decreto nº 7.234/2010, ainda não havia diretrizes específicas para sua efetivação no âmbito da assistência estudantil. Até então, ações voltadas à saúde mental eram pontuais e concentradas principalmente nos campi sede das IFES. Os autores destacam que a pandemia da COVID-19 agravou um quadro já crítico de adoecimento mental e que a escassez de investimentos voltados para essa área, a insuficiência de profissionais capacitados e a falta de acesso a esses serviços por pessoas em situação de vulnerabilidade são fatores que dificultam o acesso ao cuidado da saúde mental (Barbosa, 2023, apud Castro; Trindade; Oliveira, 2024).

Nesse contexto em que também estão inseridos os estudantes, a implementação do PAS busca dar resposta ao adoecimento crescente de estudantes das IFES, reconhecendo o papel ambivalente que essas instituições podem ter: ao mesmo tempo em que promovem formação acadêmica, podem também ser fontes de sofrimento psíquico, que gerados ou não dentro nas instituições, precisam ser cuidados por ela (Castro; Trindade; Oliveira, 2024).

O último programa a ser apresentado é o *Programa Milton Santos de Acesso ao Ensino Superior - Promisaes*. Sua finalidade é apoiar estudantes estrangeiros matriculados em instituições federais de ensino superior e instituições da rede federal de educação profissional, científica e tecnológica, oriundos de programas de cooperação técnico-científica e cultural firmados entre o Brasil e países com os quais mantém acordos educacionais ou culturais. Os objetivos específicos do Promisaes, conforme previstos na nova legislação, são: adotar medidas que viabilizem o intercâmbio de estudantes no âmbito do Programa de

Estudantes-Convênio de Graduação PEC-G; e ofertar auxílio financeiro a esses estudantes durante sua permanência em cursos presenciais de graduação nas instituições em que abrange a PNAES (Brasil, 2024).

Conforme destacam Castro, Trindade e Oliveira (2024), o Promisaes já existia desde 2003, regulamentado pelo Decreto nº 4.875/2003 e pela Portaria MEC nº 745/2012, e o que se observa na nova lei é a incorporação deste programa ao corpo legal da PNAES. Embora o texto da Lei nº 14.914/2024 não traga grandes inovações em relação ao que já estava previsto anteriormente, os autores ressaltam que o reconhecimento do Promisaes como parte de uma política pública nacional representa um importante avanço no sentido de garantir maior institucionalidade e estabilidade ao programa, ainda que sua implementação dependa de regulamentação de diretrizes próprias, como já acontecia anteriormente.

Além dos dez programas apresentados anteriormente, a lei autoriza e prevê a concessão do chamado *Benefício Permanência na Educação Superior*, que em articulação com outras políticas sociais da União, em especial de transferência de renda, buscará beneficiar famílias de baixa renda cadastradas no Cadastro Único para Programas Sociais que tenha dependentes matriculados em cursos de graduação das instituições de ensino superior abrangidas pela PNAES (Brasil, 2024).

Em suas considerações finais, a Lei ainda estabelece a criação do Sistema Nacional de Informações e de Controle dos programas e das ações da PNAES. Sistema esse em que as instituições atendidas pela PNAES prestarão todas as informações referentes à implementação, execução e avaliação das ações da PNAES, “sob pena de suspensão do repasse de recursos financeiros até a regularização dessas informações” (Brasil, 2024).

Conclui-se, portanto, que o reconhecimento da Política de Assistência Estudantil como um direito social, aliado à compreensão de que fatores socioeconômicos influenciam significativamente o sucesso acadêmico, representa um avanço importante na consolidação das políticas educacionais. Trata-se de uma mudança de perspectiva que supera a visão limitada de que o desempenho acadêmico resulta apenas do binômio capacidade-oportunidade, como aponta Imperatori (2017). É preciso considerar outros elementos determinantes, como as condições de moradia, alimentação, transporte e demais aspectos relacionados à vulnerabilidade social dos estudantes. Essa compreensão reforça a importância da Assistência Estudantil enquanto política que integra a promoção do acesso, da permanência e do êxito acadêmico com a garantia de direitos sociais básicos.

Em suma, analisando o percurso normativo da Assistência Estudantil, através dos três instrumentos normativos propostos (Portaria nº 39/2007; Decreto nº 7.234/2010 e Lei nº

14.914/2024), destaca-se como primeiro aspecto importante presente em todos os documentos citados o delineamento de que as ações da Assistência Estudantil aconteçam de forma articulada com as atividades de ensino, pesquisa e extensão.

Sobre esse aspecto, Borsato et al (2024) refletem que

Essa perspectiva reforça a compreensão de assistência estudantil como componente estruturante da política educacional em nível superior característico da rede federal de ensino (universidades e institutos federais) em que a indissociabilidade do ensino, pesquisa e extensão é imperativa. Essa demarcação precisa ser interpretada concebendo a assistência estudantil enquanto parte constitutiva da política educacional, e não como uma política pública dissociada ou autônoma (Borsato *et al.*, 2024, n.p.).

É destacado então, a característica de indissociabilidade da Assistência Estudantil em relação à política de educação, sendo parte constitutiva desta. Sua finalidade é, portanto, reconhecida enquanto estratégia de combate às desigualdades sociais, na ampliação das condições de permanência e êxito estudantil, assim como no fortalecimento da democratização da educação superior e da educação profissional e tecnológica.

Observa-se também que a promulgação da Lei nº 14.914/2024 representa um marco importante no fortalecimento da Política Nacional de Assistência Estudantil ao elevar a assistência estudantil ao patamar de política de Estado, conferindo institucionalidade e maior segurança jurídica às ações voltadas à permanência e ao êxito dos(as) estudantes nas instituições federais de ensino.

A análise dos programas que compõem a PNAES evidencia avanços significativos, como a ampliação do escopo da assistência estudantil, a valorização da saúde mental, a promoção de uma cultura de cuidado e inclusão, a previsão de participação discente e a criação de um sistema de gestão das ações da assistência estudantil. Contudo, também revela desafios persistentes de implementação, no que diz respeito às limitações orçamentárias enfrentadas pelas instituições. Apesar do avanço conceitual, será necessário assegurar recursos e regulamentações específicas que garantam a viabilidade dos programas e ações, evitando que sua proposta fique restrita ao plano normativo.

Outro ponto que merece atenção é o de que, apesar da ampliação e do fortalecimento conferidos pela lei, o dispositivo legal ainda não prevê estratégias para expandir as equipes multidisciplinares, tampouco ações de formação continuada em Assistência Estudantil voltadas aos profissionais responsáveis por executar o amplo conjunto de serviços e programas contemplados pela PNAES. Considerando que é na realidade concreta que a política se materializa, o trabalho da equipe multidisciplinar está diretamente relacionado à

oferta e à qualidade dos serviços prestados e é crucial enxergar as necessidades das equipes multiprofissionais executoras da política.

Nesse sentido, a efetiva implementação da lei dependerá não apenas de sua normatização, mas também de vontade política, financiamento adequado e condições reais para que os direitos previstos se traduzam em realidades concretas e transformadoras. Há que se fazer também uma reflexão sobre a forma como esta política vem se efetivando nas instituições de ensino e na realidade de estudantes em situação de vulnerabilidade.

4 O IFPB - CAMPUS ITAPORANGA ENQUANTO CAMPO DA PESQUISA: UM ESTUDO DE CASO

O presente capítulo realizou o estudo de caso do Instituto Federal de Educação Profissional e Tecnológica da Paraíba - Campus Itaporanga. Para tanto, versou brevemente sobre a criação da Rede Federal de Educação Profissional, sobre o Instituto Federal da Paraíba - IFPB, e, por fim, apresentou o campus Itaporanga, *locus* da pesquisa.

4.1 A REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA

A educação profissional no Brasil tem suas raízes históricas que remontam ao século anterior, como já apresentado anteriormente. No entanto é em 2008, durante o governo do então presidente Luiz Inácio Lula da Silva que há, através da Lei n ° 11.892/2008, a instituição da Rede Federal de Educação Profissional Científica e Tecnológica - RFEPCT, no âmbito da rede federal de ensino, vinculada ao Ministério da Educação.

A citada legislação, em seu Art. 1º estabelece que a RFEPCT será constituída pelas seguintes instituições:

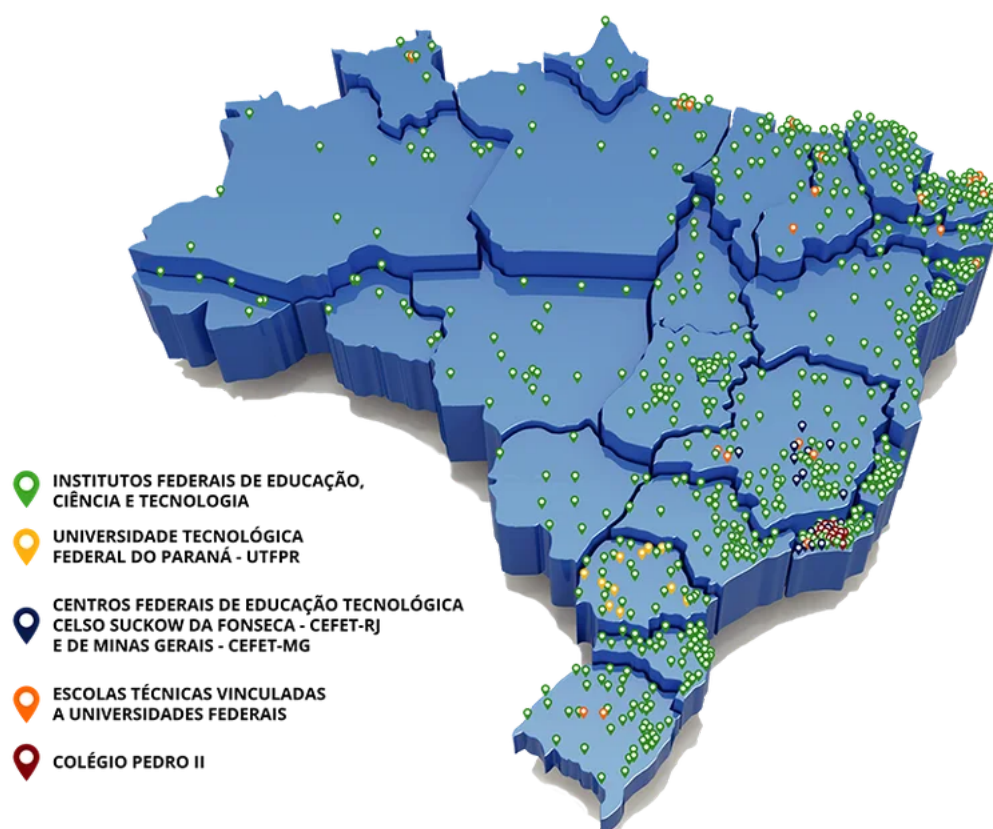
- I - Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia - Institutos Federais;
- II - Universidade Tecnológica Federal do Paraná - UTFPR;
- III - Centros Federais de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca - CEFET-RJ e de Minas Gerais - CEFET-MG;
- IV - Escolas Técnicas Vinculadas às Universidades Federais.
- IV - Escolas Técnicas Vinculadas às Universidades Federais; e (Redação dada pela Lei nº 12.677, de 2012)
- V - Colégio Pedro II (Brasil, 2008).

A Lei n ° 11.892/2008 também institui a criação dos Institutos Federais de Educação Profissional e Tecnológica - IF's. Estes, assim como as demais instituições que compõem a RFEPCT, de acordo com a legislação, “[...] possuem natureza jurídica de autarquia, detentoras de autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar (Brasil, 2008).

Os Institutos Federais são, portanto, instituições pluricurriculares e multicampi, especializadas na oferta de educação profissional e tecnológica, nas diferentes modalidades de ensino (ensino básico, profissional e superior), convergindo conhecimentos técnicos e tecnológicos com os saberes e práticas pedagógicas (Brasil, 2008).

O avanço da Rede Federal de Educação Profissional e o processo de expansão e interiorização dos Institutos Federais têm levado unidades para todos os estados do Brasil. Segundo o portal do Ministério da Educação - MEC, “em 2024, já existem 685 unidades, sendo estas vinculadas a 38 Institutos Federais, a 2 Centros Federais de Educação Tecnológica (Cefets), à Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), a 22 escolas técnicas ligadas às universidades federais e ao Colégio Pedro II” (MEC, 2024). Conforme a figura 5.

Figura 5 - Presença no país das instituições que compõem a Rede Federal de Educação Profissional Científica e Tecnológica e seus respectivos campi, no ano de 2024



Fonte: Rede Federal de Educação Profissional Científica e Tecnológica (MEC, 2024).

Dentre os objetivos dos Institutos Federais, de acordo com a sua Seção III, está garantir a oferta de no mínimo 50% (cinquenta por cento) de suas vagas para a educação profissional técnica de nível médio, prioritariamente na forma de cursos integrados, para os concluintes do ensino fundamental e para o público da educação de jovens e adultos. E ainda, a oferta de no mínimo 20% (vinte por cento) de suas vagas para cursos de licenciatura, programas especiais de formação pedagógica, tendo em vista a formação de professores para

a educação básica, em especial, nas áreas de ciências, matemática e educação profissional (Brasil, 2008).

A estruturação da RFEPCT e dos Institutos Federais e sua expansão significou, portanto, a ampliação do acesso das camadas populares à educação profissional e tecnológica como antes ainda não visto, unificando a rede de oferta de ensino profissionalizante no país e fortalecendo-a.

4.2 O INSTITUTO FEDERAL DA PARAÍBA - IFPB

Instituição centenária, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba - IFPB recebeu diferentes nomenclaturas do decorrer de sua história: Escola de Aprendizes Artífices da Paraíba (1909 a 1937); Liceu Industrial de João Pessoa (1937 a 1942); Escola Industrial (1942 a 1958); Escola Industrial Coriolano de Medeiros (1958 a 1965); Escola Industrial Federal da Paraíba (1965 a 1968); Escola Técnica Federal da Paraíba (1968 a 1999); Centro Federal de Educação Tecnológica da Paraíba (1999 a 2008) e, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba, com o advento da Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, como é chamado até hoje (IFPB, 2021).

Sua longa trajetória histórica demonstra o quanto essa instituição possui raízes consolidadas na história da Paraíba, tornando-se referência na oferta de Educação Profissional e Tecnológica em todo o estado.

Tem sua atuação, conforme Art 4º do Regimento Geral vigente, baseada nos seguintes princípios norteadores:

- I. compromisso com a prática da justiça social, equidade, cidadania, ética, conservação e preservação do meio ambiente, transparência e gestão democrática;
- II. verticalização do ensino e sua integração com a pesquisa e a extensão;
- III. eficácia nas respostas de formação profissional, difusão do conhecimento humanístico, científico, ambiental e tecnológico, artístico-cultural e desportivo e suporte aos arranjos produtivos locais, sociais e culturais;
- IV. compromisso com a educação inclusiva e emancipatória, em conformidade com a legislação brasileira de inclusão da pessoa com deficiência;
- V. natureza laica, pública e gratuita do ensino, sob a responsabilidade da União; 24 Regimento Geral do IFPB
- VI. respeito à ética, à diversidade étnica, ao meio ambiente, à livre orientação sexual, à diversidade cultural e biológica;
- VII. pluralismo de pensamento;
- VIII. indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão;
- IX. flexibilidade de métodos, critérios e procedimentos de ensino;

- X. incentivo às práticas de autogestão e solidariedade no âmbito interno e externo;
- XI. excelência educacional;
- XII. defesa dos direitos humanos e vedação do retrocesso social; e
- XIII. excelência na gestão institucional (IFPB, 2018, p. 23-24).

O Estatuto da Instituição, Resolução nº 246, de 18 de dezembro de 2015, do Conselho Superior do IFPB (CONSUPER), ainda dispõe sobre as finalidades precípua do IFPB:

- I. ofertar educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, formando e qualificando cidadãos com vistas na atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional;
- II. desenvolver a educação profissional e tecnológica como processo educativo e investigativo de geração e adaptação de soluções técnicas e tecnológicas às demandas sociais e peculiaridades regionais;
- III. promover a integração e a verticalização da educação básica à educação profissional e educação superior, otimizando a infra-estrutura física, os quadros de pessoal e os recursos de gestão;
- IV. orientar sua oferta formativa em benefício da consolidação e fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais, identificados com base no mapeamento das potencialidades de desenvolvimento socioeconômico e cultural no âmbito de atuação do Instituto Federal;
- V. constituir-se em centro de excelência na oferta do ensino de ciências, em geral, e de ciências aplicadas, em particular, estimulando o desenvolvimento de espírito crítico, voltado à investigação empírica;
- VI. qualificar-se como centro de referência no apoio à oferta do ensino de ciências nas instituições públicas de ensino, oferecendo capacitação técnica e atualização pedagógica aos docentes das redes públicas de ensino;
- VII. desenvolver programas de extensão e de divulgação científica e tecnológica;
- VIII. realizar e estimular a pesquisa aplicada, a produção cultural, o empreendedorismo, o cooperativismo e o desenvolvimento científico e tecnológico;
- IX. promover a produção, o desenvolvimento e a transferência de tecnologias sociais, notadamente as voltadas à preservação do meio ambiente (IFPB, 2015, p. 15-16).

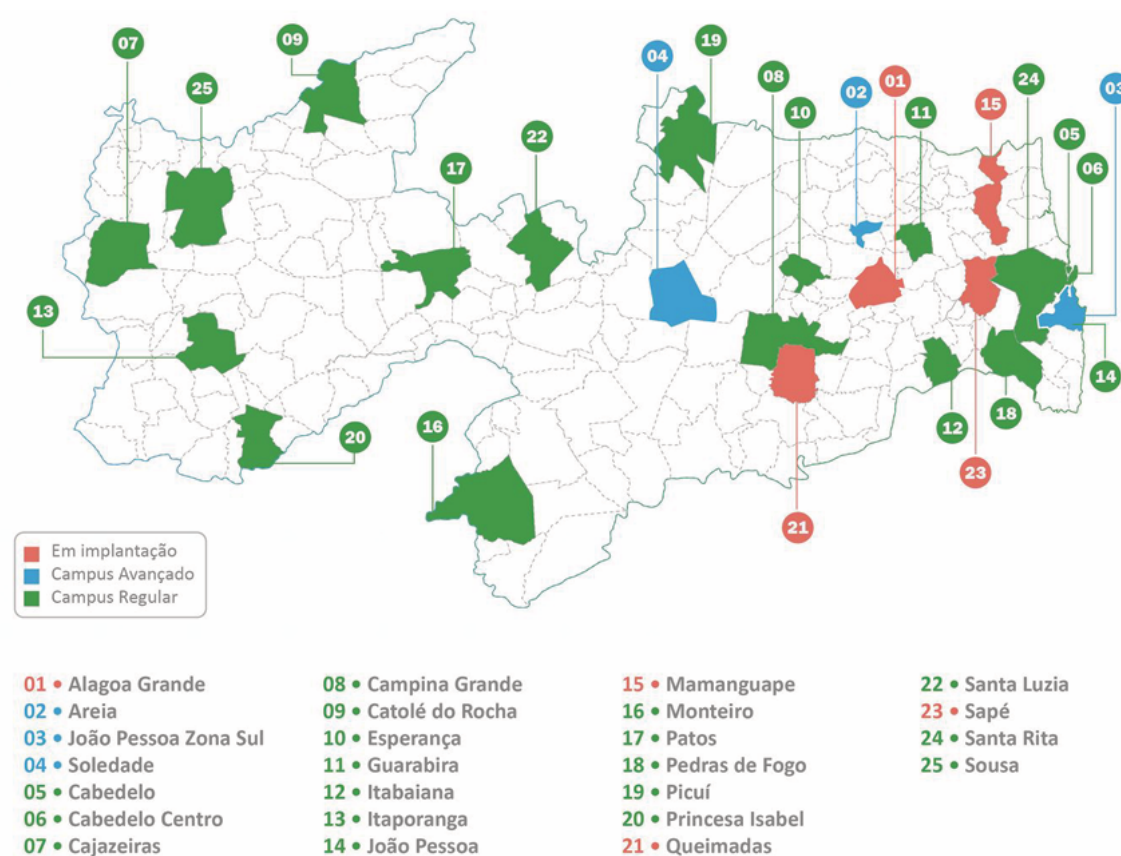
Tem como missão institucional “[...] ofertar a educação profissional, tecnológica e humanística em todos os seus níveis e modalidades por meio do Ensino, da Pesquisa e da Extensão, na perspectiva de contribuir na formação de cidadãos para atuarem no mundo do trabalho e na construção de uma sociedade inclusiva, justa, sustentável e democrática” (IFPB, 2021, p. 293).

Sendo assim, o IFPB constitui-se como referência de educação profissional, contanto atualmente com 21 campi regulares, 4 campi em implantação e 1 Polo de Inovação, distribuídos por todo o território do estado. São ofertados atualmente cursos técnicos nas

modalidades Integrado, Subsequente e Concomitante ao ensino Médio, além da oferta de cursos de Formação Inicial e Continuada - FIC, cursos Superiores nas modalidades Tecnológica, de Bacharelado, Licenciatura e cursos de Pós-Graduação (Lato sensu e Stricto sensu) (IFPB, 2025).

Observa-se a seguir, na figura 6, o mapa das cidades da Paraíba com destaque dos municípios que contam com unidades do IFPB, e seus status de implantação.

Figura 6 - Área de Abrangência do Instituto Federal da Paraíba



Fonte: IFPB (2025).

Sua história de expansão demonstra o fortalecimento da Rede Federal de Educação Profissional na Paraíba, instalando suas unidades em todos os cantos do estado.

4.3 A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NO IFPB

De certo que a ampliação da Rede Federal e a expansão do acesso das camadas populares ao ensino profissional trazem consigo a necessidade também de expansão do suporte à permanência e êxito estudantil através das ações e programas da assistência

estudantil e da necessidade que tais ações disponham de regulamentação própria, de modo a estruturar esta política em cada instituição.

Uma vez que o Decreto nº 7.234/2010 que dispôs sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES, vigente à época, carecia de maiores definições sobre as formas de acesso e execução das ações de Assistência Estudantil, ficaria a cargo de cada instituição de ensino dispor de regulamentação própria voltada para estruturar a oferta de suas ações e programas da assistência estudantil, respeitando as suas especificidades locais.

Sendo assim, no âmbito do Instituto Federal da Paraíba, foi instituída inicialmente a Resolução nº 40/2011, que dispôs sobre a Política de Assistência Estudantil do IFPB, vindo a ser substituída posteriormente pela Resolução nº 16, de 2 de agosto de 2018, que reformula a Política de Assistência Estudantil do IFPB, estando esta vigente até os dias atuais.

A Política de Assistência Estudantil do Instituto Federal da Paraíba - IFPB, materializada por meio de seus programas, busca assegurar aos estudantes o acesso, a permanência e êxito, “[...] na perspectiva de formar cidadãos éticos para atuarem no mundo do trabalho e na construção de uma sociedade inclusiva, justa, sustentável e democrática” (IFPB, 2018), em consonância com a missão institucional.

Suas ações são norteadas por princípios, conforme Art 2º. São eles:

- I – educação como um bem público, gratuito e de qualidade;
- II – multidisciplinaridade das ações de Assistência Estudantil e respeito ao pluralismo de ideias;
- III – Assistência Estudantil como direito social e dever político;
- IV – reconhecimento da liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber, como valor ético central;
- V – compromisso com a qualidade dos serviços prestados;
- VI – fortalecimento da formação humanística no processo de aprendizagem do educando;
- VII – empenho na eliminação de todas as formas de preconceito e discriminação, incentivando o respeito à diversidade e à discussão das diferenças;
- VIII – comprometimento com a educação de qualidade para jovens e adultos trabalhadores que tiveram seu processo formativo interrompido;
- IX – promoção à saúde, esporte e lazer como direito social e dever político;
- X – posicionamento em favor da equidade e da justiça social, que assegure o acesso, a permanência e a conclusão do curso com qualidade;
- XI – socialização, com a comunidade, do conhecimento elaborado e produzido no processo de aprendizagem (IFPB, 2018).

Tais princípios refletem os valores institucionais do IFPB e estão em consonância com as diretrizes da Política Nacional de Assistência Estudantil - PNAES, fundamentando-se na promoção da equidade, na justiça social, no acesso a direitos sociais, na permanência na educação pública e no compromisso com a formação humana. Estes valores se mostram

essenciais para analisar as ações da política e os sentidos que ela assume no contexto institucional e nas práticas cotidianas da equipe multiprofissional que a executa.

Na sequência, a resolução apresenta em seu Art 3º os objetivos que a política busca cumprir:

- I – fortalecer e ampliar programas e projetos de Assistência Estudantil que garantam a permanência e o êxito dos estudantes;
- II – realizar acompanhamento pedagógico e biopsicossocial aos discentes, contribuindo com o processo de aprendizagem;
- III – assegurar aos discentes com necessidades educativas específicas condições para seu amplo desenvolvimento acadêmico;
- IV – promover programas de atenção aos estudantes com deficiência;
- V – ofertar educação de qualidade para jovens e adultos trabalhadores que tiveram seu processo educativo interrompido;
- VI – garantir ao corpo discente igualdade de oportunidades no exercício das atividades acadêmicas;
- VII – promover ações que visem à igualdade de oportunidades socioeconômicas e culturais;
- VIII – promover programas e projetos que visem ao respeito às diversidades étnicas, sociais, sexuais, de gênero, geracionais e religiosas;
- IX – realizar projetos de ensino, pesquisa e extensão que contribuam com o desempenho acadêmico do estudante;
- X – garantir a participação dos estudantes em eventos acadêmicos, artístico-culturais, esportivos e político-estudantis;
- XI – incentivar a produção, circulação, difusão, acessibilidade, veiculação, preservação e publicação de trabalhos artísticos, técnicos e científicos dos estudantes sobre arte e cultura;
- XII – estimular a participação dos estudantes nos assuntos relativos à assistência estudantil (IFPB, 2018).

Os objetivos elencados na Política de Assistência Estudantil do IFPB evidenciam uma concepção ampliada de educação e de assistência estudantil, concepção esta que ultrapassa a mera concessão de auxílios financeiros e busca garantir condições efetivas para o desenvolvimento integral dos estudantes em suas múltiplas necessidades.

Observa-se em seu texto que a política articula dimensões pedagógicas, sociais, culturais e de inclusão, reafirmando o compromisso com a equidade e a democratização do ensino. Ao contemplar ações voltadas ao respeito à diversidade e ao estímulo da participação estudantil nos assuntos da assistência estudantil, os objetivos demonstram uma compreensão da assistência estudantil como parte integrante do processo educativo e da formação integral cidadã, e não apenas como ação compensatória. Nesse sentido, a política assume caráter formativo e pedagógico, ao reconhecer o estudante em sua totalidade e ao promover o respeito às diferenças, à pluralidade que compõem o espaço escolar e a participação estudantil nos espaços decisórios.

No que tange ao público alvo da Política de Assistência Estudantil do IFPB, segundo o Art 4º, da Resolução CS nº 16/2018,

[...] contempla os estudantes regularmente matriculados em todas as modalidades de ensino e atende prioritariamente aos estudantes oriundos da rede pública de educação básica ou com renda familiar per capita de até um salário-mínimo e meio (Decreto nº 7.234, Art. 5º) e/ou em situação de vulnerabilidade social, e estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação (Lei nº 13.146, de 6 de junho de 2015) (IFPB, 2018).

Na definição de seu público alvo, é possível observar a presença do corte de renda de até um salário mínimo e meio, como critério prioritário de acesso à política, dentre outros critérios estabelecidos, em conformidade com a legislação vigente.

Observa-se que, apesar de trazer conceitos ampliados, a política ainda esbarra sua abrangência em critérios seletivos, demonstrando ainda a existência de limites em seu alcance.

Ao que se trata dos programas que compõem a Política de Assistência Estudantil do IFPB, a resolução os listam em seu Art 6º. São eles:

- I – Programa de Apoio à Permanência do Estudante;
- II – Programa de Alimentação;
- III – Programa de Moradia Estudantil;
- IV – Programa de Atenção e Promoção à Saúde;
- V – Programa de Apoio aos Estudantes com Deficiência, Transtornos Globais do Desenvolvimento e Altas Habilidades e/ou Superdotação;
- VI – Programa de Apoio à Participação em Eventos;
- VII – Programa de Material Didático-Pedagógico;
- VIII – Programa de Incentivo à Cultura, Arte, Esporte e Lazer;
- IX – Programa de Apoio Pedagógico;
- X – Programa de Apoio ao Estudante na Modalidade EaD (IFPB, 2018).

Ainda na sequência do capítulo V, o documento apresenta cada um dos programas, seus objetivos e formas de acessos. Tais informações estão melhor apresentadas no quadro 01 abaixo.

Quadro 01 - Programas elencados na Política de Assistência Estudantil do IFPB.

Programa	Objetivo	Forma de Acesso
Programa de Apoio à Permanência do Estudante	Oferecer suporte financeiro para atendimento às necessidades de manutenção do estudante na Instituição, com vistas ao desenvolvimento acadêmico e à conclusão do curso com êxito.	Processo seletivo de caráter socioeconômico.

Programa de Alimentação	Oportunizar aos estudantes o acesso à alimentação, na perspectiva de assegurar condições indispensáveis ao pleno desenvolvimento acadêmico, social e de convivência estudantil.	Processo seletivo de caráter socioeconômico
Programa de Moradia Estudantil	Ofertar vaga em residência estudantil ao estudante com dificuldade de se manter residente na cidade onde se localiza o campus em que está matriculado, conforme a disponibilidade dessa estrutura pelo mesmo.	Processo seletivo de caráter socioeconômico
Programa de Atenção e Promoção à Saúde;	Viabilizar a promoção da saúde e a prevenção de doenças.	Universal, com exceção de um dos serviços “custear e/ou ofertar, verificada a possibilidade orçamentária, a realização de exames médicos e a aquisição de órteses e próteses cuja necessidade esteja diretamente associada à qualidade do aprendizado do aluno” que é restrito a estudantes em situação de vulnerabilidade.
Programa de Apoio aos Estudantes com Deficiência, Transtornos Globais do Desenvolvimento e Altas Habilidades e/ou Superdotação	Assegurar ao estudante com necessidades educacionais específicas o pleno desenvolvimento de suas atividades acadêmicas.	-
Programa de Apoio à Participação em Eventos	Contribuir para a formação complementar dos estudantes por meio da viabilização de sua participação em eventos acadêmicos, técnico-científicos, culturais, esportivos e político estudantis no país e no exterior.	-
Programa de Material Didático-Pedagógico	Proporcionar ao estudante o desenvolvimento de conhecimentos e/ou habilidades específicas do curso no qual está matriculado, por intermédio do acesso a materiais e equipamentos existentes no	-

	acervo ofertado pela Instituição para uso durante as atividades acadêmicas.	
Programa de Incentivo à Cultura, Arte, Esporte e Lazer	Oferecer elementos que estimulem o processo de ensino-aprendizagem dos estudantes e que contribuam para a melhoria de seu desempenho acadêmico	-
Programa de Apoio Pedagógico	Apoiar ações didático-pedagógicas, buscando melhorar o desempenho dos estudantes.	-
Programa de Apoio ao Estudante na Modalidade EaD	Proporcionar sua permanência na Instituição para desenvolvimento das atividades acadêmicas e conclusão do curso com êxito.	-

Fonte: Elaborado pela autora.

Tais programas que compõem a Política de Assistência Estudantil do IFPB expressam a materialização dos princípios e objetivos institucionais voltados às necessidades estudantil em prol de sua permanência e êxito. Cada programa atende dimensões específicas da vida acadêmica, que vão desde o apoio financeiro, alimentação e moradia, até o acompanhamento pedagógico, psicossocial e a inclusão de estudantes com deficiência. Tais características reforçam o caráter integral e intersetorial presente em toda política.

É possível observar, mais uma vez que as ações propostas ultrapassam o campo da assistência financeira, ao contemplarem também o incentivo à cultura, ao esporte, ao lazer e à participação estudantil em eventos acadêmicos e científicos, reconhecendo a formação como um processo amplo, que envolve tanto aspectos cognitivos, mas também afetivos, sociais e de saúde.

Os objetivos e competências de cada um dos programas encontram-se descritos na sequência do documento, assim como seu público alvo.

Para a operacionalização dos programas previstos, a política prevê em seu Art. 18º como sendo de responsabilidade da equipe interdisciplinar, envolvendo profissionais de diferentes áreas do conhecimento, a saber:

- I – Serviço Social;
- II – Psicologia;
- III – Pedagogia;
- IV – Nutrição;
- V – Medicina;
- VI – Enfermagem;
- VII – Odontologia;

VIII – Educação Física;
 IX – Arte;
 X – Assistência às Pessoas com Necessidades Específicas (IFPB, 2018).

A resolução destaca o caráter interdisciplinar da execução desta política, apresentando a relevância da atuação de cada um dos citados profissionais no âmbito da assistência estudantil, descrevendo ainda as atribuições a serem desenvolvidas por cada um no trabalho interdisciplinar de execução de seus programas e serviços, conforme demonstrado no quadro 02 a seguir.

Quadro 02 - Atribuições dos profissionais que compõem a equipe interdisciplinar da AE do IFPB

Profissão	Atribuição
Serviço Social	I – articular as ações da Política de Assistência Estudantil no campus onde atua; II – agir no planejamento, execução e avaliação da Política de Assistência Estudantil no campus onde atua, conjuntamente com os demais profissionais que a integram; III – realizar acompanhamento social sistemático aos estudantes atendidos pela Política de Assistência Estudantil no campus onde atua; IV – traçar, anualmente, o perfil socioeconômico e cultural dos estudantes do campus onde atua; V – realizar pesquisas sobre as expressões da questão social que interferem no processo de ensino e aprendizagem; VI – estimular a organização e articulação junto às entidades representativas dos estudantes; VII – avaliar, anualmente, o impacto dos programas de assistência estudantil na vida acadêmica dos estudantes.
Psicologia	I – promover condições de desenvolvimento dos educandos nos aspectos social, afetivo, emocional e cognitivo; II – buscar condições que facilitem o relacionamento intra e interpessoal dos estudantes, contribuindo assim para o processo de ensino e aprendizagem; III – promover ações sistemáticas de acompanhamento aos estudantes ingressos visando facilitar sua convivência no ambiente escolar; IV – desenvolver atividades voltadas à atualização para o mundo do trabalho e orientação profissional; V – proporcionar atividades que possibilitem a formação crítica, reflexiva e política dos estudantes, contribuindo para o processo de construção das identidades e subjetividades; VI – participar

	do Projeto Pedagógico Institucional (PPI) no sentido de contribuir com as discussões e subsidiar a intervenção profissional junto aos atores envolvidos no processo de ensino e aprendizagem.
Pedagogia	I – auxiliar o trabalho pedagógico coletivo, facilitando a comunicação entre os agentes do processo educativo; II – estudar e propor medidas que visem aperfeiçoar os processos pedagógicos em estreita articulação com a equipe multiprofissional e com os demais componentes do sistema educacional; III – elaborar e desenvolver projetos educacionais em conjunto com a equipe multiprofissional e que fortaleçam a educação integral dos estudantes; IV – participar da elaboração e execução de instrumentos específicos de orientação pedagógica e educacional; VI – realizar trabalhos de pesquisa, visando à obtenção de dados que subsidiem a ação educativa; VIII – participar da elaboração de projetos pedagógicos, de assistência estudantil e de parceria com a família.
Nutrição	I – planejar, organizar, dirigir, supervisionar e avaliar os serviços de alimentação e nutrição; II – realizar assistência e educação nutricional à coletividade ou a indivíduos sadios ou enfermos em instituições públicas e privadas.
Medicina	I – realizar atendimento ambulatorial incluindo consultas, requisição de exames e encaminhamento para médico especializado, quando necessário; II – realizar avaliação médica para prática de educação física; III – planejar, executar e avaliar atividades de prevenção a doenças e de promoção da saúde na perspectiva educativa; IV – articular, com os setores competentes, a realização de eventos e cursos quanto aos cuidados com a saúde; V – participar de campanhas de promoção à saúde, conjuntamente à enfermagem, em parceria com as secretarias de saúde; VI – elaborar e realizar programas educativos, visando à promoção da saúde, a ser veiculados em todos os meios de comunicação do IFPB.
Enfermagem	I – organizar, dirigir e supervisionar os serviços de enfermagem e suas atividades técnicas e auxiliares; II – articular, junto à equipe

	multiprofissional, atividades inter e multidisciplinares e educativas; III – realizar consulta de enfermagem; IV – planejar, executar e avaliar atividades de prevenção e promoção à saúde; V – articular e executar, junto à Secretaria Municipal e/ou Estadual de Saúde, campanhas de vacinação periódicas, segundo o Calendário Nacional de Vacinação; VI – realizar levantamento e análise de dados sobre o atendimento de enfermagem e elaboração de relatórios semestrais e anuais; VII – prestar assistência de enfermagem ao estudante, visando ao seu bem-estar; VIII – participar da equipe multiprofissional de saúde.
Técnico de Enfermagem	I – participar da equipe multiprofissional de saúde; II – prestar, sob supervisão do enfermeiro, assistência de enfermagem ao estudante, visando ao seu bem-estar; III – participar do planejamento e execução de atividades de prevenção e promoção à saúde. § 3º Ao auxiliar de enfermagem, no exercício de suas atividades, compete: I – participar da equipe multiprofissional de saúde; II – realizar, sob supervisão do enfermeiro, cuidados de enfermagem ao estudante, como: observar, reconhecer e descrever sinais e sintomas; executar ações de procedimentos simples de enfermagem; e prestar cuidados de higiene e conforto.
Odontólogo	I – propor campanhas de saúde bucal, voltadas à comunidade estudantil; II – desenvolver atividades de educação em saúde bucal; III – apoiar e participar de campanhas de promoção de saúde e prevenção de doenças e outros agravos, em parceria com os demais profissionais de saúde; IV – realizar exames, estabelecer diagnósticos e prognósticos; V – realizar tratamentos odontológicos; VI – realizar atendimentos de primeiros cuidados em caso de urgências; VII – prescrever medicamentos e fornecer orientação de acordo com os diagnósticos efetuados; VIII – emitir atestados e pareceres na área odontológica; IX – solicitar exames complementares, quando necessário; X – encaminhar o usuário, quando necessário, a outros níveis de assistência, assegurando o seu retorno e acompanhamento, inclusive para fins de complementação do tratamento.

Educação Física	I – promover a saúde e a qualidade de vida por meio da prática da educação física, do desporto, da recreação e do lazer; II – programar, coordenar, executar e avaliar planos, programas e projetos no âmbito da educação física, do desporto, da recreação e do lazer; III – executar as avaliações físicas; IV – realizar treinamentos especializados e participar de equipes multidisciplinares e/ou interdisciplinares; V – elaborar informes técnicos, científicos e pedagógicos no campo da atividade física e do desporto; VI – prestar serviços de auditoria, consultoria e assessoria.
Artes	I – desenvolver o senso crítico dos estudantes por meio do conhecimento cultural e artístico; II – propor ações voltadas a promover, valorizar e estimular o conhecimento, a arte e a produção artística dos alunos; III – realizar cursos de artes nas suas várias linguagens (artes visuais, teatro, dança e música); IV – estimular a formação de grupos culturais e artísticos e a participação dos estudantes; V – programar, coordenar, executar e avaliar planos, programas e projetos no âmbito da arte, cultura e produção artística; VI – realizar produções artísticas e participar de eventos culturais, multidisciplinares e/ou interdisciplinares; VII – elaborar informes técnico-científicos e pedagógicos no campo das atividades culturais e artísticas; VIII – prestar serviços de auditoria, consultoria e assessoria na área artística e cultural; IX – proporcionar aos alunos a apropriação do saber artístico e estético, por meio da fruição, apreciação e reflexão do fazer, da leitura desse fazer e de sua inserção no tempo; X – promover ações que desenvolvam e fortaleçam o campo das artes e da cultura no IFPB, com ênfase na inclusão social, respeito e reconhecimento da diversidade cultural; XI – contribuir para a formação artística, cultural, cidadã e crítica de estudantes que integram a educação superior e a educação profissional e tecnológica mediante a sua participação em ações, programas, pesquisas e projetos no âmbito artístico-cultural. XII – fomentar a promoção de eventos, mostras, festivais, grupos, coletivos, redes, ações e circuitos de arte, cultura, empreendedorismo e inovação.

Assistência às Pessoas com Necessidades Específicas (profissionais especializados no atendimento a estudantes com necessidades específicas)	Promover a cultura da educação para a convivência e o acolhimento às diferenças, objetivando a inclusão de todos os estudantes e dirimindo as barreiras arquitetônicas, comunicacionais e, sobretudo, atitudinais.
---	--

Fonte: IFPB, 2018. Elaborado pela autora

Ao articular princípios, objetivos e programas que buscam assegurar condições de permanência e êxito estudantil, a Política de Assistência Estudantil do Instituto Federal da Paraíba reafirma o papel do IFPB como agente de transformação social e de democratização do acesso à educação pública de qualidade.

Destaca-se de modo especial para a ênfase no trabalho interdisciplinar que a política traz, ao apresentar objetivos e programas que refletem sua visão ampliada de educação e o reconhecimento dos múltiplos fatores que envolvem a permanência e êxito na educação. Sua efetivação demanda, portanto, o envolvimento contínuo da comunidade escolar, especialmente da equipe multiprofissional, cuja atuação é fundamental para que as ações previstas se traduzam em práticas concretas e sensíveis às realidades vivenciadas pelos discentes.

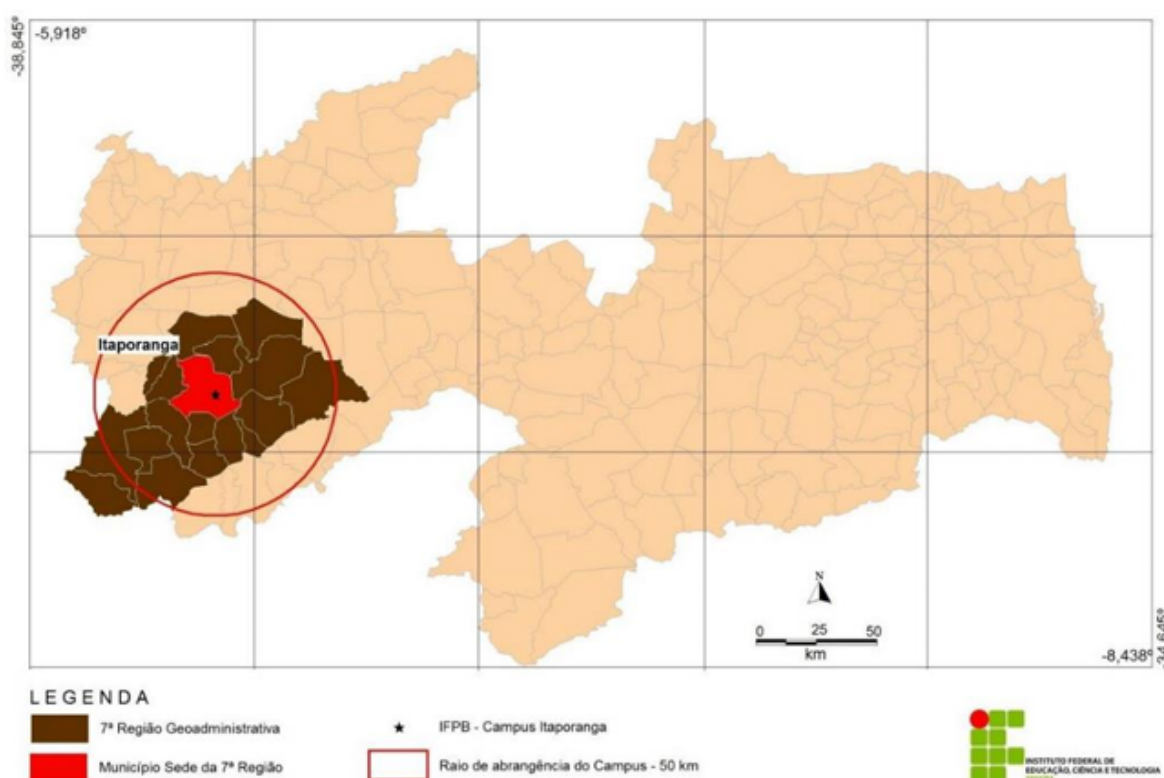
Dessa forma, compreender a política de assistência estudantil em sua totalidade por todos os atores envolvidos se mostra fundamental para o fortalecimento e execução desta, permite reconhecer tanto seus avanços quanto os desafios que ainda se impõem à consolidação de uma política verdadeiramente emancipadora.

4.4 O IFPB - CAMPUS ITAPORANGA

4.4.1 O município de Itaporanga

O município de Itaporanga está localizado na mesorregião do Sertão Paraibano e possui uma população aproximada de 23.940 habitantes, segundo o censo do IBGE de 2022, ficando a 420 km de distância de João Pessoa, capital do estado. Polariza a Região Metropolitana do Vale do Piancó, composta por 17 municípios (Aguiar, Boa Ventura, Conceição, Coremas, Curral Velho, Diamante, Ibiara, Igaracy, Itaporanga, Nova Olinda, Olho d'Água, Piancó, Santa Inês, Santana de Mangueira, Santana dos Garrotes, São José de Caiana e Serra Grande), conforme demonstrado na figura 7 a seguir.

Figura 7 - Região polarizada pelo município de Itaporanga-PB



Fonte: IFPB (2015).

Conhecida como a “Rainha do Vale”, o município de Itaporanga leva essa denominação por ter se tornado um importante centro de comércio e serviços para as cidades vizinhas na região do Vale do Piancó. Tem se destacado também como polo de indústrias do ramo têxtil na região.

4.4.2 O Síntese histórica do campus

Em 2011, a cidade de Itaporanga, juntamente com as cidades de Guarabira, Itabaiana, Catolé do Rocha, Santa Rita e Esperança, formam o grupo de 06 (seis) cidades

contempladas na Paraíba com novos campi do IFPB, através do Plano de Expansão III da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, tendo a construção da sua sede iniciada no ano de 2013.

Iniciou suas atividades no ano de 2016, ocasião em que houve o ingresso da sua primeira turma com a oferta do Curso Técnico Integrado em Edificações, mais precisamente no dia 10 de março de 2016, em sede ainda provisória proveniente de uma parceria celebrada entre o IFPB e a Prefeitura Municipal de Itaporanga, que, entendendo a importância da atuação da rede da região, cedeu as instalações de uma de suas escolas municipais para o funcionamento provisório do campus Itaporanga. Naquela mesma data foi publicada a Portaria Nº 378, de 09 de maio de 2016, autorizando o funcionamento do respectivo campus (IFPB, 2021).

O funcionamento em espaços provisórios se deu até a data de 08 de outubro de 2018, momento em que as atividades acadêmicas e administrativas do campus foram transferidas para sua sede definitiva, situada às margens da PB-386- km 2 (IFPB, 2021).

Atualmente o campus Itaporanga oferta as modalidades de Curso Técnico Integrado ao Ensino Médio (Edificações e Informática), com turmas funcionando no turno matutino e vespertino e, mais recentemente, no segundo semestre de 2024, inaugurou sua primeira turma de Ensino Superior, com a oferta do curso de Bacharelado em Engenharia Civil, cumprindo assim, o compromisso institucional com a verticalização do ensino.

O campus encontra-se em 2025 com a quantidade de 506 estudantes matriculados, distribuídos em 14 turmas (11 dos curso técnico integrado ao ensino médio e 3 do curso superior), conforme demonstrado no quadro 03 a seguir:

Quadro 03 - Quantidade de Estudantes Matriculados em 2025 - Campus Itaporanga

Curso	Quantidade de Estudantes Matriculados
Técnico Integrado ao Médio em Edificações	233
Técnico Integrado ao Médio em Informática	187
Bacharelado em Engenharia Civil	86
Total de Estudantes Matriculados	506

Fonte: Sistema SUAP (2025).

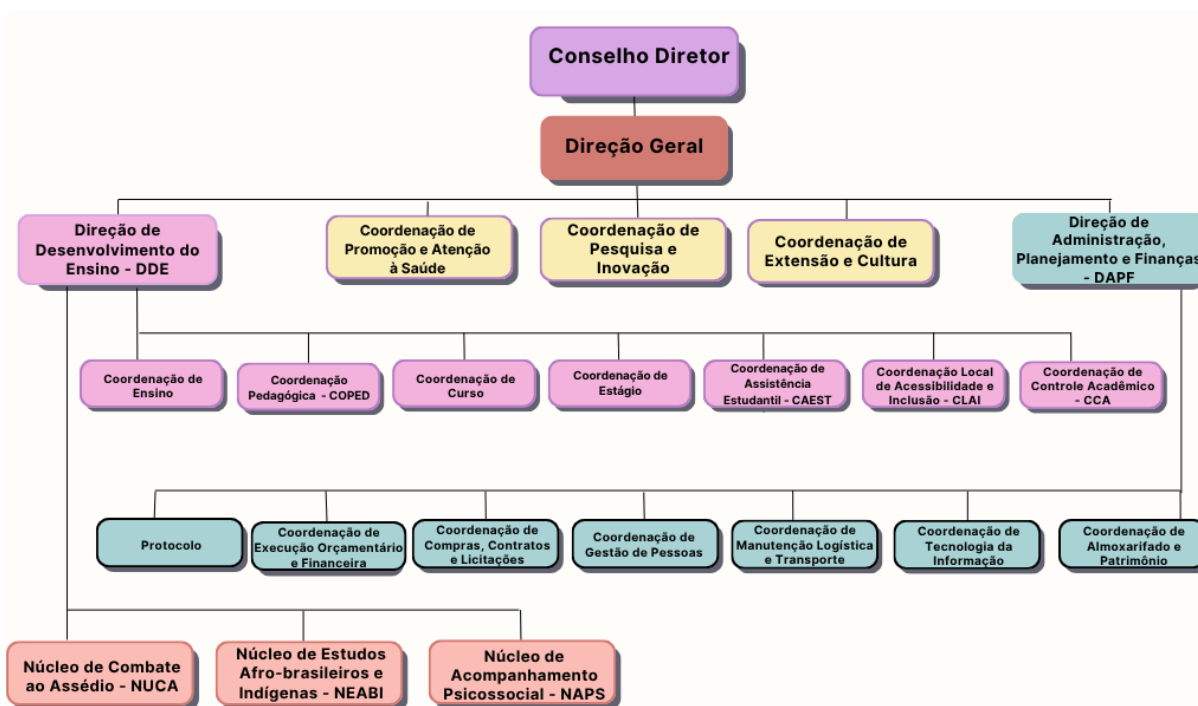
4.4.3 Organização administrativa

No que se trata de estrutura organizativa do campus Itaporanga, seguindo a ordem hierárquica, é composta por um Conselho Diretor formado por representação de diversos

segmentos da comunidade acadêmica do campus, seguido da Direção Geral, à qual estão subordinados a Direção de Desenvolvimento do Ensino - DDE, a Direção de Administração, Planejamento e Finanças - DAPF e as coordenações de Promoção e atenção à saúde - CPAS; Pesquisa e Inovação; Extensão e Cultura (Galvão, 2024).

Estão subordinadas à Direção de Ensino as seguintes coordenações: Coordenação de Desenvolvimento do Ensino - CDDE, a Coordenação Pedagógica - COPED, a Coordenação de Assistência Estudantil - CAEST, a Coordenação Local de Acessibilidade e Inclusão - CLAI, as Coordenações de Curso - CC, a Coordenação de Estágio - CE e a Coordenação de Controle Acadêmico - CCA. Também respondem à DDE os seguintes núcleos: Núcleo de Combate ao Assédio - NUCA, Núcleo de Acompanhamento Psicossocial - NAPS e o Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas - NEABI, como fica demonstrado na figura 8 a seguir.

Figura 8 - Organograma do campus Itaporanga



Fonte: Adaptado pela autora com base em Galvão (2024).

4.4.4 A equipe multidisciplinar

Considerando a Lei nº 14.914, de julho de 2024, que institui a Política Nacional de Assistência Estudantil - PNAES, bem como a Resolução nº 16/2018, que versa sobre a Política de Assistência Estudantil no âmbito do IFPB, inclusive, citando em seu Art. 18º os

profissionais responsáveis pela operacionalização dos serviços e programas da política em seus campi, consideramos que no campus Itaporanga esta equipe multidisciplinar é composta por 9 membros, sendo eles: 1 assistente social, 1 pedagogo, 1 psicopedagoga, 2 técnicos em assuntos educacionais, 1 bibliotecária, 1 médica, 1 enfermeira e 1 técnico em enfermagem.

Tais profissionais estão lotados em diferentes setores do campus e alguns deles em dois ou mais setores simultaneamente em razão da necessidade e ausência de profissionais suficientes.

4.4.5 A Assistência Estudantil do campus Itaporanga

Respalhada pela Resolução nº 16, de 2 de agosto de 2018, que dispôs sobre a Política de Assistência Estudantil do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba, já apresentada em tópico anterior, o campus atualmente executa, no âmbito da Política de Assistência Estudantil o Programa de Apoio à Permanência do Estudante - PAPE.

O referido programa consiste na concessão de auxílio financeiro aos estudantes dos técnicos integrados e superior, com a finalidade de dar suporte às suas necessidades de manutenção na instituição, tais como transporte, moradia, alimentação e aquisição de material didático-pedagógico. É portanto um auxílio financeiro único que engloba uma série de necessidades.

A forma de seleção dos estudantes a serem contemplados pelo PAPE é por meio do Índice de Vulnerabilidade Social - IVS. O IVS é um importante indicador que permite um detalhamento das condições de vida do estudante, através das documentações apresentadas e da análise realizada pelo Assistente Social, que resultará em uma pontuação. É através desta pontuação (índice), que o estudante é classificado e selecionado para o recebimento do PAPE.

Além do auxílio financeiro, no quesito alimentação, os estudantes recebem lanches que são distribuídos pela manhã e tarde através do Programa Nacional de Alimentação Escolar, o PNAE. O campus ainda não oferece almoço ou jantar de forma gratuita e não possui estrutura de restaurante universitário ou cozinha para preparação de alimentos.

Por ser um campus relativamente novo, ainda não dispõem de residência estudantil. A maioria dos estudantes, por serem de cidades circunvizinhas e da própria cidade de Itaporanga, realiza diariamente o trajeto casa - campus - casa.

No que se trata de serviços de Atenção e Promoção à Saúde do estudante, o campus possui a Coordenação de Promoção e Atenção à Saúde - CPAS, composta por 1 médica, 1

enfermeira e um 1 técnico em enfermagem que prestam serviços de prevenção e promoção em saúde.

Em se tratando do apoio aos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e/ou superdotação, o campus conta com a Coordenação de Local de Acessibilidade e Inclusão - CLAI, composta por dois profissionais (assistente social e psicopedagoga).

Quanto ao apoio pedagógico, o campus dispõe de três profissionais (dois técnicos em assuntos educacionais e 1 pedagogo) que compõem a COPED e que dão suporte pedagógico aos discentes e docentes.

A Coordenação de Assistência Estudantil - CAEST é composta apenas por um profissional Assistente Social e a biblioteca também dispõe de apenas uma profissional Bibliotecária.

Assim, a equipe multidisciplinar, através do desenvolvimento de suas ações tornam possível a materialização da Política de Assistência Estudantil no campus Itaporanga.

5 DISCUSSÃO E ANÁLISE DOS DADOS

Neste capítulo, apresenta-se a discussão e a análise dos dados colhidos pela pesquisa. Nele observa-se o perfil profissional dos participantes, as categorias e subcategorias identificadas e analisadas através da metodologia de análise de Bardin (2016). Toda a pesquisa foi conduzida conforme procedimentos apresentados no capítulo 2 deste trabalho intitulado ‘Metodologia da Pesquisa’ e a análise ocorreu conforme descrito em seu item 2.4 de “Metodologia de Análise de dados”.

5.1 PERFIL DOS PARTICIPANTES E DEFINIÇÃO DAS CATEGORIAS ANALÍTICAS

A pesquisa foi realizada através de entrevistas semi-estruturadas realizadas com 07 profissionais da equipe multidisciplinar com atuação nos serviços e programas no âmbito da assistência estudantil do campus Itaporanga, conforme apresentados na Resolução nº 16/2018, que normatiza a Política de Assistência Estudantil do IFPB e na Lei nº 14.914/2024, que institui a Política Nacional de Assistência Estudantil - PNAES.

Com base nesse critério de inclusão, foram entrevistados 1 enfermeiro, 1 técnico em enfermagem, 1 pedagogo, 2 técnicos em assuntos educacionais, 1 psicopedagoga e 1 bibliotecária lotados no campus Itaporanga, ficando de fora do estudo apenas um profissional da equipe multidisciplinar no âmbito da assistência estudantil do respectivo campus, em razão de ter estado em afastamento durante o período de realização da entrevista.

Os entrevistados foram nomeados mediante códigos (E1, E2, E3...) a fim de garantir o sigilo e a não identificação dos participantes. Foi utilizado para a análise dos dados da pesquisa o método qualitativo de Análise de Conteúdo, proposto por Bardin (2016), por meio da técnica de análise categorial.

Inicialmente, procedeu-se com a criação do perfil dos entrevistados, conforme demonstrado no quadro 04 abaixo.

Quadro 04 - Perfil profissional dos participantes da pesquisa

VARIÁVEIS		Nº	%
SEXO	FEMININO	3	42,86%
	MASCULINO	4	57,14%
FAIXA ETÁRIA	Até 35 anos	2	28,57%
	36 a 40 anos	2	28,57%
	41 a 45 anos	1	14,29%
	Acima de 45 anos	2	28,57%
GRAU DE ESCOLARIDADE	Graduação	0	0%
	Especialização	5	71,43%
	Mestrado	1	14,29%
	Doutorado	1	14,29%
TEMPO DE ATUAÇÃO NO CAMPUS	0 a 5 anos	4	57,14%
	De 6 anos a 10 anos	3	42,86%

Fonte: Elaborado pela autora.

É possível observar que trata-se de uma equipe heterogênea, com membros nas diversas faixas etárias e com tempo de atuação no campus não superior a 10 anos, o que é explicado pelo fato de ser um campus jovem, com menos de uma década de implantação.

Em se tratando de escolaridade, percebe-se que há considerável concentração de profissionais com grau de escolarização de especialista, em detrimento de 1 profissional com mestrado e 1 com doutorado.

Ao que se refere ao conteúdo da análise das entrevistas, este foi categorizado em três categorias analíticas principais, conforme quadro 05 demonstrativo a seguir, que serão analisadas a partir de então, com base nas suas subcategorias e temas.

Quadro 05 - Categorias Analíticas

CATEGORIAS ANALÍTICAS		
Categoria Analítica 1	Categoria Analítica 2	Categoria Analítica 3
Compreensão da Política de Assistência Estudantil	Desafios na sua Implementação	Potencialidades Percebidas

Fonte: Elaborado pela autora.

5. 2 COMPREENSÃO DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL - CATEGORIA ANALÍTICA 1

Nesta primeira categoria analítica, tratou-se de identificar quais compreensões sobre a Política de Assistência Estudantil permeiam o Instituto Federal da Paraíba - Campus Itaporanga, tendo em vista que a trajetória histórica da Assistência Estudantil demonstra que não há um consenso ou um conceito único em torno dela, mas pelo contrário, percebe-se, a partir das ações desenvolvidas e das discussões travadas ao longo do tempo, que há divergências de percepções, e que em muitos momentos se colocam em disputa (Dutra; Santos, 2017).

Segundo as autoras, a construção da política de assistência estudantil se deu a partir de cenários sociopolíticos e econômicos diversos e de atores sociais distintos, ou seja, as discussões sobre o tema eram fundamentadas em bases distintas, a depender da posição ou lado que se partia o discurso, ora em defesa de uma AE de caráter universal, ora reforçando um caráter assistencialista (Dutra; Santos, 2017).

Com base nessa discussão, buscou-se entender a compreensão dos profissionais da equipe multidisciplinar acerca da respectiva política e, na perspectiva destes, como a comunidade acadêmica (estudantes, profissionais e pais) a compreendiam.

Observou-se na pesquisa a presença de percepções divergentes e até antagônicas que demonstram que, de fato, não há um conceito único em torno do que venha a ser a AE. Sendo assim, esta categoria foi organizada em duas subcategorias, sendo elas: “Compreensão Assistencialista”, que reflete uma compreensão fragilizada e remontam a uma perspectiva assistencialista, fragmentada e seletiva da política. E a subcategoria “Compreensão enquanto Direito”, que demonstra uma compreensão ampliada de Assistência Estudantil enquanto garantia de direito.

Esses achados da pesquisa ratificam a existência de múltiplas e antagônicas percepções sobre a AE, o que já é apontado pela literatura como presente em toda a história da política.

Quanto aos temas, foram organizados dentro da sua subcategoria, obedecendo ordem de relevância por frequência. Vale ressaltar que os temas aqui abordados não dizem respeito exclusivamente à compreensão individual dos profissionais entrevistados, mas condensa também a forma como a comunidade acadêmica compreende a política, na opinião dos entrevistados.

Segue, então, o quadro 06 com as subcategorias e seus respectivos temas.

Quadro 06 - Categoria “Compreensão da Política de Assistência Estudantil” e seus temas

Categoria Analítica 1 - Compreensão da Política de Assistência Estudantil	
Subcategorias	Temas
Compreensão Assistencialista	Reduzida à concessão de auxílios financeiros
	Favor / Incentivo à acomodação
	Baseada em uma visão pragmática/fragmentada
Compreensão da AE enquanto Direito	Entendimento multidimensional
	Estratégia de permanência e combate à evasão

Fonte: Elaborado pela autora.

5.2.1 Compreensão Assistencialista

É possível inferir, a partir da presente pesquisa que ainda é muito presente na Política de Assistência Estudantil uma compreensão de caráter assistencialista sobre esta política, que em muitos momentos é interpretada como um favor ou ajuda concedida àqueles mais necessitados.

Esta compreensão assistencialista dentro da Assistência Estudantil possui raízes históricas e estão relacionadas ao entendimento da dimensão assistencial que as políticas sociais adotam no modelo de Estado neoliberal.

Nesse sentido, Dutra e Santos (2017), discute que

Historicamente, no Brasil, o entendimento da dimensão assistencial no âmbito das políticas sociais sofreu distorções, configurando-se como respostas estatais de caráter emergencial, focalizadas e fragmentadas para o

enfrentamento da pobreza, em oposição ao caráter de universalização em que se deveria pautar (Dutra; Santos, 2017, p. 168).

Como é possível observar, as políticas sociais no Estado neoliberal possuem características seletivas, focalizadas nas camadas mais empobrecidas da população, não abarcando nem de longe toda a parcela que dela necessita, ficando cada vez mais enfraquecido o caráter de universalização.

As autoras destacam a existência de uma disputa de perspectivas em torno do que seria a assistência estudantil, o que também foi possível observar na presente pesquisa. Segundo elas, essas concepções, inclusive encontram-se em pares opostos, tais como: “gasto x investimento, concessão (favor) x direito, universalidade x seletividade, recursos mínimos (necessidades básicas) x integralidade” (Dutra; Santos, 2017, p. 162).

A análise das falas da equipe multidisciplinar evidencia que a subcategoria “**Compreensão Assistencialista**” está fortemente marcada por uma percepção limitada da Política de Assistência Estudantil “*Reduzida à concessão de auxílios financeiros*”, o que é possível constatar a partir de algumas falas:

Eu acredito que muitos não sabem quais são os reais objetivos da assistência estudantil, sendo que por vezes acabam vendo ela como um meio de **bolsa de auxílio** (E1).

Eu acho que [...] quando os alunos pensam em assistência estudantil, lembram dos **auxílios**, [...] os pais, eles vão muito lembrar da assistência estudantil em relação aos **auxílios**, porque é algo que traz um retorno imediato (E2).

A compreensão que a gente tem muitas vezes é só a **questão de dinheiro**, né? Só **bolsas, auxílios, a questão remuneratória** ali. [...] A gente só se detém à **questão monetária** (E4).

Os depoimentos dos entrevistados (E1, E2 e E4) apontam que ainda há uma forte tendência entre a comunidade acadêmica de associar a assistência estudantil quase exclusivamente às bolsas e auxílios monetários, por serem ações de retorno imediato e mais visíveis. Tal compreensão reduzida revela não apenas fragilidades no conhecimento sobre os objetivos e diretrizes da política, mas também expressa a forma como a Assistência Estudantil tem se materializado na prática institucional.

Tal percepção encontra respaldo na literatura, especialmente no debate acerca do processo de “bolsificação” da assistência estudantil (Cislighi; Silva, 2011; Dutra; Santos, 2017; Nascimento; Arcoverde, 2012)

Nascimento e Arcoverde (2012) afirmam que a implementação da AE nas instituições federais de ensino superior tem sido marcada por um perfil restrito, associado às

reformas educacionais e à focalização das ações na concessão de bolsas, em detrimento da universalização dos direitos. Para as autoras, esse movimento exclui do debate a ampliação da política enquanto direito social, reduzindo a política a respostas imediatistas às expressões da desigualdade social vivenciadas pelos estudantes.

Nesse sentido, Cislighi e Silva (2011 apud Nascimento; Arcoverde, 2012) aprofundam a crítica ao destacarem que, embora a política de assistência estudantil contemple dimensões como moradia, alimentação, transporte, saúde, esporte e lazer, muitas instituições optam por operacionalizar essas áreas prioritariamente por meio da oferta de bolsas de auxílio estudantil, como Bolsa Moradia, Bolsa Alimentação e Bolsa Transporte, em detrimento de ações estruturantes, como a construção de restaurantes universitários e residências estudantis, que poderiam garantir maior universalidade no atendimento e trariam mais consolidação para as ações da AE. Essa opção por oferta de auxílio como “pacotes pronto”, segundo as autoras, reforça o caráter focalizado e individualizado da política.

Castro, Trindade e Oliveira (2024), também tecem crítica a esse processo ao chamarem a atenção para a importância de que essas medidas paliativas, a exemplo de auxílio aluguel ou auxílio alimentação sejam substituídas pela construção de equipamentos permanentes dentro dos próprios campi, a exemplo dos Restaurantes Universitários e das Residências Estudantis, ressaltando a existência de um número ainda muito pequeno desses equipamentos nas Instituições de Ensino Superior (Castro; Trindade; Oliveira, 2024).

Nascimento e Arcoverde (2012) também reforçam que, sob essa lógica bolsificadora, a assistência estudantil passa a atender prioritariamente as necessidades de sobrevivência dos estudantes, segmentando e focalizando os usuários da política e garantindo um atendimento restrito aos “mais pobres entre os pobres”. As autoras destacam que a substituição de ações estruturantes, como restaurantes universitários e alojamentos, por bolsas de auxílio reforça a reprodução da lógica da assistência social no interior da universidade, fortalecendo o mercado e a individualização das respostas às demandas estudantis.

Ainda nessa direção, Cislighi e Silva (2013) também concordam que essa tendência transforma a Assistência Estudantil em uma política de “combate à pobreza” dentro das instituições de ensino e a aproxima da lógica de focalização e bolsificação vigente na assistência social. Segundo os autores, “[...] assistir ao estudante deixa de ser, assim, parte do direito à educação, uma política universal estendida a todos os estudantes, passando a reproduzir a lógica vigente da assistência social: focalização e bolsificação” (Cislighi e Silva, 2013, p. 506).

Essa discussão se articula ao conceito de “assistencialização das políticas educacionais”, também problematizado por Moraes e Lima (2011 apud Dutra; Santos, 2017). Segundo os autores, a implementação de programas e benefícios orientados por uma dimensão assistencial tende a fragmentar as ações voltadas para a garantia do acesso e da permanência dos estudantes, ao adotar critérios de elegibilidade semelhantes aos critérios utilizados na Política de Assistência Social. Essa lógica reforça o caráter emergencial e imediato das ações, que são confundidas frequentemente com práticas filantrópicas ou de caridade institucionalizada, se afastando da lógica de direito e de acesso universal.

Guedelho (2017) também destaca que há predominância desta concepção entre técnicos e docentes, e isso decorre, principalmente das contradições de existentes na materialização da AE pela impossibilidade da instituição atender a todas as demandas estudantis, e que este, em muitos momentos, é responsabilizado pela sua própria permanência e êxito.

Sendo assim, a compreensão assistencialista identificada nas falas dos entrevistados não pode ser interpretada apenas como um problema de desconhecimento dos princípios e serviços da política, mas como reflexo da forma como a assistência estudantil vem sendo implementada durante a sua história. Ao voltar-se para ações focalizadas e monetarizadas, a política acaba reforçando uma visão limitada de si mesma, dificultando o reconhecimento de seu caráter multidimensional e de sua função estratégica na garantia do direito à educação.

Portanto, os achados da pesquisa dialogam com a literatura, ao reforçar que a compreensão assistencialista da Assistência Estudantil é ainda muito presente e está intrinsecamente relacionada ao processo de bolsificação e assistencialização das políticas educacionais. Esse cenário aponta para a necessidade de fortalecer o debate sobre a assistência estudantil enquanto política pública de direito, ampliando sua divulgação, suas ações coletivas, sua perspectiva universalizante, e a luta pela superação da lógica restrita e focalizada que ainda tão presente na materialização da política.

Ainda dentro da perspectiva assistencialista da AE e da discussão sobre a assistencialização das políticas educacionais, é possível observar que os auxílios estudantis, em alguns momentos, também podem ser encarados como um “*Favor/Incentivo à acomodação*” dos estudantes. É o que constatou o entrevistado (E7) em sua narrativa a seguir:

[...] **o pé de meia faz parte também desse universo.** Então, ele não existia, passou a existir, esse ano, se eu não me engano. Então, **muitas pessoas, professores ou profissionais da educação, não viram com muito bons olhos, achavam que a gente estava dando dinheiro para que os alunos estudassem.** E que não, que eles tinham que fazer isso porque é uma

obrigação. Então, eles não teriam que ganhar dinheiro para estudar. Então, algumas pessoas da educação, **alguns profissionais da educação, detêm esse viés, pelo menos em relação a esse programa específico.** O que eu não concordo. Mas, especificamente, no pé de meia, eu acho que ainda há uma incompreensão em relação a isso (E7).

Tal compreensão reforça a lógica assistencialista que historicamente atravessa as políticas sociais, e que se inclui a política de assistência estudantil, em que os benefícios são interpretados não como instrumentos de garantia de direitos, mas como concessões indevidas a sujeitos que deveriam, segundo essa visão, “cumprir sua obrigação” de estudar sem qualquer suporte material.

De acordo com Moraes (2010), o debate sobre o processo de assistencialização das políticas sociais

[...] se fundamenta nos elementos da formação da sociedade brasileira em sua constituição econômica, social e política, que (re)atualizam aspectos presentes em seu processo de desenvolvimento histórico, fortalecendo as indistinções entre os limites do público e do privado, da cultura do favor no trato das expressões da questão social. (Moraes, 2010, p.184)

A narrativa do entrevistado (E7) demonstra de forma muito objetiva essa perspectiva ao relatar as críticas direcionadas ao Programa Pé-de-Meia, especificamente, sendo ele percebido por alguns profissionais da educação como uma forma de “dar dinheiro para que os alunos estudem”. Esse entendimento revela uma leitura moralizante e descredibilizada da política, em que o acesso aos auxílios é visto como privilégio ou favor, e não como parte de uma estratégia de enfrentamento das desigualdades socioeconômicas que impactam diretamente as trajetórias educacionais dos estudantes. Ao afirmar que não concorda com tal posicionamento, o entrevistado reconhece a existência de uma incompreensão acerca dos objetivos do programa e, de maneira mais ampla, da assistência estudantil enquanto uma política pública.

Essa visão dos benefícios sociais de repasse financeiro como incentivo à acomodação ou como concessão benevolente, também muito presente na Política de Assistência Social, sobretudo no Programa Bolsa Família, está diretamente relacionada a estigmas associados à pobreza, entendida como falta de esforço ou preguiça, uma leitura acrítica, meritocrática e culpabilizada da pobreza, que a associa a fatores individuais, e não aos efeitos de uma estrutura social excludente. Essa lógica contribui, inclusive, para a construção de uma visão negativa sobre os beneficiários da política, vistos, muitas vezes, como sujeitos passivos ou dependentes do Estado.

Dessa forma, a compreensão dos auxílios estudantis como favor ou incentivo à acomodação, identificada na fala do entrevistado, não pode ser analisada de maneira isolada. Trata-se de uma expressão concreta das contradições que atravessam a política de assistência estudantil, marcada pela tensão entre direito e favor, universalidade e focalização (Dutra e Santos, 2017).

Essa percepção reforça práticas e discursos que fragilizam a política enquanto direito social, ao mesmo tempo em que contribui para a estigmatização dos estudantes beneficiários. Superar essa lógica implica fortalecer a compreensão da assistência estudantil como política pública estruturante, articulada com a garantia do direito à educação e à permanência, e não como uma concessão que supostamente incentiva a acomodação ou a dependência do Estado.

A análise dos dados revela outro tema relevante que fragiliza a compreensão da Política de Assistência Estudantil e reforça uma visão assistencialista diz respeito ao fato de que a prática profissional da equipe responsável pela execução da Política de Assistência Estudantil (AE) tem se mostrado, em muitos momentos, ***“Baseada em uma visão pragmática/fragmentada”*** da política. Essa constatação é uma consequência, sobretudo, da ausência de um conhecimento aprofundado da AE por parte da maioria dos profissionais entrevistados, o que fragiliza a compreensão da política enquanto direito social e reforça leituras restritas e operacionais de suas ações.

Ao serem questionados se conhecem a Política de Assistência Estudantil, apenas um dos sete entrevistados responde que sim, sem ressalvas. Os demais reconhecem que possuem apenas um conhecimento superficialmente da política limitado ao contato cotidiano com determinadas ações, sem uma compreensão integral dos fundamentos, objetivos e diretrizes da política, o que é possível perceber em algumas de suas falas, como: “Conhecer, sim, agora, ter se aprofundado na leitura dos documentos, não (E4)”; “Eu já ouvi falar da política nacional de assistência estudantil, agora assim, detalhadamente sobre como é o regramento [não] (E2)”; “Um pouco (E3)”; “Conheço pouco (E5)”, “Conheço superficialmente, mas preciso me aprofundar mais nessa assistência estudantil, nessa política (E6)”. Isso revela que o acesso ao conteúdo normativo e conceitual da AE não tem sido sistemático nem mediado institucionalmente.

Os depoimentos de E2 e E3 observados a seguir são significativamente esclarecedores ao apontarem que a política é conhecida “na prática, não na teoria” e que seu conhecimento se dá de forma fragmentada, a partir dos “recortes” relacionados às áreas específicas de atuação de cada profissional. Nas suas palavras:

[...] existe na **prática** essa política do IFPB, você vê ela sendo conhecida na **prática, não na teoria**, digamos assim” (E2).

[...] Eu acho que quando a gente entra na instituição, **ela não é apresentada como nosso norte de trabalho**. Então, a gente vai conhecendo a política de assistência estudantil **à medida que a gente vai trabalhando**. Por isso, nós conhecemos **recortes**. Dependendo da sua área de atuação, eu vejo um **recorte** que envolve a minha área (E3).

Então, eu vou para os **recortes da política**. Mas ela, **da sua forma integral, ela nunca foi apresentada** (E3).

Ao menos aqueles que trabalham com ela todos os dias, como os assistentes sociais que trabalham com ela mais “destrinchadazinha”. Mas **os demais profissionais, eu acredito que só conhecem recortes da política** mesmo (E3).

Essa dinâmica evidencia que a Política de Assistência Estudantil, como dito por E3, não tem sido apresentada para a equipe interdisciplinar, executora dos seus serviços e programas, como um norte institucional do trabalho desenvolvido, mas esta é assimilada de modo progressivo e parcial, à medida que as demandas do cotidiano profissional exigem respostas imediatas. Como consequência, a política, em sua integralidade, permanece desconhecida para parte significativa da equipe interdisciplinar.

O risco de uma atuação profissional orientada exclusivamente pelo pragmatismo ou restrita ao seu setor de atuação, sem que haja uma compreensão aprofundada da política enquanto direito está exatamente no fato de que cada profissional tende a imprimir à assistência estudantil sua própria concepção de assistência, muitas vezes distanciada de uma compreensão crítica da política enquanto direito. Nessa lógica, profissionais com uma formação teórico-crítica mais consistente tendem a desenvolver ações na perspectiva de defesa da assistência estudantil como direito educacional, enquanto que aqueles que não dispõem dessa base formativa podem reproduzir práticas e discursos assistencialistas, reforçando a lógica do favor, da focalização e da resposta imediata das demandas.

Essa constatação acende o debate sobre a necessidade de formação continuada em Política de Assistência Estudantil para toda a comunidade acadêmica, sobretudo, para os profissionais que executam os seus serviços, corroborando, inclusive com estudos anteriores, a exemplo do desenvolvido por Nunes e Magalhães Júnior (2024), que ao analisar a Política de Assistência Estudantil do IFCE, Campus Acopiara, destaca a importância de formação continuada para os profissionais responsáveis pela políticas, reforçando que “a capacitação é essencial para garantir que os servidores, mesmo com formação acadêmica, possam lidar com a complexidade da assistência estudantil, que envolve aspectos administrativos, legais e técnicos (Nunes; Magalhães Júnior, 2024, p. 67).

Em se tratando o Instituto Federal da Paraíba, embora a Resolução - CS nº 16/2018 da Política de Assistência Estudantil do IFPB estabeleça que sua execução deve ocorrer de forma interdisciplinar, inclusive citando as áreas profissionais que compõem a equipe (Serviço Social, Psicologia, Pedagogia, Nutrição, Medicina, Enfermagem, Odontologia, Educação Física, Arte, Assistência às Pessoas com Necessidades Específicas), bem como suas atribuições no âmbito da política (IFPB, 2018), o documento não apresenta diretrizes ou estratégias institucionais voltadas à formação continuada dessa equipe. Na prática, o caráter interdisciplinar indicado na normativa institucional não se materializa plenamente, uma vez que carece de iniciativas sistêmicas de capacitação que possibilitem a compreensão coletiva e aprofundada da política por todos os envolvidos.

A partir das falas dos entrevistados, é possível constatar essa lacuna institucional, ao indicarem que a grande maioria nunca participou de formações específicas sobre a Política de Assistência Estudantil, conforme relatado por E5 quando diz “Não, **nunca recebi capacitação**”, E3 quando fala “Não, **nunca participei**”, E2 também responde “**Não, que eu me lembre**” e ainda reforçada por E4 “Olha, tentando achar aqui na minha mente, **eu não tenho conhecimento de ter participado de nenhuma capacitação, formação nessa área específica, não.**”

Quando algumas experiências formativas foram mencionada, estas aparecem de forma pontual e indireta, vinculadas a outras temáticas, não contemplando de modo específico os fundamentos, objetivos, diretrizes e formas de operacionalização da AE, como mencionado por E1 “**Não foi alguma formação diretamente**, mas que é uma coisa que a assistência acaba pegando também, que foi a questão dos planos do PEI[...]” e por E6 “Participei de uma formação, **não foi exatamente sobre a política de assistência estudantil, [...]** área de inclusão”

Percebe-se, ainda, que os próprios profissionais reconhecem a importância dessas formações sobre AE, ao relatar que o fortalecimento da política só é possível se houver a ampliação do conhecimento sobre ela. Conforme ressaltado por E4, “ [...] **para que a gente possa potencializar algo, é necessário conhecê-la também.** Eu só consigo fortalecer aquilo que eu já sei. **Então, de início, o conhecimento da política faz com que eu possa aplicar melhor os meus conhecimentos** das áreas necessárias.”, evidenciando que o desconhecimento da política compromete sua efetivação. Do mesmo modo, E3, E4 e E1 enfatizam a necessidade de que a política seja apresentada aos profissionais e que haja capacitações regulares, com o envolvimento da gestão, para que todos compreendam a real função da assistência estudantil e possam atuar de maneira articulada.

[...] acho que seria importante que todos os profissionais que fossem fazer parte do quadro da assistência estudantil, eles fossem, pelo menos, **apresentados a toda a política**, né? (E3).

Eu acho que a instituição como um todo tem que levar o conhecimento da política da assistência estudantil para todos. Desde o aluno que é o contemplado até quem gerencia e quem aplica (E4).

[...] eu acho que ter um posicionamento da gestão em **fazer treinamentos regulares com a equipe multidisciplinar**, com os outros servidores é importante para entender realmente a real função da assistência (E1).

Essa carência de formação sobre AE não se restringe ao campus locus da pesquisa ou ao Instituto Federal da Paraíba. Essa realidade também foi constatada por Carvalho (2024) em sua pesquisa que buscou analisar o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) nos 26 campi do Instituto Federal do Paraná (IFPR) a partir da experiência das equipes multiprofissionais. A autora pontua que entre as problemáticas que encontrou destaque em seu estudo está a falta de capacitação para atuar na política, e alerta que a falta de normatização e formação para direcionar a atuação das equipes faz com que cada equipe caminhe para direções distintas, fragilizando a unidade e a intencionalidade da política (Carvalho, 2024).

Esse ponto levantado por Carvalho (2024) encontra consonância com o relato do do entrevistado 3, que destaca a fragilidade do trabalho em rede e a dificuldade que percebe no trabalho integrado e coordenado entre os campi, ao relatar que

[...] **nós não temos essa informação, se os outros campi fazem a mesma coisa que a gente faz**, qual é a equipe multidisciplinar do campus tal... Não tem, a gente não tem essa informação porque **a gente não trabalha em rede**. A gente acaba fazendo ações isoladas dentro de cada campus (E3).

Nesse contexto, como já discutido em capítulo anterior, embora a Lei nº 14.914/2024, que institui a Política Nacional de Assistência Estudantil, representa um avanço normativo importante no processo de consolidação da AE, observa-se que o texto legal não contempla propostas voltadas para a formação continuada dos profissionais que compõem as equipes multidisciplinares nas instituições de ensino. Tal lacuna contribui para a permanência de práticas fragmentadas e pragmáticas, distantes de uma concepção de assistência estudantil como política pública de direito.

Sendo assim, ficam evidenciados, a partir dos achados da pesquisa que a fragilização da compreensão da Política de Assistência Estudantil possui diversos determinantes que se associam tanto à compreensão histórica dada às políticas sociais no Brasil, ligadas a uma visão assistencialista, mas também ao modelo de Assistência Estudantil que tem se materializado nas instituições de ensino, modelo este marcado por características

como focalização, seletividade e bolsificação dos serviços. Destaca-se também a ausência de estratégias de formação continuada sobre AE como um dos fatores que colabora para a manutenção de visões assistencialistas e para a fragilização do trabalho interdisciplinar.

5.2.2 Compreensão da AE enquanto Direito

Seguindo a análise dos dados da pesquisa, evidencia-se a presença também, entre os sujeitos entrevistados, da **“Compreensão da Assistência Estudantil - AE enquanto direito”**, em contraposição à perspectiva assistencialista discutida anteriormente.

Essa constatação reforça mais uma vez a discussão feita por Dutra e Santos (2017) ao tratar da Assistência Estudantil enquanto espaço de múltiplos olhares, e que em dados momentos, são opostos entre si, ratificando que, de fato, não há um conceito único em torno do que venha ser a Assistência Estudantil.

A percepção de Assistência Estudantil enquanto direito a compreende enquanto resultado de lutas históricas pela sua inserção na agenda da educação do governo federal, conforme apontam Dutra e Santos (2017). De acordo com as autoras, destaca-se a atuação de entidades como a UNE e o Fonaprace, que desempenharam papel central na defesa da AE como uma política necessária para a permanência estudantil, e especialmente no enfrentamento da ideia de que as ações de assistência ao discente constitui gastos desnecessários ou medidas assistencialistas baseadas na concessão de favores. A defesa da AE baseava-se na sua perspectiva enquanto direito.

Essa presença dessa compreensão na pesquisa se manifesta a partir de dois temas centrais identificados nas falas dos entrevistados: o **entendimento multidimensional da política** e a AE como **estratégia de permanência e combate à evasão**. Esses elementos sinalizam avanços importantes na forma como parte da equipe multidisciplinar compreende a política, ainda que essas compreensões coexistam, de maneira enviesada, com concepções mais restritas e pragmáticas.

No que se refere ao **“Entendimento Multidimensional”**, os relatos dos entrevistados demonstram que a assistência estudantil é reconhecida como uma política que ultrapassa a dimensão estritamente financeira. As falas de E2, E3 e E4 evidenciam a percepção de que a AE deve contemplar as múltiplas dimensões que perpassam a vida acadêmica dos estudantes, que inclui aspectos econômicos, sociais, psicológicos, pedagógicos e de saúde, o que é possível observar a partir das falas dos entrevistados, a seguir:

[...] como o próprio nome diz, assistência estudantil é uma política para fazer com que o estudante seja assistido nas suas **múltiplas dimensões**, tem a **dimensão financeira**, como eu disse aí em relação aos auxílios, mas também eu vejo como também na **dimensão psicológica** do aluno, **uma dimensão educacional** também, então eu acho que entra aí a política de assistência estudantil nesse contexto, **o contexto financeiro, educacional e psicológico** também nesse caso (E2).

[...] ela **vai além dessa assistência financeira**. Eu acho que ela visa **garantir os direitos** que o estudante tem. Então, seja a vulnerabilidade econômica, também seja a vulnerabilidade social (E3).

[...] é algo mais complexo. Na questão de **saúde**, na questão do **acompanhamento**, na questão permanência do estudante, na **questão pedagógica**, na **questão psicológica**. Então, é **todo um completo** ali, um **algo completo** que realmente estrutura essa política (E4).

“os objetivos é alcançá-lo na sua totalidade, não é só à parte [] tem esse viés de acompanhar o aluno nas suas dificuldades, sejam nas questões mais econômicas [...], ou nas questões psicológicas, pedagógicas (E4).

Essa compreensão ampliada se aproxima da concepção que compreende o estudante de forma integral, reconhecendo que as dificuldades enfrentadas no percurso educacional não se restringem apenas a insuficiência de renda, mas envolve também fatores pedagógicos, emocionais e institucionais que impactam diretamente na permanência e no êxito acadêmico.

Ao compreender que a AE busca “alcançar o estudante na sua totalidade” (E4), os entrevistados reforçam uma leitura ampliada da política, alinhada com a noção de que a permanência no ensino não pode ser garantida apenas por meio da transferência de recursos financeiros. Tal perspectiva é contrária a redução da assistência estudantil a mecanismos focalizados, defendendo a articulação entre ações de acompanhamento pedagógico, atenção à saúde mental e demais ações da política.

Ainda nesse sentido, Imperatori (2017) destaca que compreender a Política de Assistência Estudantil e os múltiplos fatores que influenciam a permanência e o sucesso acadêmico significa uma mudança de perspectiva que supera a visão limitada que restringe o sucesso acadêmico ao binômio capacidade-oportunidade.

Essa compreensão multidimensional possui articulação diretamente ao segundo tema desta subcategoria que identifica a AE como “*Estratégia de Permanência e Combate à Evasão*”. As falas de E1, E3 e E7 ressaltam o papel central da assistência estudantil na garantia da permanência dos estudantes e para o sucesso acadêmico.

[...] uma política essencial e fundamental para o IFPB na questão da própria **permanência** dos nossos estudantes [...] ela ajuda para que a gente **não tenha uma evasão** e que o aluno consiga também estudar e permanecer (E1).

São ações do governo que impactam positivamente a **permanência** dos alunos no instituto (E7).

[...] é algo positivo, que ajuda eles a **permanecerem** aqui, já que muitos são carentes (E7).

[...] ajudar na **permanência** desses alunos, porque eles são o público do ensino médio, e o ensino médio sempre teve esse problema de **evasão**, porque muitos alunos têm que se afastar para poder trabalhar (E7).

[...] **garantir os direitos sociais** desse estudante para que ele **permaneça** na instituição e ele possa ter qualidade (E3).

[...] ações do governo que impactam positivamente a **permanência** dos alunos no instituto (E7).

A iniciativa é reconhecida como fundamental para reduzir a evasão, em especial, em se tratando do ensino médio, pois, conforme bem recorda o entrevistado 7, é um nível de ensino historicamente marcado por altos índices de abandono escolar, muitas vezes em decorrência da necessidade de inserção imediata no mundo do trabalho.

Com base na finalidade da política que é a garantia de permanência, Dutra e Santos reforçam sua defesa da AE enquanto direito ao citar que “considerando que a AE tem a finalidade de garantir a permanência dos estudantes no Ensino Superior, na perspectiva da democratização da universidade, a mesma deve ser concebida enquanto direito e não como investimento” (Dutra e Santos, 2017, p. 162).

As autoras, ao evidenciar que essas disputas de concepção no campo da AE se expressam, em especial, no debate entre focalização e universalização da política, defende que a assistência estudantil só se efetivará plenamente como direito quando se estruturar por meio de políticas universais, financiadas integralmente pelo Estado e usufruídas por todo e qualquer discente (Dutra; Santos 2017 apud Leite, 2008; Soares; Amaral, 2022).

Nesse contexto de compreensão multidimensional, observa-se que a Política Nacional de Assistência Estudantil, instituída pela Lei nº 14.914/2024, apresenta em seu texto uma intencionalidade de ampliação de sua compreensão enquanto política, ao reconhecer suas múltiplas dimensões e ao prever ações e programas voltados para áreas como saúde, alimentação, moradia, transporte, inclusão da pessoa com deficiência e acesso a bens e serviços educacionais, a exemplo do acesso à biblioteca. No entanto, conforme já apontado anteriormente nesse estudo, o instrumento normativo ainda não explicita de forma suficiente os mecanismos para sua materialização, nem dispõe de definições quanto à garantia de recursos necessários para sua efetivação nas instituições de ensino.

É possível compreender a partir da análise que, embora haja avanços na compreensão da assistência estudantil enquanto direito, especialmente no reconhecimento de seu caráter multidimensional e de sua relevância na permanência e no combate à evasão, desafios dos mais diversos são postos diante de sua consolidação como política universal e efetiva.

Compreende-se que a disputa entre universalidade x seletividade reflete justamente a configuração de políticas públicas estabelecidas no Estado neoliberal, em que as ações são restritas e precarizadas, baseadas na seleção de um grupo prioritário a ser beneficiado, em detrimento de ações de cunho universal.

Portanto, chama-se a atenção para a necessidade de fortalecer a política em seu caráter multidimensional e universal, na qualificação da oferta de serviços que atendam o estudante em suas múltiplas necessidades, assim como a importância da luta por equipamentos essenciais para a permanência estudantil, pela ampliação do financiamento público e pela superação de desafios postos para sua efetivação, de modo a assegurar a assistência estudantil como direito social.

5.3 DESAFIOS NA SUA IMPLEMENTAÇÃO - CATEGORIA ANALÍTICA 2

A segunda categoria analítica intitulada “**Desafios na sua implementação**” buscou, a partir da presente pesquisa, compreender as limitações e contradições que atravessam a execução da Política de Assistência Estudantil no contexto investigado.

Os dados qualitativos revelam que, embora haja o reconhecimento da relevância da AE para a garantia da permanência estudantil, sua operacionalização enfrenta obstáculos que comprometem a abrangência, a qualidade e a universalidade das ações desenvolvidas.

Os desafios identificados foram organizados em três subcategorias: a **insuficiência de recursos financeiros**, que se expressa no caráter seletivo da política e na precarização dos serviços ofertados; a **insuficiência no quadro funcional**, marcada por equipes multidisciplinares reduzidas e pela sobrecarga de trabalho decorrente do acúmulo de atribuições; e, por fim, os **desafios de infraestrutura**, relacionados com a ausência de equipamentos de uso coletivo e de espaços adequados para o atendimento individualizado dos estudantes, conforme demonstra quadro 07 abaixo.

Quadro 07 - Categoria “Desafios na sua implementação” e seus temas

Categoria Analítica 2 - Desafios na sua implementação	
Subcategorias	Temas
Insuficiência de Recursos Financeiros	Caráter seletivo
	Precarização dos serviços
	Equipe multidisciplinar reduzida

Insuficiência no Quadro Funcional	Sobrecarga de trabalho e acúmulo de atribuições
Desafios de Infraestrutura	Ausência de estrutura de equipamento de uso coletivo
	Necessidade de equipamento para atendimento individual

Fonte: Elaborado pela autora.

Ao analisar esses elementos, foi possível compreender que os limites da assistência estudantil não estão relacionados apenas às disputas conceituais ou de interpretações restritivas da política, mas também nas condições objetivas que fragilizam sua execução. Sendo assim, a análise dos desafios apresentados a seguir torna-se fundamental para a compreensão das condições concretas do que se materializa no cotidiano institucional através dos programas e serviços ofertados.

5.3.1 Insuficiência de Recursos Financeiros

A presente pesquisa evidencia que um dos principais desafios enfrentados na implementação da Política de Assistência Estudantil diz respeito à insuficiência de recursos financeiros, o que impacta diretamente no atendimento ao estudante, na qualidade dos serviços prestados, na abrangência dos programas e, conseqüentemente, na sua efetividade.

As falas dos entrevistados demonstram a limitação orçamentária como um ponto central dos desafios enfrentados pela AE, sendo um tema de muita recorrência nas falas dos entrevistados ao serem perguntados sobre os desafios para a efetivação da AE, como se observa a seguir:

Eu creio que é a parte do **recurso**. O recurso é uma coisa que, infelizmente, **não tem como abranger todos**, porque se pensar no nosso campus, que eu acho que 80% dos nossos alunos vêm de uma situação de vulnerabilidade, **não há recurso suficiente para que todos tenham acesso à assistência social** na questão das bolsas e mesmo os que têm são **valores irrisórios** para os custos que eles precisam ter para permanecer aqui no campus (E1).
 [...] **a questão orçamentária muito pequena** para os campus, principalmente os mais novos, que é o nosso caso (E1).
 [...] **para que a equipe execute todas as ações que tem lá [na política]** precisa de **recurso financeiro**. E infelizmente o campus tem **limitações financeiras** (E3).

A partir das falas apresentadas, é possível inferir que é do conhecimento dos participantes entrevistados que, no contexto do campus investigado, a demanda por assistência estudantil é significativamente superior à capacidade de atendimento pelos

recursos disponíveis. O entrevistado 1 observa que, no contexto em que grande parte dos estudantes se encontra em situação de vulnerabilidade socioeconômica, o orçamento da assistência estudantil se mostra insuficiente para contemplar todos os que necessitam, caracterizando ainda os valores concedidos como “irrisórios” diante das despesas reais assumidas pelos estudantes para a sua manutenção da instituição.

A constatação da insuficiência de recursos também é reforçada pelo entrevistado 3 que destaca que a disponibilidade orçamentária é condição imprescindível para que todas as ações previstas na normativa da AE sejam colocadas em prática.

É sabido que a Política Nacional de Assistência Estudantil - PNAES enfrenta problemas reais ligados à insuficiência de recursos que comprometem a execução efetiva de suas ações. Grosso e Oliveira (2025) chamam a atenção para o fato de que a PNAES não possui garantias sólidas de orçamento para a suas ações, já que seu aparato legal não estabelece vinculações orçamentárias concretas. “Não há determinação de uma parcela definida do orçamento público destinada ao programa, o que representa um limite para sua concretização e para sua proposta de proporcionar condições de permanência aos estudantes” (Grosso; Oliveira, 2025, p.12).

Embora a PNAES tenha sido transformada recentemente em política pública amparada pela Lei nº 14.914/2024, a expectativa que se tinha que essa regulamentação garantisse maior estabilidade e segurança orçamentária não se concretizou, uma vez que a normativa lançada não determinou critérios, seja por porcentagem ou valor fixo do orçamento público, que deveriam ser cumpridos em relação a garantia de orçamento.

O que há, no entanto, em se tratando da Assistência Estudantil no âmbito da Educação Profissional e Tecnológica, é uma “relativa garantia” (Grosso; Oliveira, 2025), através de repasses oriundos da Ação Orçamentária 2994 de Assistência ao Educando direcionado aos Institutos Federais, com delimitações de uso voltadas para ações de assistência ao estudante, o que evita que o recurso seja realocado para outras finalidades diversas.

Quanto a definição do valor dos recursos orçamentários a serem recebidos pelas instituições da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, estes são estabelecidos por meio da Matriz CONIF, modelo matemático utilizado como ferramenta de gestão orçamentária para a distribuição dos recursos federais entre as instituições integrantes da Rede. O cálculo leva em consideração diversos critérios pré-determinados pela matriz, como número de alunos matriculados, modalidade de ensino, eficiência acadêmica, fatores

regionais, entre outros, sendo assim, definidos os valores de recursos nos três blocos: custeio, investimento e assistência estudantil.

De acordo com pesquisa realizada pelo FONAPRACE em 2021 que avaliou o percentual de cobertura da Assistência Estudantil nas Instituições Federais de Ensino Superior no período de 2012 a 2018, esta constatou que o percentual de estudantes cobertos pelas ações de assistência estudantil apresentava um leve aumento nos anos de ingresso de 2012 a 2014, mas a partir de 2014, sofre um declínio contínuo. De acordo com Grosso e Oliveira (2025)

[...] essa queda pode estar relacionada ao aumento da demanda por assistência em um ritmo que não acompanhou o crescimento dos recursos orçamentários entre 2014 e 2016, com a expansão do Ensino Superior, vigência da lei de cotas e questões de ordem econômica do plano nacional (Grosso; Oliveira, 2025, p.15).

Ainda em relação à insuficiência de orçamento na AE, o Tribunal de Contas da União destaca que um dos principais problemas identificados pelo órgão se trata do “subfinanciamento da assistência estudantil”, divulgando inclusive dados preocupantes a esse respeito.

Segundo o órgão,

O orçamento destinado à Pnaes foi progressivamente reduzido, com cortes de 23,8% em 2022; 23,4% em 2023; e 16,7% em 2024. A lacuna resultante desses cortes totalizou R\$ 470 milhões, deixando milhares de estudantes inscritos sem o suporte necessário (TCU, 2025).

Uma consequência concreta dos cortes sofridos pela PNAES e do processo de desfinanciamento que sofrem as políticas públicas no estado neoliberal está no “*Caráter Seletivo*” assumido pela AE na execução de suas ações.

Esse caráter seletivo é evidenciado pelos entrevistados em suas falas ao reconhecerem que em muitos momentos, a limitação orçamentária impõe a necessidade de seleção rigorosa dos estudantes beneficiários uma vez que não há recursos suficientes para beneficiar todos que necessitam, fato que compromete o alcance e a abrangência de suas ações.

Observa-se as seguintes falas a esse respeito:

Então às vezes a gente não consegue ampliar os direitos desses alunos porque a gente **não tem recurso financeiro suficiente** para abarcar todos. Então a gente às vezes fica **limitado com vagas específicas**. **A gente tem que fazer bem um filtro**. Um filtro bem grande para poder ver se pega realmente **aqueles que são mais vulneráveis** quando falo de assistência financeira. (E3)

No nosso campus eu vejo que nós temos **limitações financeiras**. Como eu falei antes, que é uma **verba limitada** e a gente tem cada vez mais um

número maior de estudantes. Então em vez de aumentar a verba ou ela congela ou ela reduz um pouco, então **acaba não contemplando** todos. (E3) [...] a gente consegue ver sim que eles necessitam. Consegue ver quais são as necessidades. Mas às vezes por **nossas limitações de verba a gente não consegue contemplar todos** (E3).

[...] **a pessoa responsável tem que pensar se vai dar um recurso maior para abranger quem realmente precisa ou vai diminuir o recurso para tentar pegar mais gente. [...] toda essa logística de tentar pensar o que é que você vai fazer,** você vai tentar a maior quantidade, a menor quantidade, um valor maior, um valor menor, acaba sendo uma das questões que limita (E1).

O entrevistado E3 destaca que a ampliação dos direitos encontra barreiras na escassez de recursos, resultando em ações limitadas à “vagas específicas” e na realização de um “filtro bem grande” para identificar aqueles considerados mais vulneráveis entre os vulneráveis. Essa discussão corrobora com a análise feita por Nascimento e Arcoverde (2012), ao discutir que o formato atual da Assistência Estudantil reproduz uma tendência à assistencialização, marcada pela oferta de benefícios emergenciais e focalizados, restringindo seu atendimento aos estudantes “mais pobres entre os pobres”.

O entrevistado E3 ressalta também que o crescimento do número de estudantes, aliado à estagnação ou redução da verba, contribui para que alguns estudantes não cheguem a ser contemplados. Essa observação a respeito da redução de orçamento que vem sofrendo a AE encontra respaldo nos dados divulgados pelo TCU (2025), conforme já apresentado anteriormente.

De modo especial, também destaca-se a fala do entrevistado E1 que expõe o dilema vivido por gestores e equipes técnicas da Assistência Estudantil, ao lidarem com um recurso insuficientes e terem que realizar escolhas entre conceder valores maiores a um número reduzido de estudantes ou diminuir os valores para ampliar o alcance do atendimento. Essa lógica acaba por limitar a efetividade da política e traçar os limites também para a atuação profissional.

Ao analisar a própria normativa da PNAES, tanto em nível nacional, quanto em nível institucional, é possível observar características de seletividade e focalização, em detrimento do caráter universal que se deseja imprimir à política. Ao traçar público-alvo e definir critério de corte de renda para acessar a política, reforça-se, conforme analisa Dutra e Santos (2017), seu caráter seletivo e não universal. Ainda que a definição de critérios busque priorizar estudantes em situação de maior vulnerabilidade socioeconômica, segundo as autoras, ela também restringe o acesso à assistência, e enfraquece a perspectiva de educação como direito social.

É possível perceber, portanto, a partir dos dados colhidos e da literatura, que o caráter seletivo da Assistência Estudantil é resultado dos processos de subfinanciamento da política e de um modelo de Estado mínimo para o social. A insuficiência dos recursos financeiros impõe limites para efetivação do direito à Assistência Estudantil enquanto política pública que desempenha papel fundamental na permanência e êxito estudantil.

Ainda no campo das consequências advindas da insuficiência de recursos está a **“precarização dos serviços”** da Assistência Estudantil. Este tema emerge das falas dos entrevistados que evidenciam como a limitação orçamentária compromete tanto a qualidade dos serviços ofertados, como a impossibilidade de expansão dos suportes ofertados.

No que se refere à alimentação escolar, os entrevistados destacam a simplificação do cardápio e a impossibilidade de ampliação ou qualificação desse serviço por questões de restrições financeiras. Ao se referir ao lanche servido aos estudantes através do recurso do Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE, o entrevistado E3 destaca que na **“[...] a questão da alimentação, a gente queria fazer uma coisa até maior, uma coisa melhor, ampliar. Mas o recurso é limitado (E3)”**, reflete.

Ainda sobre esse aspecto e, considerando que a campus locus deste estudo não possui equipamento de Restaurante Universitários-RU, as refeições principais realizadas pelos estudantes nos dias de contraturno, são custeadas de forma própria através do quiosque que realiza a venda das refeições. O auxílio estudantil de repasse financeiro - PAPE busca, nesse sentido, dar suporte no custeio de alimentação ou outras despesas como transporte e aquisição de material didático-pedagógico, para os alunos contemplados. Nesse contexto, o entrevistado 3 segue refletindo sobre essa realidade:

“[...] a alimentação se for comprada no campus, realmente ela é muito cara. E o valor que é oferecido mensalmente ele não consegue contemplar isso daí. Porque a gente não consegue dar um valor maior que consiga contemplar o mês inteiro de alimentação. Ou para aqueles que pagam transporte pagar todo o transporte (E3).”

Esse relato encontra consonância com a fala do entrevistado E7 ao pensar sobre a insuficiência do valor dos auxílios estudantis diante das despesas reais de manutenção do estudante na instituição. Nesse sentido, E7 destaca o seguinte:

Eu acho que a principal [limitação] é a financeira, porque o valor é baixo, é claro que ajuda, já que são pessoas em situação de vulnerabilidade, né? Até porque aqui é uma cidade polo, eles vêm de outros lugares, de sítios. [...] então esse dinheiro vai ajudar sim, vai ajudar no transporte para eles chegarem até aqui, para que eles **almocem quando tem contraturno. Então,**

realmente, esse dinheiro é muito importante, às vezes até **ajudar em casa** a pagar alguma conta, **só que é um valor realmente baixo** (E7).

As falas evidenciam, portanto, o fato de que os valores de auxílios estudantis têm sido considerados insuficientes para cobrir despesas mensais de demandas básicas dos estudante como alimentação e transporte, a qual se propõe, o que se agrava diante do contexto socioeconômico dos estudantes, muitos oriundos de zonas rurais ou municípios vizinhos e que dependem do deslocamento diário até o campus, comprometendo assim o objetivo da AE enquanto estratégia de permanência.

O entrevistado E4 também destaca que a falta de recurso financeiro inviabiliza a implementação de outros serviços considerados importantes e necessários para a permanência estudantil, a exemplo do auxílio óculos, ao citar que “[...] **falta recurso financeiro** para fazer um projeto, por exemplo, [...] atender os alunos que têm baixa visão, oferecer a eles óculos, oferecer ao aluno exames com médicos, como, por exemplo, os alunos que precisam fazer educação física e não têm condições” (E4). A escassez de recursos faz, portanto, com que haja uma escolha entre qual auxílio se mostra mais necessário e indispensável a sua oferta.

Sobre essa perspectiva que aponta para a precarização dos serviços da Assistência Estudantil, Oliveira et al (2023) destacam que, ao não se estender de forma universal e tampouco conseguir atender plenamente a demanda existente, a política passa a operar sob uma lógica de “bolsificação” e monetarização, marcada por valores insuficientes e por uma tendência focalizada, fragmentada e excludente. Esse formato, segundo as autoras, contradiz o ideário de inclusão e permanência que fundamenta a política.

5.3.2 Insuficiência no Quadro Funcional

Ainda no campo das discussões que buscam analisar os desafios enfrentados na implementação da Política de Assistência Estudantil, emerge, a partir das falas dos entrevistados, a problemática que envolve a insuficiência do quadro funcional no campus investigado. Essa limitação impacta diretamente a capacidade de execução das ações previstas na política, tendo em vista que trata-se da ausência de profissionais fundamentais na execução dos serviços que compõem a política.

A insuficiência de quadro funcional, além de contribuir para a fragilização da efetivação dos serviços da AE, é geradora de sobrecarga de trabalho, além de fragilizar as ações intersetoriais, o planejamento coletivo, em razão do acúmulo de atividades, favorecendo assim, ações desarticuladas e imediatistas.

Ao analisar as falas dos entrevistados, fica evidente que a insuficiência do quadro funcional faz com que o campus conta com uma **“Equipe multidisciplinar reduzida”** e insuficiente para acompanhar o crescente número de estudantes e a quantidade de demandas apresentadas, o que compromete o desenvolvimento do trabalho.

É o que foi possível compreender a partir dos trechos apresentadas a seguir:

O quadro funcional, esse aqui é um caos. São poucas pessoas, às vezes, um profissional para dar conta de mais de 500 alunos. Ninguém em sã consciência vai conseguir fazer isso (E4).

O primeiro fato é a quantidade de pessoas, de servidores. Então, **para que a gente possa aplicar, ou possa executar [a política de assistência estudantil], é preciso pessoas** (E4).

[...] a gente tem poucos técnicos administrativos para uma função só (E3).

[...] acredito que falte mais profissionais para acolher, para orientar, porque cada dia está mais crescendo. O número de alunos está crescendo, mas a quantidade de funcionários são as mesmas” (E6).

Para fortalecer essa política, eu acredito que a equipe tem que estar formada com todos os profissionais. Não haver déficits. Porque, às vezes, **os profissionais acabam tentando preencher lacunas de um outro profissional** que não tem no nosso campus (E3)

As falas deixam claro que, para os participantes, a execução da política depende, fundamentalmente, da existência de servidores suficientes para operacionalizar as ações, o que não há. Evidencia-se também através da fala de E3 a necessidade da equipe multiprofissional “estar formada com todos os profissionais” para que haja o fortalecimento da política, no entanto está não é uma realidade de compus alvo do estudo, uma vez que sua equipe ainda não está composta por todos os profissionais necessários expressos no art. 18 da Resolução nº 16/2018, da Política de Assistência Estudantil do IFPB, com a ausência de profissionais como psicólogo, nutricionista e odontólogo.

Atualmente, o campus Itaporanga conta com a quantidade de 16 Técnicos Administrativos em Educação - TAE, dos quais 07 desenvolvem suas atividades ligadas à Diretoria de Administração e 09 desempenham atribuições dentro da Diretoria de Ensino, mais 39 docentes, sendo 9 deles substitutos. No entanto, o campus possui a tipologia 70/45, de acordo com a Portaria MEC nº 34/2025, ou seja, 70 docentes para 45 técnicos administrativos em educação - TAE, de acordo com o dimensionamento administrativo e de ocupação.

Com base nesses dados, estima-se que, em relação a quantidade de TAES, o campus está funcionando com aproximadamente um terço da quantidade desejada.

Ainda sobre as falas que dizem respeito à ausência de profissionais específicos, está especialmente mencionada a ausência de psicólogos, o que chama a atenção pela frequência com que esta fala apareceu nas entrevistas, sendo mencionada por 3 dos 7 profissionais entrevistados, como observa-se a seguir.

Sim, **quadro funcional** sim! Acho que **a existência de uma psicóloga** faz diferença no campus porque você às vezes quer encaminhar alguém que, na minha função não me compete em algumas questões que **uma psicóloga** do campus seria importante, né? A existência dela (E2).

No campus Itaporanga, por exemplo, **a psicologia faz muita falta**. [...] acaba os outros profissionais tentando atuar um pouco da psicologia, mas que não atua de verdade (E3).

A gente não tem nenhum psicólogo. A gente tem que terceirizar a parte da psicopedagogia para dar esse apoio. Então a limitação do quadro funcional, ela impacta sim e faz com que a gente execute de forma limitada a política de assistência estudantil (E3).

[...] vejo a necessidade na **questão multidisciplinar de outros profissionais, como por exemplo um psicólogo**, para que possa atuar melhor nessa política de assistência estudantil. Acho extremamente necessário e por que não dizer urgente para o campus Itaporanga (E6).

Ao fazer o relato, o entrevistado E2, em especial, destaca que a inexistência desse profissional no campus compromete o encaminhamento adequado de estudantes com demandas de saúde mental ou sofrimento psíquico, fazendo com que outros profissionais tentem, de forma limitada, suprir a lacuna dessa atuação, “mas que não atua de verdade”, já que foge de suas competências profissionais, complementa o entrevistado E3.

Sobre esse debate, a aprovação da Lei nº 13.935/2019 que dispõe sobre a obrigatoriedade da prestação de serviços de psicologia e de serviço social nas redes públicas de educação básica representa um avanço normativo nesse campo, mas que enfrenta dificuldade para sua efetivação. A aprovação dessa lei, segundo Soares e Amaral (2022), reforça a importância da atuação desses profissionais no processo educacional e evidencia a necessidade de consolidar a Assistência Estudantil e suas equipes multiprofissionais.

Consonante a isso, sobre a recomposição e consolidação das equipes multidisciplinares, observa-se que é uma luta antiga e recorrente nas discussões realizadas por órgãos representativos na luta pela consolidação da AE no Brasil, a exemplo do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis - FONAPRACE, que em 2012 apontava como um dos principais desafios a serem considerado pela ANDIFES na construção do Plano estratégico:

1. Composição e recomposição das equipes de profissionais para operacionalizar as ações da Política de Assistência Estudantil nas IFES, por

exemplo, aumento do quadro de assistentes sociais, pedagogos, psicólogos, técnicos educacionais e técnicos-administrativos; (FONAPRACE, 2012, p. 71).

Nessa direção, Nunes e Magalhães Júnior (2024) também reforçam a importância da equipe multidisciplinar e suas diferentes especialidades na execução eficiente das ações de assistência estudantil nas instituições de ensino ao afirmar que

A ausência de uma equipe multidisciplinar composta por diferentes especialistas dedicados exclusivamente às demandas estudantis destaca a necessidade urgente de suprir esse déficit de recursos humanos. Essa lacuna pode ser preenchida por meio da realização de novos concursos públicos ou parcerias com instituições locais (Nunes; Magalhães Júnior, 2024, p.68).

Fica portanto comprovada a importância das equipes multiprofissionais na Política Nacional de Assistência Estudantil, que, ao estabelecer um leque de programas nas mais diversas áreas da vida estudantil e suas múltiplas necessidades, requer igualmente diferentes especialidades de profissionais em sua atuação para tornar a sua operacionalização possível.

Uma outra reflexão a ser feita sobre a realidade de insuficiência de quadro funcional trata-se da ***“Sobrecarga de trabalho e acúmulo de atribuições”*** vivenciada pelos profissionais que atuam na execução da Política de Assistência Estudantil.

Por meio das falas dos entrevistados fica evidenciada a dificuldade enfrentada pela equipe de realizar planejamento multidisciplinar e reunião de equipe, uma vez que o cotidiano profissional é marcado por inúmeras demandas emergenciais que dificultam a criação de espaços de discussão, reflexão e planejamento em equipe.

O relato do entrevistado E4 exemplifica muito bem essa realidade ao cita que:

A gente usa até o ditado: **“a gente vai apagar fogo”**. Porque a gente não tem nem como planejar, porque não consegue planejar, porque sempre, em algum momento, está acontecendo alguma coisa, que precisa da nossa intervenção. Então, a gente não consegue nem sentar, nem planejar para alcançar os objetivos. [...] o quadro funcional é uma triste realidade dos órgãos, das instituições, dos institutos (E4).

Ao usar a expressão “apagar fogo”, o entrevistado E4 demonstra suas inquietações em relação ao excesso de demandas que requer ações imediatas e emergenciais, e que em muitos momentos se sobrepõem às ações reflexivas, estratégicas e coletivamente planejadas.

Em seu relato, é possível observar as implicações de um cotidiano marcado pela sobrecarga de demandas que exigem do profissional respostas rápidas e intervenções constantes, ao afirmar que “não consegue nem sentar, nem planejar para alcançar os

objetivos”, já que essa dinâmica compromete o tempo necessário para se realizar reflexão, planejamento e avaliação das ações desenvolvidas.

O entrevistado E4 também corrobora com a ideia de sobrecarga no trabalho ligada à insuficiência de servidores ao relatar que

[...] o **quantitativo pequeno de servidores** e também de colaboradores é uma coisa que **afeta muito o nosso trabalho** no dia a dia, porque temos que acabar **fazendo mais atividades**, ficando totalmente sem tempo para fazer coisas por fora e **se inventar de fazer algum projeto**, alguma coisa, **você acaba se sobrecarregando** (E1).

Ao trazer o seu relato, E1 evidencia uma outra situação importante de se observar que é a inviabilidade de envolver-se com outras atividades do campus, à exemplo de projetos de pesquisa e extensão, em razão do acúmulo de atribuições absorvidas pelos profissionais, resultado de um quadro funcional reduzido. Esse cenário contribui para a limitação das práticas profissionais, restringindo-se, muitas vezes, à execução de atividades privativas e urgentes.

As reflexões feitas nesse ponto dialogam com a análise de Soares (2022), que aborda tanto a sobrecarga de trabalho, como as implicações dessa realidade como reforçadora de um entendimento limitado da política de assistência estudantil, ao afirmar que a dificuldade de executar ações da assistência estudantil e divulgação dessas ações, para além dos auxílios financeiros, se dá em “[...] em virtude do elevado quantitativo de demandas e a quantidade insuficiente de profissionais para atendimento. (Soares, 2022, p.109).

Observa-se dessa forma que a realidade da AE ao contar com equipes mínimas, somada à vivência de sobrecarga de trabalho e acúmulo de atribuições não se resumem apenas a desafios administrativos, mas expressam a fragilidade na implementação da Política de Assistência Estudantil que impacta diretamente sua materialização.

5.3.3 Desafios de Infraestrutura

Por fim, ainda se tratando dos desafios encontrados na implementação da Política de Assistência Estudantil a partir da perspectiva da equipe multidisciplinar, percebeu-se desafios no campo da infraestrutura que dizem respeito tanto à ausência de estrutura de equipamentos de uso coletivo, quanto à necessidade de equipamento para atendimento individual.

No que se refere à *“ausência de estrutura de equipamentos de uso coletivo”*, destaca-se, a partir das falas dos entrevistados, a inexistência de Restaurante Universitário -

RU enquanto espaço institucional voltado para a preparação e consumo de alimentos pelos estudantes, no campus *locus* do estudo.

De acordo com o que relata o entrevistado E2, a falta desse equipamento impacta, não só no acesso qualificado ao direito à alimentação escolar, mas também na forma como os estudantes experienciam o campus. Nas palavras do entrevistado “[...] a questão também do **restaurante universitário** faz diferença nos alunos, porque **eles acabam não vivenciando o campus como poderiam vivenciar** já que não tem alimentação para eles (E2)”.

Essa percepção em relação à necessidade de melhorar a experiência de alimentação no campus também é compartilhada pelo entrevistado E7, que comenta o seguinte:

[...] tem uma coisa que [...] eu **sinto falta aqui, que é a questão de ter um refeitório** para que eles almoçassem, né? [...] inclusive o pessoal do Grêmio, nas participações do conselho de classe ou individualmente, muitos alunos falam e a gente vê que seria uma coisa muito importante que eles tivessem um refeitório. Isso ia ajudar muito mesmo a eles (E7).

No que se refere a alimentação realizada no campus, como dito anteriormente, esta é ofertada apenas na modalidade de lanche nos períodos de intervalo matutino e vespertino, através de recursos advindos do Programa Nacional de Alimentação - PNAE. Não existe infraestrutura para preparação de alimentos, o que faz com que os lanches sejam distribuídos em formato de kits individualizados, já embalados e porcionados por aluno, e as refeições principais, como já dito antes, são vendidas em um quiosque localizado dentro do campus.

O espaço destinado para o consumo de alimentos foi organizado, de forma provisória, em uma sala ampla e mobiliada com mesas e cadeiras. Embora tenha se buscado um dos espaços mais amplos da instituição para esta finalidade, este ainda é insuficiente para comportar a quantidade de estudantes que realizam refeições em cada turno, principalmente nos dias de contraturno, por se tratar ainda de uma espaço improvisado, enquanto aguarda-se pela construção de um espaço específico para esta finalidade, nos moldes de um restaurante universitário.

Os dados divulgados na II Pesquisa Nacional do Perfil das Instituições Federais do Ensino Superior para a Assistência Estudantil, realizada em 2016 pelo FONAPRACE e ANDIFES também evidenciam que, em relação a presença de Restaurantes Universitários - RU próprios nas IFES, com base em uma amostra de 57 IFES respondentes, de, 15,8% das IFES não possuem RU em nenhum de seus campi, e 31,6% das IFES possuem apenas um RU em toda a sua rede de campus.

Apesar da citada pesquisa não ter abrangido os Institutos Federais, acredita-se que este número seja ainda mais preocupante e não ter considerado os Institutos Federais, é possível acreditar que esta realidade seja ainda mais preocupante e que se mostra um desafio para a materialização do Programa de Alimentação Saudável na Educação Superior - PASES, no âmbito da PNAES, Lei nº 14.914/2024.

Sobre esse ponto, autores como Castro, Trindade e Oliveira (2024) discutem sobre a importância de se fortalecer a construção desses equipamentos, por se configurar tanto como espaço de vivência estudantil, como também por conferir mais robustez e estrutura aos serviços da PNAES.

O que também é reforçado por Nascimento e Arcoverde (2012) que critica a lógica bolsificadora adotada dentro da execução dos serviços de AE, através da concessão de bolsa alimentação, bolsa moradia, entre outros, em detrimento de construção de equipamentos como restaurantes universitários.

Outros desafios na esfera da infraestrutura também foram mencionados pelos participantes que dizem respeito à *”necessidade de equipamentos para atendimento individual”*, a exemplo de espaços físicos dedicados para atendimentos específicos ou materiais e equipamentos.

Entre as falas nesse sentido, está a do entrevistado E4 que menciona que “[...] **às vezes, falta espaço para atender os alunos, uma sala mais dedicada** àquela política (E4). Do mesmo modo, o entrevistado E6 relata o seguinte em relação à estrutura: **“poderia ter salas para acolhimento.[...] às vezes acaba prejudicando para você tentar fazer um trabalho com mais qualidade (E6).**

Apesar do campus contar com salas para atendimentos individualizados, estas ainda se mostram insuficientes para atender, de forma satisfatórias, todas as demandas que envolvem a Assistência Estudantil, segundo os entrevistados.

O desejo de que o seu setor possuísse mais materiais e equipamentos necessários para a realização de atendimentos com qualidade também ficou explicitada na fala do entrevistado E5, com a assertiva “[...] **mais investimento de materiais e equipamentos no meu setor**” (E5).

Observa-se, ainda, a ausência de outros equipamentos institucionais que, embora não tenham sido mencionados pelos participantes durante a pesquisa, também são considerados desafios relevantes no campo da infraestrutura que se colocam perante a efetivação da Política de Assistência Estudantil. Entre esses equipamentos, destacam-se o ginásio poliesportivo, que ainda encontra-se em fase de construção, bem como a inexistência de pátios, praças ou

espaços de convivência que favoreçam o descanso, a socialização e a vivência diária no campus.

Também é possível citar a realidade atual da biblioteca, que não dispõe de uma estrutura física própria, o que faz com que o seu funcionamento se dê em um espaço rearranjado para esse fim, com limitação de espaço para uma pequena quantidade de mesas e cadeiras para estudo, assim com um número pequenos de computadores utilizados para fins acadêmicos.

O fato desses equipamentos serem citados nas falas dos entrevistados pode estar relacionado à compreensão focalizada de assistência estudantil voltada prioritariamente para a garantia dos mínimos de sobrevivência, como alimentação, conforme discute Dutra e Santos (2017), ficando de fora dessa compreensão outras necessidades estudantis também importantes, como as necessidades de convivência, esporte, lazer e suporte pedagógico, que tendem a ser colocadas em segundo plano.

Desse modo, os resultados da pesquisa evidenciam que o fortalecimento da assistência estudantil depende de investimentos do poder público que vá de encontro aos desafios enfrentados no cotidiano da sua execução e perpassa tanto pela insuficiência de recursos financeiros, pela defasagem do quadro funcional das instituições de ensino federal que resultam em equipes multidisciplinares incompletas e por fim, pelos desafios estruturais como a ausência de equipamentos de oferta de serviços da assistência estudantil, tão importantes para o fortalecimento da política.

5.4 POTENCIALIDADES PERCEBIDAS - CATEGORIA ANALÍTICA 3

Ao realizar a análise das concepções sobre a Assistência Estudantil que permeiam o campus Itaporanga, e na sequência, identificar as principais limitações que atravessam a implementação da política, esta terceira e última categoria analítica busca identificar as potencialidades percebidas pelos sujeitos da pesquisa no âmbito da Assistência Estudantil, que diz respeito a aspectos ou experiências consideradas positivas no desenvolvimento da AE.

É importante destacar que, ao apresentar as potencialidades, não se quer negar as fragilidades identificadas anteriormente, mas esse fato demonstra, como aspectos, aparentemente antagônicos coexistem e podem revelar tanto fragilidades, quanto potencialidades de uma mesma política.

Identificou-se, então, a partir das falas dos entrevistados, que as duas grandes potencialidades percebidas na execução da AE dizem respeito às ações desenvolvidas pela

equipe e às características percebidas na equipe multidisciplinar, como demonstra o quadro 08 a seguir.

Quadro 08 - Categoria “Potencialidade Percebidas” e seus temas

Categoria Analítica 3 - Potencialidades Percebidas	
Subcategorias	Temas
Ações Desenvolvidas	Auxílios estudantis
	Atendimentos individuais
	Atividades coletivas
Características da Equipe Multidisciplinar	Compromisso e Empatia

Fonte: Elaborado pela autora.

Desse modo, as discussões trazidas por esta categoria buscam aprofundar a compreensão de como a política se materializa na prática do campus e quais ações são reconhecidas como mais efetivas pelos sujeitos que atuam diretamente em sua execução.

5.4.1 Ações Desenvolvidas

No contexto de análise das potencialidades, observou-se pelas falas dos entrevistados que, mesmo diante das limitações já apresentadas, as ações desenvolvidas no campo da Assistência Estudantil são consideradas positivas e possuem o potencial de colaborar com a permanência dos estudantes.

Dentro das ações mencionadas, os *“Auxílios Estudantis”* são reconhecidos pelos sujeitos da pesquisa como uma das principais estratégias para a efetivação da permanência discente.

As falas dos entrevistados apontam para os auxílios financeiros como elementos de relevância da política de assistência estudantil, conforme observado a seguir:

Eu acho que a questão dos próprios **auxílios assistenciais** é uma coisa que a gente vê que realmente **é um dos pontos que faz com que os alunos fiquem**. Muitos quando já vêm no PSCT já vêm pensando na busca de um **auxílio**, porque é uma forma de permanência (E1).

[...] os programas que têm dos **auxílios financeiros**, que os alunos vivem perguntando, acredito também que fortalece a política de assistência estudantil (E2).

[...] experiências positivas, eu vou trazer para você, vamos ver a **questão dos auxílios** (E4).

Apesar de se compreender, a partir das discussões anteriores que uma política de AE baseada unicamente em concessão de auxílios financeiros não seja o modelo ideal de Assistência defendido aqui, há que se reconhecer, a partir das falas dos participantes, a relevância que os auxílios financeiros possuem dentro das ações desenvolvidas pela AE, principalmente diante de um contexto em que não há a oferta de outras modalidades de acesso à alimentação, moradia e transporte, por exemplo.

Essa percepção é reforçada pelos relatos de E1 e E2, que identificam os auxílios financeiros como uma ação frequentemente demandada pelos estudantes, já que, segundo E1, muitos alunos, ainda durante o Processo Seletivo de Cursos Técnicos - PSCT, para ingresso na instituição, “**já vêm pensando na busca de um auxílio**”, fato este que o faz reconhecer os auxílios enquanto “forma de permanência” e uma potencialidade dentro da AE (E1).

Corroborando com o pensamento de E1 quando relaciona auxílios estudantis à permanência, observa-se a pesquisa desenvolvida por Araújo et al (2019) que buscou comparar a taxa de permanência entre alunos beneficiários e não beneficiários de auxílios estudantis no IFCE, campus Iguatu, por curso, referente aos anos de 2011 a 2015. A pesquisa demonstrou, por exemplo, taxas de permanência de 79,5% no curso de Serviço Social entre beneficiários, contra 35,4% entre não beneficiários; de 60,2% no curso de Tecnologia em Irrigação e Drenagem, contra 14,2%; e de 68,7% no curso de Química, contra 25,4% . Ou seja, as melhores taxas de permanência dentro dos cursos avaliados foram sempre entre os beneficiados por auxílios estudantis (Araújo et al., 2019).

A pesquisa concluiu que, quando bem executado, os auxílios pecuniários representam um dos mecanismos da Política de Assistência Estudantil que apresentam impactos na permanência de estudantes (Araújo et al, 2019).

Os “*Atendimentos Individuais*” também surgem no discurso dos entrevistados como experiências muito positivas e potencializadoras da AE no campus. Diferentemente de uma compreensão restrita da assistência estudantil aos auxílios financeiros, as falas revelam o reconhecimento de práticas de acolhimento, escuta e acompanhamento como estratégias fundamentais para a permanência e o fortalecimento do vínculo dos estudantes com a instituição.

Em seus relatos, os entrevistados citam como estratégias e ações que têm se

mostrado eficazes na permanência dos estudantes, o seguinte:

[...] os **atendimentos que a gente faz com os estudantes**, eu acredito que isso contribui para que os estudantes se sintam parte do instituto (E2).

A biblioteca nesse caso entra também como política de assistência estudantil, né? Os **atendimentos da biblioteca** (E2).

“[...] o **atendimento psicossocial** que é feito aqui, que é um diferencial da nossa instituição, que faz com que os alunos **se sintam pertencentes e é uma coisa que faz com que eles não saiam**, porque, querendo ou não, acaba sendo um atendimento que eles não têm oportunidade de ter fora do campus”. (E1)

No nosso campus eu acho que os estudantes são muito bem ouvidos. Então a gente consegue ver um pouco quais são as necessidades deles (E3).

No relato do entrevistado E2 destaca-se a compreensão de que os atendimentos realizados contribuem para fortalecer o sentimento de pertencimento do estudante com o instituição e a construção de vínculos institucionais, “para que os estudantes se sintam parte do instituto” (E2).

Observa-se também, nesse ponto, uma ampliação do conceito de assistência estudantil em relação ao E2 ao incluir setores normalmente associados à dimensão acadêmica, como a biblioteca, dentro das ações de AE. Essa leitura dialoga com a concepção de assistência estudantil prevista na PNAES, que abrange múltiplas dimensões da vida acadêmica e social dos estudantes. Esta normativa, inclusive, traz um programa específico voltado para a qualificação de espaços físicos das bibliotecas, o Programa de Acolhimento nas Bibliotecas - PAB.

Outro elemento que se destaca nas falas é o atendimento psicossocial, apontado como um diferencial do instituto. Conforme relata o entrevistado E1, trata-se de um tipo de atendimento que muitos estudantes não teriam acesso fora desse contexto institucional. Essa fala evidencia a importância da assistência estudantil no atendimento às necessidades que extrapolam a dimensão econômica, alcançando aspectos emocionais, sociais e pedagógicos que impactam diretamente a trajetória acadêmica.

Além disso, o entrevistado E3, em sua fala, evidencia a AE enquanto um espaço de escuta e acolhimento. Segundo o entrevistado, os estudantes “são muito bem ouvidos” no campus, o que abre possibilidades para identificar necessidades que nem sempre são observadas mediante critérios socioeconômicos ou acadêmicos.

A importância das ações na permanência e êxito escolar, de acordo com os entrevistados, também se expressam nas “**Atividades coletivas**” desenvolvidas no campus. Há pelos entrevistados, o reconhecimento das campanhas, eventos e ações coletivas como estratégias que contribuem para a permanência e engajamento dos estudantes, o que é

possível observar a partir das seguintes falas:

[...] **As atividades que foram realizadas no dia da mulher**, no mês da mulher (E2).

[...] **os eventos** que o pessoal realiza no campus é algo bastante positivo que faz com que os alunos realmente se envolvam, a questão dos **jogos** também, os **jogos olímpicos** as atividades, isso faz com que os alunos se envolvam mais no campus e tenham afinidade com o curso e com a instituição, por exemplo (E2).

[...] **os eventos** que são organizados por nós, eu acho que isso é importante, fortalece a política de assistência estudantil (E2)

E também as outras atividades que são feitas, **campanhas**, trabalho que tem para que todos os alunos consigam participar do IVS por conta de edital (E1).

As campanhas educativas, exemplificadas pelo entrevistado E2 como alusivas ao “dia da mulher” foram compreendidas como iniciativas relevantes, ao promoverem espaços de reflexão e diálogo sobre temas transversais como respeito à diversidade, combate à violência, bullying, dentre outros, de suma importância para a formação humana integral. Atividades como essa reforçam o caráter educativo e formativo defendido pela AE, inclusive em seus documentos normativos, quando se observa a Política de Assistência Estudantil do IFPB.

Os eventos esportivos e ações que promovam a integração dos estudantes, como as olimpíadas, também foram mencionados como fatores que estimulam o envolvimento dos estudantes e repercutem, assim, na sua permanência. De acordo com E2, essas ações “fazem com que os alunos realmente se envolvam, [...] tenham afinidade com o curso e com a instituição”.

No âmbito das ações desenvolvidas, no que se trata especificamente das atividades individuais e das ações coletivas, convém destacar que são ações previstas na Política de Assistência Estudantil de grande impacto e relevantes para a permanência estudantil, conforme demonstrado através dos relatos dos entrevistados. No entanto, tais ações ainda são pouco visibilizadas, e isso se dá, segundo Carvalho (2020), devido ainda a uma centralização da compreensão de permanência ligada ao “atendimento de suas demandas materiais, não sendo visível na mesma proporção estratégias para a atenção de suas demandas simbólicas, oferecendo, por exemplo, espaços de convivência coletiva” (Carvalho, 2020, p.7).

Nesse sentido Taufick (2014 apud Soares e Amaral, 2022,) vem reforçar a importância das ações para além dos auxílios, chamando a atenção que a presenças dessas ações nas normativas de AE não são à toa, “existe uma intencionalidade em constituir ações complementares às atividades pedagógicas que ampliem a formação do indivíduo mediante a

oferta de ações voltadas a saúde, cultura, esporte e inclusão digital” (Taufick, 2014 apud Soares; Amaral, 2022, p. 11).

Ao observar as regulamentações de assistência estudantil dos IFs da região Norte (Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia, Roraima, Tocantins), Soares e Amaral (2022) constatou que todos institutos possuem regulamentação de AE aprovada por Conselho Superior e que cinco delas datam dos anos de 2018 a 2020.

Ao analisar a normativa dos sete IFs selecionados, os autores concluíram o seguinte:

Dos sete IFs analisados, apenas um apresenta, em sua regulamentação, a política focada essencialmente em auxílios financeiros. Por sua vez, em quatro deles são evidenciados programas com eixo de atendimento universal, ou seja, com atendimentos pensados para além de auxílios financeiros e, em outros dois IFs, embora não esteja explicitamente descrito, fica claro que seu foco está voltado para além das ações relacionadas às questões econômicas, compreendendo programas de atenção e promoção da saúde, apoio psicológico e pedagógico.” (Soares e Amaral, 2022, p. 11-12)

Ao que se refere à normativa de Assistência Estudantil do Instituto Federal da Paraíba - IFPB, Resolução nº 16/2018, que encontra-se em fase de reformulação, observa-se que esta também inclui ações no âmbito da Assistência Estudantil para além de auxílios financeiros, a exemplo dos programas na área de inclusão da pessoa com deficiência, Atenção e Promoção à Saúde, acompanhamento pedagógico, participação em eventos e incentivo à cultura, arte, esporte e lazer, demonstrando assim a compreensão ampla de AE em suas múltiplas dimensões.

Portanto, fica evidente que, em se tratando de permanências e êxito estudantil, tanto ações de concessão de auxílios, como atendimentos de caráter individualizado ou atividades coletivas, todas desempenham papéis relevantes na construção da Assistência Estudantil, e na potencialização de seus efeitos sobre a vida dos discentes.

Nesse sentido, Soares e Amaral (2022), ratificam o caráter interdependente entre as áreas e ações da PNAES. Uma vez que representam “necessidades que precisam ser supridas simultaneamente, [...] qualquer área descoberta pode coincidir com a evasão do estudante” (Recktenvald et al., 2018 apud Soares; Amaral, 2022, p. 11).

5.4.2 Características da Equipe Multidisciplinar

Além das ações executadas no campus discutidas no tópico anterior, outro aspecto considerado relevante e potencializador na execução da Política de Assistência Estudantil no

campus, a partir da percepção dos sujeitos da pesquisa, trata-se das próprias características percebidas na equipe multidisciplinar.

Os relatos evidenciam que características como **“compromisso e empatia”** conseguem definir muito bem a identidade da equipe e do trabalho desenvolvido, marcas estas que podem ser identificadas através do uso de termos como “coesa”, “harmônica”, “estratégica”, “atuante” “proatividade” e “efetiva”, assim, como “empática” e “humanística”, utilizados pelos entrevistados para descrever a equipe.

Eu acredito que a equipe é muito **coesa, harmônica**, tenta abordar todas as questões que são necessárias e muitas vezes fazendo mais do que realmente está ao alcance dela, muitas vezes de tentar dar todo o tipo de acolhimento ao estudante (E1).

[...] por uma questão de **cultura organizacional**, no campus por ser pequeno e os **servidores se ajudam** já por conta mesmo de **proatividade** dos próprios servidores (E1).

Eu acho que é a **questão humanística** da equipe (E1).

A equipe é uma **equipe muito empática**, que procura ver a necessidade do aluno e colocar o aluno em primeiro lugar (E1).

A **união** da equipe, a **vontade de fazer com que funcione**. Gostam de fazer com que os alunos permaneçam no campus, se interessam pelo aluno, se interessam pela família (E3).

Eu acho que a equipe multidisciplinar é muito **efetiva**, ela é **atuante** e ela dá um super apoio na questão dos alunos, na questão do acolhimento (E6)

As estratégias de **acolhimento**, como todos desempenham pela equipe, de oferecer o **cuidado, o zelo, a proteção**, eu acho extremamente importante para a permanência dos alunos (E6).

Os aspectos mais importantes da equipe multidisciplinar é **o querer**, eu vejo uma importância que dá ao trabalho, na questão do se envolver com eles (E6).

Eu vejo que a equipe multidisciplinar é muito **estratégica** em relação à tomada de decisões, então eu vejo isso como positivo, então ela reflete muito, ela pensa muito, ela analisa muito todas as informações para que depois seja tomada alguma decisão na prática (E6).

E a equipe, em si, tem muito clara importância da permanência desses alunos através dessas políticas. E eu acho que a equipe é bastante **empenhada** (E7)

Primeiro, a **empatia**. Eu acho que a equipe tem bastante empatia, até por isso que se faz essa busca ativa, procura seus alunos, porque nós conhecemos o perfil dos alunos, né? (E7).

As falas demonstram, portanto, a existência de um elevado grau de envolvimento entre a equipe e, sobretudo, um compromisso ético e social com a permanência do estudante.

Outro aspecto relevante e observado com recorrência a partir das falas diz respeito à cultura organizacional de colaboração, muito presente entre a equipe, justificada pelo entrevistado E1 possivelmente pelo fato do campus ser de pequeno porte, o que permite uma maior proximidade entre os servidores e que favorece práticas de ajuda mútua e colaboração.

Corroborando com essa análise, Carvalho (2024) evidenciou em sua pesquisa desenvolvida com profissionais das equipes pedagógicas no IFPR que “a comunicação direta e presencial favorece a troca da informação, empatia e a resolução de modo rápido,” (Carvalho, 2024, p. 274), o que também foi observado a partir da fala do entrevistado E1.

Em sua pesquisa, a autora também constatou que ações preventivas de evasão possibilitadas pelo vínculo estabelecido entre equipe e estudante tiveram a empatia como um diferencial no desenvolvimento dessa ação (Carvalho, 2024), o que reforça que características como vínculo e empatia podem ser consideradas potencializadores das ações desenvolvidas durante no contexto educacional.

Essa cultura da cooperação observada na equipe permite que muitas dificuldades do cotidiano institucional sejam amenizadas e até ultrapassadas, em algum momento, através da estratégia da ajuda mútua e da colaboração presente na equipe, o que é possível analisar nas expressões utilizadas por E1 como “servidores se ajudarem” e na expressão “vontade de fazer funcionar” utilizada pelo entrevistado E3 ao se referirem ao trabalho em equipe.

Entretanto, apesar de ressaltar características muito positivas da equipe, há que se fazer uma análise crítica nesse sentido, pois compreende-se que a cultura da colaboração possui dois lados da moeda, se avaliada considerando os aspectos identificados na categoria 2 que analisam, no contexto da AE, os “desafios na sua implementação” e desenharam o pano de fundo considerado indispensável para essa análise.

É nesse sentido que se compreende que, se por um lado, a cultura organizacional de colaboração contribui para mitigar os desafios encontrados no cotidiano de trabalho, por outro, esconde problemáticas já abordadas no capítulo anterior como, a insuficiência de quadro funcional, sobrecarga de trabalho e acúmulo de atribuições, desafios encontrados e que dizem respeito às condições objetivas de trabalho.

Dessa forma, compreende-se que a atuação da equipe multidisciplinar é marcada pela presença de empatia e compromisso, além de coerência, harmonia, estratégia e proatividade. No entanto, embora tais características sejam consideradas potencializadoras da Assistência Estudantil no campus, conforme a fala dos entrevistados, elas não podem substituir ou amenizar a leitura crítica da realidade que evidencia necessidades concretas como de investimento, melhorias estruturais e ampliação do quadro de servidores, que impactam diretamente na materialização da política e nas condições de trabalho da equipe que executa os seus serviços.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente dissertação partiu da compreensão da Política de Assistência Estudantil enquanto direito social resultado de um percurso histórico de lutas que, entre avanços e retrocessos, contou com participação fundamental dos movimentos estudantis e órgãos representativos como a UNE, Fonaprace e Andifes (Imperatori, 2017; Kowalski, 2012).

Constitui-se, portanto, como política essencial para permanência e êxito estudantil, como estratégia de mitigar os rebatimentos da desigualdade social no contexto escolar e combate à evasão.

Sua compreensão é atravessada por múltiplos significados (Dutra; Santos, 2017), assim como desafios e possibilidades são postos durante sua materialização, vivenciados, de forma peculiar, pelas equipes multidisciplinares que operacionalizam os seus programas de serviços.

No Instituto Federal da Paraíba, e mais especificamente, no campus Itaporanga, locus deste estudo de caso, a Política de Assistência Estudantil é executada mediante ações articuladas entre os diversos setores, sendo a equipe multiprofissional formada por profissionais das diversas áreas de formação.

Nesse sentido, a problemática que norteou o presente estudo foi a busca por compreender a percepção da equipe multidisciplinar em Educação Profissional e Tecnológica acerca da Política de Assistência Estudantil, suas potencialidades e desafios para a sua implementação no IFPB Campus Itaporanga.

Para tanto, definiu-se os seguintes objetivos específicos: a) Identificar como a equipe multidisciplinar em EPT do IFPB Campus Itaporanga compreende a Política de Assistência Estudantil; b) Investigar os principais desafios enfrentados pela equipe multidisciplinar na implementação da Política de Assistência Estudantil no campus; c) Analisar as potencialidades percebidas pela equipe multidisciplinar na execução da Política de Assistência Estudantil no IFPB Campus Itaporanga; d) Elaborar produto educacional em formato de minicurso de formação sobre a Política de Assistência Estudantil-PAE direcionado à equipe multidisciplinar que atua na PAE do campus Itaporanga.

A partir do presente estudo de caso, de cunho qualitativo, realizado com os profissionais que compõem a equipe multidisciplinar do referido campus, obteve-se os seguintes resultados, organizados por categorias, de modo a atender cada um dos objetivos definidos, respondendo assim, a questão de pesquisa.

Ao que se refere à compreensão acerca da política de assistência estudantil no campus, constatou-se que compreensões diversas permeiam esse espaço, diz respeito tanto a compreensões assistencialista, quanto a compreensão da AE enquanto direito. Foram identificadas como compreensão assistencialista, aquelas que reduzem a AE à concessão de auxílios financeiros, assim como as compreensões que dão o sentido de favor ou incentivo à acomodação, ou baseadas em uma visão pragmática e fragmentada da política. Já as compreensões que demonstraram um entendimento multidimensional da política ou enquanto estratégia de permanência e combate à evasão foram identificadas como uma compreensão da AE enquanto Direito.

Essa discussão encontrou respaldo nos debates sobre as múltiplas compreensões que permeiam a história da AE, e nas disputa de perspectivas em torno dos binômios “gasto x investimento, concessão (favor) x direito, universalidade x seletividade, recursos mínimos (necessidades básicas) x integralidade” (Dutra; Santos, 2017, p. 162).

Quanto aos desafios identificados pela equipe multidisciplinar na implementação da Política de Assistência Estudantil, foram identificados desafios também diversos, organizados em três grupos: insuficiência de recursos financeiros, que imprimem maior caráter seletivo à assistência estudantil diante de um cenário de pouco recurso e faz com que seja necessário aplicar filtros cada vez mais seletivos, repercutindo inclusive na precarização dos serviços no âmbito da AE; insuficiência no quadro funcional do campus, que faz com que a equipe multidisciplinar encontre-se reduzida e vivenciando sobrecarga de trabalho e acúmulo de atribuições; e por fim, desafios de infraestrutura, marcados pela ausências de estrutura de equipamentos de uso coletivo como refeitório, sala para atendimento e a necessidade de equipamentos para atendimento individual.

Essa discussão encontrou coro com os debates sobre temas como subfinanciamento da política de AE (Grosso; Oliveira, 2025), necessidade de recomposição das equipes de profissionais que atuam na AE (FONAPRACE, 2012; Nunes; Magalhães Júnior, 2024), o processo de bolsificação da AE e a defesa por construção de equipamentos de uso coletivo como RU's (Nascimento; Arcoverde, 2012).

Nas discussões que versam sobre as potencialidade percebidas pela equipe multidisciplinar que fortalecem a permanência, constatou-se que estas se encontravam em dois aspectos principais: nas ações desenvolvidas, como a oferta de auxílios estudantis, atendimentos individuais, acolhimento, acompanhamento, nas atividades coletivas como campanhas educativas e eventos esportivos, que fortalecem a vivência estudantil e pertencimento; e como segundo aspecto considerado potencializador na execução da Política

de Assistência Estudantil no campus, está as características da própria equipe multidisciplinar, como empatia e compromisso, incluindo uma forte cultura organizacional de colaboração. (Carvalho, 2024). Estas características, consideradas marcas do trabalho multidisciplinar desenvolvido, se avaliados, a partir de uma análise crítica, expõem problemáticas que dizem respeito às condições objetivas de trabalho.

A pesquisa contribui para o campo acadêmico à medida em que traz para o conhecimento científico a realidade concreta vivenciada pelas equipes multiprofissionais na operacionalização da Política de Assistência Estudantil, bem como seus desafios e potencialidades. Também traz subsídios que podem contribuir com pesquisas que busquem avaliar a execução da PNAES em Institutos Federais, como o estudado.

Embora o estudo esteja delimitado ao contexto de um campus específico e à perspectiva de sua equipe multidisciplinar, seus resultados oferecem relevantes subsídios para reflexões institucionais mais abrangentes sobre a materialização da Política de Assistência Estudantil no IFPB. Desta forma, a pesquisa também evidencia a necessidade de fortalecer espaços de diálogo, formação e reflexão coletiva sobre a política, espaços estes ainda muito escassos diante da complexidade das demandas que atravessam o cotidiano do trabalho na assistência estudantil. Como sugestões e apontamentos para pesquisas futuras, indica-se a possibilidade de investigações que incluam a perspectiva dos estudantes ou que analisem comparativamente a implementação da política em diferentes campi da instituição ou da Rede Federal.

Como um desdobramento da pesquisa, foi desenvolvido o produto educacional **“Meu Lugar na Assistência Estudantil: uma proposta de formação sobre a Assistência Estudantil na Educação Profissional e Tecnológica para profissionais da equipe multidisciplinar”**, elaborado a partir das necessidades formativas identificadas no processo investigativo. O produto possui uma relação direta com os achados da pesquisa ao propor um espaço de formação e reflexão crítica sobre a política e o papel dos profissionais na sua implementação, contribuindo para o fortalecimento do trabalho multidisciplinar e para a ampliação da compreensão institucional acerca da assistência estudantil.

Nesse sentido, a pesquisa e o seu produto educacional apresentam potencial de contribuir para o aprimoramento das práticas institucionais no âmbito da assistência estudantil no IFPB, ao incentivar processos formativos que favoreçam a compreensão da política em sua dimensão educativa, social e institucional. Espera-se, assim, que este estudo possa colaborar para o fortalecimento de uma assistência estudantil cada vez mais comprometida com a

garantia do direito à educação, com a redução das desigualdades e com a promoção de uma formação integral dos estudantes na Educação Profissional e Tecnológica.

REFERÊNCIAS

ADORNO, Theodor W. **Educação – Para quê?** Educação e emancipação, 1995. Disponível em:

<https://livrogratuitosja.com/wp-content/uploads/2021/03/Educacao-e-emancipacao-by-Theodor-Adorno-z-lib.org_mobi_pdf>. Acesso em: 15 ago. 2023.

A FOME E A INSEGURANÇA ALIMENTAR AVANÇAM EM TODO O BRASIL. **Olhe para a Fome**. Disponível em: <<https://olheparaafome.com.br/>>. Acesso em: 11 jun. 2023.

AFONSO, José Antônio Martin Moreno; SANTOS, Renato Marinho Brandão. Estratégias de controle das classes perigosas: o ensino profissional do Império à República. **Revista Trabalho Necessário**, 2020.

ALBORNOZ, Suzana. **O que é trabalho**. 6.ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 2004.

ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira de. “Questão Social” e Serviço Social no Brasil. In: SILVA, Maria Liduina de Oliveira e (org.). **Serviço Social no Brasil**: história de resistências e de ruptura com o conservadorismo. São Paulo: Cortez, 2016.

ARAÚJO, Sandy Andreza de Lavor; ADRIOLA, Wagner Bandeira; CAVALCANTI, Sueli Maria de Araújo; CORRÊA, Denise Maria Moreira Chagas. Efetividade da assistência estudantil para garantir a permanência discente no ensino superior público brasileiro. **Revista Avaliação**, 2019. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/aval/a/CW7CvT8tqBYZs5wWp8V7WFs/?lang=pt>>. Acesso em: 10 dez. 2025.

BAPTISTA, Thaiana Netto Fonseca; COLARES, MLIS. Políticas educacionais, neoliberalismo e educação integral. **Revista Educação e Políticas em Debate**, 2022.

BARDIN, Lawrence. **Análise de Conteúdo**, Tradução de Luiz Antero Reto e Augusto Pinheiro. 1ª ed. 3ª reimp. São Paulo, 2016.

BEHRING, Elaine Rosseti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social**: Fundamentos e História. 9.ed. São Paulo: Cortez, 2011.

BEZERRA, Luzia Freire Da Costa. As bases da industrialização brasileira à época do desenvolvimento do ensino técnico. In: PEGADO, Erika Araújo da Cunha (org.). **A trajetória do CEFET-RN desde a sua criação no início do século XX ao alvorecer do século XXI**. Natal: Editora do CEFET-RN, 2006.

BORGES, Patrícia Ferreira Bianchini. **História e memória do político e intelectual Fidélis Reis e o ensino profissional como forma de desenvolvimento nacional**. History of Education in Latin America-HistELA, 2022.

BRASIL. **Decreto nº 7.566, de 23 de setembro de 1909**: Crêa nas capitaes dos Estados da Republica Escolas de Aprendizes Artifices, para o ensino profissional primario e gratuito. Câmara dos Deputados. 1909. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1900-1909/decreto-7566-23-setembro-1909-525411-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 02 jul. 2024.

_____. **Constituição dos Estado Unidos do Brasil**. Rio de Janeiro, 1937. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao37.htm. Acesso em 20 jan. 2025.

_____. **Lei nº 3.552, de 16 de fevereiro de 1959**. 1959. Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/13552.htm. Acesso em: 02 jul. 2024.

_____. **Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971**. Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-5692-11-agosto-1971-357752-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 02 jul. 2024.

_____. **Lei nº 7.044, de 18 de outubro de 1982**. Altera dispositivos da Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971, referentes a profissionalização do ensino de 2º grau. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1980-1987/lei-7044-18-outubro-1982-357120-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 05 ago. 2025.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, Senado, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acesso em: 03 mar. 2024.

_____. **Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Lei de Diretrizes e bases (LDB), Brasília, Presidência da República Casa Civil Subchefia para Assuntos Jurídicos, 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 02 maio 2024.

_____. **Resolução CNAS nº 145**. Política Nacional de Assistência Social (PNAS). Brasília: Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), 2004. Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/PNAS2004.pdf. Acesso em 12 ago. 2023.

_____. **Portaria Normativa nº 39, de 12 de dezembro de 2007**. Institui o Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES. Brasília, DF: MEC, 2007. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/portaria_pnaes.pdf. Acesso em: 05 maio 2024.

_____. **Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008**. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, n. 253, p. 1., 30 dez. 2008. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111892.htm. Acesso em: 10 abr. 2024.

_____. **Decreto no 7.234, de 19 de julho de 2010**. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES. Brasil, Presidência da República, 2010. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7234.htm. Acesso em: 13 abr. 2024.

_____. Ministério da Educação. **Portaria nº 389, de 9 de maio de 2013**. Cria o Programa de Bolsa Permanência e dá outras providências. Diário Oficial da União: Brasília, 2013. Disponível em: https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/. Acesso em: 10 set. 2024.

_____. Conselho Nacional de Saúde. **Resolução nº 510, de 7 de abril de 2016**. Dispõe sobre as normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais. Diário Oficial da União, Brasília, 2016. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cns/2016/res0510_07_04_2016.html. Acesso em: 10 jun. 2025.

_____. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). **Documento Orientador de APCN Área 46: Ensino**. Brasília: CAPES, 2019. Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/ensino1.pdf>. Acesso em: 12 ago. 2023.

_____. Ministério da Educação. **Portaria nº 1.999, de 10 de novembro de 2023**. Altera a Portaria MEC nº 389, de 9 de maio de 2013, e o Anexo I, que cria o Programa de Bolsa Permanência. Brasília, 2023. Disponível em: <https://www.in.gov.br/web/dou/-/portaria-n-1.999-de-10-de-novem/> Acesso em: 1 nov. 2024.

_____. **Lei nº 14.914, de 3 de julho de 2024**. Institui a Política Nacional de Assistência Estudantil (PNAES). Brasília, Presidência da República, Casa Civil, Secretaria Especial para Assuntos Jurídicos, 2024. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2024/lei/L14914.htm. Acesso em: 20 jul. 2024.

CARIDÁ, Ana Carolina Bordini Brabo; FILHO, Domingos Leite Lima. Reforma do ensino médio e da educação profissional nos institutos federais em Santa Catarina: transformações do projeto formativo do currículo integrado. In: NOVAES, Henrique Tahan; LIMA FILHO, Domingos Leite; SANTOS, José Deribaldo Gomes dos (Orgs). **Educação profissional no Brasil do século XXI** : políticas, críticas e perspectivas. Oficina Universitária, São Paulo. Cultura Acadêmica, 2024. Disponível em: https://ebooks.marilia.unesp.br/index.php/lab_editorial/catalog/book/447. Acesso em: 15 jul. 2025.

CARVALHO, Evelin Sarmento de. **Permanência na educação superior**: contribuições da política de assistência estudantil do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba – Campus Cabedelo. 2020. 152 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, Gestão e Avaliação da Educação Superior. Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, PB, 2020.

CARVALHO, Evelyn Raquel. **O Programa Nacional de Assistência Social (PNAES) através das Equipes Pedagógicas no IFPR**: Possibilidades e Desafios. 2024. Tese (Doutorado em Tecnologia e Sociedade) – Programa de Pós-Graduação em Tecnologia, Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Curitiba, 2024.

CHIZZOTTI, Antônio. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. São Paulo: Cortez, 1995.

CIAVATTA, Maria. **A formação integrada: a escola e o trabalho como lugares de memória e identidade**. 2005. Disponível em: <http://www.uff.br/trabalhonecessario/images/TN_03/TN3_CIAVATTA.pdf>. Acesso em: 21 dez. 2024.

_____. Ensino Integrado, a Politecnia e a Educação Omnilateral. Por que Lutamos? **Revista Trabalho & Educação**, 2014. Disponível em: <<https://seer.ufmg.br/index.php/trabedu/article/view/7693/5935>>. Acesso em: 02 ago. 2023.

CISLAGHI, Juliana Fiuza; SILVA, Mateus Thomaz da. O Plano Nacional de Assistência Estudantil: Ampliação de Vagas X Garantia de Permanência. **SER Social**, Brasília, 2013. Disponível em: https://periodicos.unb.br/index.php/SER_Social/article/view/13025. Acesso em 12 nov. 2025.

DOLZ, Joaquim; LIMA, Gustavo; ZANI, Juliana Bacan. Itinerário para o ensino do gênero fábula: a formação de professores em um minicurso. **Textura-Revista de Educação e Letras**, 2020. Disponível em: <<http://www.periodicos.ulbra.br/index.php/txra/article/view/5956>>. Acesso em: 16 jul. 2023.

DOXSEY, Jaime Roy; DE RIZ, Joelma. **Metodologia da pesquisa científica**. ESAB – Escola Superior Aberta do Brasil, 2002-2003.

DUTRA, Natália Gomes dos Reis; SANTOS, Maria de Fátima de Souza. Assistência estudantil sob múltiplos olhares: A disputa de concepções. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, 2017.

FONSECA, João José Saraiva da. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002.

FONAPRACE. II Pesquisa Nacional do Perfil das Instituições Federais do Ensino Superior para a Assistência Estudantil - um mapeamento de capacidades e instrumentos. **Resultados coleta 2016**, São Carlos, 2018. Disponível em: http://www.proae.ufu.br/sites/proae.ufu.br/files/media/arquivo/relatorio_final_pesquisa_perfil_institucional_fonaprace_coleta2016.pdf. Acesso em: 10 fev. 2025.

_____. **V Pesquisa do perfil Socioeconômico e cultural dos estudantes de graduação das instituições federais de educação superior, 2018**. Brasília, 2019. Disponível em: <<https://www.andifes.org.br/wp-content/uploads/2019/05/V-Pesquisa-Nacional-de-Perfil-Socio-economico-e-Cultural-dos-as-Graduandos-as-das-IFES-2018.pdf>>. Acesso em: 10 fev. 2025.

FONAPRACE. **Revista Comemorativa 25 Anos: histórias, memórias e múltiplos olhares**. Uberlândia: Fonaprace, 2012. Disponível em: <http://www.proae.ufu.br/sites/proae.ufu.br/files/media/arquivo/revista_fonaprace_25_anos.pdf>. Acesso em: 07 nov. 2025.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria. **Educação básica no Brasil na década de 1990: subordinação ativa e consentida à lógica do mercado**. Educ. Soc., Campinas, 2003.

GALVÃO, Franklin Medeiros. **Fatores que influenciam na eficiência acadêmica: modelo relacional e estudo de caso no IFPB, Campus Itaporanga**. Dissertação de mestrado em Engenharia de Produção, UFRN, 2024, 107P. Disponível em <<https://repositorio.ufrn.br/server/api/core/bitstreams/91628746-37a4-485b-b7bb-80dbfc965bb3/content>>. Acesso em 28 de julho de 2025.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Editora Atlas, 2008.

GIORGI, Maria Cristina; ALMEIDA, Fabio Sampaio de. **Ensino profissional no Brasil: diálogos com a Ditadura Militar**, OPSIS, Catalão-GO, 2014.

GOMES, Luiz Claudio Gonçalves. **Escola de Aprendizes de Artífices de Campos: história e imagens**. Essentia Editora, Campos dos Goytacazes - RJ, 2017.

GONSALVES, Elisa Pereira. **Iniciação à pesquisa científica**. Campinas: Alínea, 2001.

GROSSO, Iasmim Queiroz; OLIVEIRA, José André Wanderley Dantas de. Orçamento público e assistência estudantil universitária em tempos de austeridade: desafios e alternativas. **Revista Ibero Americana de Estudos em Educação**, Araraquara, 2025.

GUEDELHO, Clefra Vieira. **Avaliação em Profundidade da Política de Assistência Estudantil do Instituto Federal do Piauí**. 2017. 171f. Dissertação (Mestrado em Avaliação em Políticas Públicas) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2017.

IAMAMOTO, Marilda Villela. Serviço Social na cena contemporânea. In: _____. **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

_____. **Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**. São Paulo: Cortez, 2010.

IMPERATORI, Thaís Kristosch. A trajetória da assistência estudantil na educação superior brasileira. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 129, 2017, p. 285-303. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ssoc/a/dRhv5KmwLcXjJf6H6qB7FsP/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em 10 abr. 2025.

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba. (IFPB). **Estatuto do IFPB**, Editora IFPB, João Pessoa, 2015. Disponível em <<https://www.ifpb.edu.br/transparencia/documentos-institucionais>>. Acesso em: 20 ago. 2024.

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba. (IFPB). **Resolução CS nº 16, de 2 de agosto de 2018**. Dispõe sobre a convalidação da Resolução-AR nº 25, de 21/06/2018 que aprova a reformulação da Política de Assistência Estudantil do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba. IFPB, 2018. Disponível em <<https://www.ifpb.edu.br/prae/defe/principais-normas-e-legislacoes/politica-de-assistencia-estudantil-do-ifpb.pdf/view#:~:text=Disp%C3%B5e%20sobre%20a%20convalida%C3%A7%C3%A3o%20da,Ci%C3%Aancia%20e%20Tecnologia%20da%20Para%C3%ADba.>>. Acesso em: 10 mar. 2024.

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba. (IFPB). **Regimento Geral do IFPB**, Editora IFPB, João Pessoa, 2018. Disponível em <<https://www.ifpb.edu.br/transparencia/documentos-institucionais>>. Acesso em: 20 ago. 2024.

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba. (IFPB). **Plano de Desenvolvimento Institucional IFPB 2020-2024**. João Pessoa, 2021. Disponível em <https://www.ifpb.edu.br/transparencia/documentos-institucionais/documentos/pdi_ifpb_2020-2024.pdf/view>. Acesso em: 23 mar. 2025.

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba. (IFPB). **Guia de Cursos IFPB 2025**. João Pessoa, 2025. Disponível em <<https://www.ifpb.edu.br/pre/assuntos/guia-de-cursos/guia-de-cursos.pdf/view>>. Acesso em: 23 set. 2025.

KAPLÚN, Gabriel. Material Educativo: a experiência do aprendizado. **Comunicação e Educação, Comunicação & Educação**: São Paulo, 2003. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/comueduc/article/view/37491>>. Acesso em 11 ago. 2023.

KOWALSKI, Aline Viero. **Os (des)caminhos da política de assistência estudantil e o desafio na garantia de direitos**. 180 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos da metodologia científica**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MARTINS, Eliana Bolorino Canteiro. O rebatimento das expressões da questão social no cotidiano escolar e a contribuição do Serviço Social. In: DAVID, CM., et al., orgs. **Desafios contemporâneos da educação**. São Paulo: UNESP - Cultura Acadêmica, 2015. Disponível em: <<https://books.scielo.org/id/zt9xy/pdf/david-9788579836220-12.pdf>>. Acesso em 13 jun. 2023.

MÉSZAROS, István. **A Educação para Além do Capital**. São Paulo: Boitempo, 2008. Disponível em: <<http://piape.prograd.ufsc.br/files/2020/07/Istv%C3%A1n-M%C3%A9sz%C3%A1ros-A-educac%C3%A7%C3%A3o-para-al%C3%A9m-do-capital.pdf>>. Acesso em 11 jun. 2023.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 21. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2002.

Ministério da Educação (MEC). **Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica**. Ministério da Educação, 2024. Disponível em: <<https://www.gov.br/mec/pt-br/areas-de-atuacao/ept/rede-federal#:~:text=Em%202024%2C%20j%C3%A1%20existem%20685,e%20ao%20Col%C3%A9gio%20Pedro%20II>>. Acesso em: 7 jul. 2024.

MONTEIRO, Simone Rocha da Rocha Pires. **O marco conceitual da vulnerabilidade social**. Pelotas: Sociedade Em Debate, 2011. Disponível em: <<https://revistas.ucpel.edu.br/rsd/article/view/695/619>>. Acesso em 10 jun. 2024.

MORAES, Michelle Rodrigues de. O Processo de Assistencialização Das Políticas Sociais e a Seguridade Social Brasileira. **Revista Temas & Matrizes**, 2010. <<https://e-revista.unioeste.br/index.php/temasematizes/article/view/4709/3635>>. Acesso em 01 nov. 2025.

MOREIRA, Marco Antônio; NARDI, Roberto. O mestrado profissional na área de Ensino de Ciências e Matemática: alguns esclarecimentos. **Revista Brasileira de Ensino de Ciência e Tecnologia**: 2009. Disponível em: <<https://periodicos.utfpr.edu.br/rbect/article/view/549>>. Acesso em: 10 ago. 2023.

MOURA, Dante Henrique. **Educação Básica e educação profissional e tecnológica: dualidade histórica e perspectivas de integração**. Holos, ano 23, vol. 2 – 2007.

NASCIMENTO, Clara Maria do; ARCOVERDE, Ana Cristina Brito. O serviço social na assistência estudantil: reflexões acerca da dimensão político-pedagógica da profissão. In: FÓRUM NACIONAL DE PRÓ-REITORES DE ASSUNTOS COMUNITÁRIOS E ESTUDANTIS – Fonaprace. **Revista Comemorativa 25 anos: histórias, memórias e múltiplos olhares**. Uberlândia: UFU-PROEX, 2012.

NETTO, José Paulo. **Cinco notas a propósito da “Questão Social”**. Brasília: Temporalis, 2001. Disponível em: <https://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/temporalis_n_3_questao_social-201804131245276705850.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2023.

NETO, Amâncio Cardoso dos Santos. Da Escola de Aprendizizes ao Instituto Federal de Sergipe: 1909 – 2009. **Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica**, Brasília: MEC, SETEC, 2015. Disponível em: <https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/RBEPT/article/view/2940/pdf_1>. Acesso em: 11 fev. 2025.

NUNES, Jamile Mesquita. MAGALHÃES JÚNIOR, Antônio Germano. Análise da Implementação da Política de Assistência Estudantil em Tempos de Pandemia: estudo de caso no IFCE campus Acopiara. **Inovação & Tecnologia Social**, 2024. Disponível em: <<https://revistas.uece.br/index.php/inovacaotecnologiasocial/article/view/15185/13270>>. Aceso em: 02 nov. 2025.

OLIVEIRA, Aparecida Carneiro; REIS, Lilian Perdigão Caixêta; RIBEIRO, Daniella Borges. Algumas Tendências da Política de Assistência Estudantil na Contemporaneidade. **Cadernos Cajuina**, 2023. Disponível em: <<https://v3.cadernoscajuina.pro.br/index.php/revista/article/view/109/157>>. Acesso em: 08 nov. 2025.

PASTORINI, Alejandra. **A categoria "questão social" em debate**. São Paulo: Cortez, 2004.

PLATAFORMA NILO PEÇANHA. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Disponível em: <<https://www.gov.br/mec/pt-br/pnp>>. Acesso em: 13 jun. 2023.

POBREZA, FOME E DESIGUALDADE SOCIAL: impactos na Educação do Brasil. Observatório de Educação, Ensino Médio e Gestão - Instituto Unibanco. Disponível em: <<https://observatoriodeeducacao.institutounibanco.org.br/em-debate/pobreza-fome-e-desigual>>

dade-social-impactos-na-educacao-do-brasil#Desigualdade%20Racial>. Acesso em: 11 jun. 2023.

RAMOS, Marise Nogueira. **Concepção do Ensino Médio Integrado**. Texto apresentado em seminário promovido pela Secretaria de Educação do Estado do Pará nos dias 08 e 09 de maio de 2008. Disponível em:

<https://homol.forumeja.org.br/wp-content/uploads/tainacan-items/1688/439501/concepcao_do_ensino_medio_integrado5.pdf>. Acesso em: 21 ago. 2023.

_____. **História e política da educação profissional**. Curitiba: Instituto Federal do Paraná, 2014.

_____; PORTO JÚNIOR, Manoel José. Os Institutos Federais e a defesa do ensino médio integrado: uma relação histórica. In: PACHECO, Eliezer; FIORUCCI, Rodolfo (org.). **15 anos dos Institutos Federais: história, política e desafios**. Foz do Iguaçu: ITAI, 2023.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

SANTOS, Guilherme da Silva dos; MARCHESAN, Maria Tereza Nunes. Educação Profissional e Tecnológica (EPT) no Brasil e seus docentes: trajetos e desafios. **Revista de Letras, Artes e Comunicação**, Blumenau, 2017.

SILVA, Lucas Melgaço da; CIASCA, Maria. História da educação profissional no brasil: do período colonial ao governo Michel Temer (1500-2018). **Educação Profissional e Tecnológica em Revista**, [S. l.], v. 5, n. 1, p. 73–101, 2021. Disponível em <<https://ojs.ifes.edu.br/index.php/ept/article/view/677/704>>. Acesso em: 7 jan. 2025.

SOARES, Priscila da Silva. **Assistência Estudantil no Instituto Federal do Acre: contribuições para uma identidade para além dos auxílios financeiros**. 2022. 109f. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica - ProfEPT) Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre, Rio Branco, AC, 2022.

_____; AMARAL, Cledir de Araújo. A assistência estudantil no processo educacional: possibilidades de atuação. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, 2022.

SOUZA, Ranyellen de; MACHADO, Aline Maria Batista. As expressões da “questão social” no âmbito escolar: contribuições do Serviço Social. Brasília: **SER Social**, 2022. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/SER_Social/article/view/37630>. Acesso em 12 jun. 2023.

Tribunal de Contas da União (TCU). **Lista de Alto Risco da Administração Pública Federal (2ª Edição)**. 2025. Disponível em: <https://sites.tcu.gov.br/listadealtorisco/assistencia_estudantil_nas_instituicoes_federais_de_ensino.html>. Acesso em: 21 dez. 2025.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4233509/mod_resource/content/0/Trivinos-Introducao-Pesquisa-em_Ciencias-Sociais.pdf>. Acesso em: 14 jun. 2024.

VIEIRA, Alboni Marisa Dudeque Pianovski; SOUZA JÚNIOR, Antônio de. A educação profissional no Brasil. **Revista Interações**, 2016.

ANEXOS

ANEXO I - PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E
TECNOLOGIA DA PARAÍBA -
IFPB



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: Percepção da Equipe Multidisciplinar em Educação Profissional e Tecnológica acerca da Política de Assistência Estudantil

Pesquisador: Maria Dayanne de Sousa Cabral

Área Temática:

Versão: 3

CAAE: 90326425.8.0000.5185

Instituição Proponente: INSTITUTO FEDERAL DE EDUCACAO, CIENCIA E TECNOLOGIA DA

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 7.882.970

Apresentação do Projeto:

Trata-se de uma pesquisa vinculada ao Profept- IFPB, que apresentará como resultado um Produto Educacional 2 a produção de um Minicurso sobre as Políticas de Assistência estudantil. Nas palavras do autor, o trabalho é uma: ... pesquisa de campo, cuja abordagem adotada será do tipo qualitativa, já que, segundo Minayo (2002) esse tipo de abordagem responde a questões muito particulares e se tratando das ciências sociais, se preocupa com um nível da realidade que não pode ser quantificado, [...] trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis" (MINAYO, 2002, p. 21-22).

Com relação à tipologia, a pesquisa será um estudo de caso que terá como locus o Instituto Federal da Paraíba, campus Itaporanga. A pesquisa será realizada através da realização de entrevista semiestruturada que terá como universo 08 profissionais que atuam no Instituto

Federal da Paraíba, campus Itaporanga, e que, pela natureza dos cargos e setores em que fazem parte, compõem a equipe multidisciplinar, cujas suas atribuições estão ligados à execução local da Política de Assistência Estudantil, quando se

Endereço: Avenida João da Mata, 256, Bloco PRPIPG, térreo

Bairro: Jaguaribe

CEP: 58.015-020

UF: PB

Município:

JOAO PESSOA

Telefone:

(83)3612-9725

Fax:

(83)99940-0685

E-:

eticaempesquisa@ifpb.edu.br

**INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E
TECNOLOGIA DA PARAÍBA -
IFPB**



Continuação do Parecer: 7.882.970

observa os programas e ações apresentados na Lei nº 14.914, de julho de 2024, que institui a Política Nacional de Assistência Estudantil-PNAES, são eles: 2 técnicos em assuntos educacionais, 1 pedagogo, 1 psicopedagoga, 1 bibliotecária, 1 médica, 1 enfermeira e 1 técnico em enfermagem.

A aplicação do instrumento de coleta de dados será realizada com todos os profissionais que compõem o universo de pesquisa. A presente pesquisa buscará analisar a percepção/compreensão da equipe multidisciplinar em educação sobre a Política de Assistência Estudantil, identificando os desafios e potencialidades para a sua implementação no IFPB Campus Itaporanga, bem como o seu reconhecimento enquanto profissional atuante na respectiva política, os principais desafios enfrentados e as potencialidades percebidas em sua implantação.

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Primário:

Analisar a percepção/compreensão da equipe multidisciplinar em Educação Profissional e Tecnológica acerca da Política de Assistência Estudantil, identificando os desafios e potencialidades para a sua implementação no IFPB Campus Itaporanga.

Objetivo Secundário:

- a) Identificar como a equipe multidisciplinar em educação do IFPB Campus Itaporanga compreende a Política de Assistência Estudantil e suas principais diretrizes.
- b) Investigar os principais desafios enfrentados pela equipe multidisciplinar na implementação da Política de Assistência Estudantil no campus.
- c) Analisar as potencialidades percebidas pela equipe multidisciplinar que podem contribuir para a melhoria da Política de Assistência Estudantil no IFPB Campus Itaporanga.
- d) Investigar de que forma a atuação da equipe multidisciplinar e o seu reconhecimento enquanto profissional atuante na Política de Assistência Estudantil contribuem para o fortalecimento e eficácia dessa política no campus.
- e) Elaborar produto educacional em formato de minicurso de formação sobre a Política de

Endereço: Avenida João da Mata, 256, Bloco PRPIG, térreo
Bairro Jaguaribe **CEP:** 58.015-020
UF: PB **Município** JOÃO PESSOA
Telefone (83)3612-9725 **Fax:** (83)99940-0685 **E-** eticaempesquisa@ifpb.edu.br

**INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E
TECNOLOGIA DA PARAÍBA -
IFPB**



Continuação do Parecer: 7.882.970

Assistência Estudantil-PAE direcionado à equipe multidisciplinar que atuam na PAE do campus Itaporanga

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Os possíveis riscos relacionados à participação na pesquisa dizem respeito a desconfortos e riscos mínimos previsíveis, destacando-se o constrangimento que, porventura, o participante possa sentir ao compartilhar informações pessoais ou que envolvam terceiros, cansaço, incômodo e desconforto por sentir-se despreparado para o trabalho ao responder a entrevista. Também se reconhece a possibilidade de vazamento das informações fornecidas, embora sejam adotadas medidas de segurança para evitar tal ocorrência.

PROTOCOLO DE MINIMIZAÇÃO DE RISCOS:

Para prevenir ou reduzir a ocorrência desses riscos, será adotado o seguinte protocolo de minimização de riscos:

- (a) realização das entrevistas em ambiente reservado, preservando a privacidade do participante;
- (b) condução respeitosa e clara das perguntas, garantindo ao participante a liberdade para não responder a qualquer questão que lhe cause desconforto;
- (c) observação atenta, por parte da pesquisadora, de sinais verbais e não verbais de incômodo, com possibilidade de interrupção imediata da entrevista, caso necessário;
- (d) utilização de codificação ou pseudonimização dos dados para evitar identificação direta;
- (e) armazenamento seguro dos arquivos digitais, protegidos por senha, criptografia e backup seguro, prevenindo vazamento de informações;

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Foram atendidas as solicitações do parecer anterior.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

- Folha de rosto: apresentada e assinada pelo Diretor Geral do Campus;
- Informações básicas: apresentada;
- Projeto detalhado: apresentado;
- Cronograma de execução: apresentado apenas nas Informações Básicas;

Endereço: Avenida João da Mata, 256, Bloco PRPIPG, térreo
Bairro Jaguaribe **CEP:** 58.015-020
UF: PB **Município** JOAO PESSOA
Telefone (83)3612-9725 **Fax:** (83)99940-0685 **E-** eticaempesquisa@ifpb.edu.br

**INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E
TECNOLOGIA DA PARAÍBA -
IFPB**



Continuação do Parecer: 7.882.970

- Orçamento: apresentado;
- Instrumento de coleta de dados: apresentado;
- TCLE: apresentado;
- Autorização do uso de voz: Incluído em um parágrafo no TCLE;
- Carta de anuência da chefia imediata de profissional da saúde: apresentada.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Após avaliação do parecer apresentado pelo relator, o Comitê de Ética em Pesquisa do IFPB analisou os aspectos éticos do protocolo, conforme preconiza a Resolução nº 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde, e deliberou pelo parecer de APROVADO para o referido projeto de pesquisa.

Recomenda-se ao pesquisador responsável que observe as seguintes orientações:

1. O participante tem o direito de desistir da pesquisa a qualquer momento, sem prejuízos (Res. CNS 510/2016 - art. 9º, item II).
2. A pesquisa deve ser conduzida conforme o delineamento aprovado, sendo a descontinuidade permitida apenas com análise prévia do CEP, salvo em caso de risco iminente ao participante.
3. O Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, quando escrito, deve ser elaborado em duas vias, rubricadas em todas as páginas e assinadas ao final pelo participante ou representante legal e pelo pesquisador responsável ou pessoa delegada. Ambas as vias devem conter os contatos do pesquisador e do CEP (e da CONEP, se pertinente), sendo uma via entregue ao participante.
4. O CEP deve ser informado sobre qualquer evento adverso ou fato relevante durante o estudo.
5. Alterações ou emendas devem ser encaminhadas ao CEP com justificativas e identificação clara das mudanças.
6. O relatório final deve ser apresentado ao CEP até a data estabelecida, conforme cronograma (outubro/2025).

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Endereço: Avenida João da Mata, 256, Bloco PRPIPG, térreo			
Bairro: Jaguaribe		CEP: 58.015-020	
UF: PB	Município: JOÃO PESSOA		
Telefone: (83)3612-9725	Fax: (83)99940-0685	E-:	eticaempesquisa@ifpb.edu.br

**INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E
TECNOLOGIA DA PARAÍBA -
IFPB**



Continuação do Parecer: 7.882.970

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DÓ_PROJETO_2572179.pdf	16/09/2025 22:15:43		Aceito
Outros	CARTA_RESPOSTA_2.pdf	16/09/2025 22:08:43	Maria Dayanne de Sousa Cabral	Aceito
Outros	CARTA_DE_ANUENCIA_DÓ_PROFISSIONAL.pdf	16/09/2025 21:42:11	Maria Dayanne de Sousa Cabral	Aceito
Outros	CARTA_DE_ANUENCIA_CHEFIA_IMEDIATA.pdf	16/09/2025 21:37:36	Maria Dayanne de Sousa Cabral	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	PROJETO_REVISADO_2.pdf	16/09/2025 21:35:00	Maria Dayanne de Sousa Cabral	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_REVISADO_2.pdf	16/09/2025 21:33:02	Maria Dayanne de Sousa Cabral	Aceito
Outros	Carta_Resposta.pdf	19/08/2025 17:05:48	Maria Dayanne de Sousa Cabral	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_REVISADO.pdf	19/08/2025 17:04:46	Maria Dayanne de Sousa Cabral	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	PROJETO_REVISADO.pdf	19/08/2025 17:01:51	Maria Dayanne de Sousa Cabral	Aceito
Outros	TERMO.pdf	01/07/2025 00:14:49	Maria Dayanne de Sousa Cabral	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE.pdf	01/07/2025 00:10:12	Maria Dayanne de Sousa Cabral	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	PROJETO.pdf	01/07/2025 00:09:44	Maria Dayanne de Sousa Cabral	Aceito
Folha de Rosto	folhaDeRosto_assinado_assinado.pdf	28/06/2025 00:44:53	Maria Dayanne de Sousa Cabral	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Endereço: Avenida João da Mata, 256, Bloco PRPIPG, térreo
Bairro: Jaguaribe **CEP:** 58.015-020

UF: PB **Município:** JOAO PESSOA

Telefone: (83)3612-9725 **Fax:** (83)99940-0685 **E-:** eticaempesquisa@ifpb.edu.br

INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E
TECNOLOGIA DA PARAÍBA -
IFPB



Continuação do Parecer: 7.882.970

Não

JOAO PESSOA, 06 de Outubro de 2025

Assinado por:
LEANDRO JOSE MEDEIROS AMORIM SANTOS
(Coordenador(a))

Endereço: Avenida João da Mata, 256, Bloco PRPIPG, térreo
Bairro Jaguaribe **CEP:** 58.015-020
UF: PB **Município** JOAO PESSOA
Telefone (83)3612-9725 **Fax:** (83)99940-0685 **E-** eticaempesquisa@ifpb.edu.br

APÊNDICES

APÊNDICE I – ROTEIRO DE ENTREVISTA SOBRE A PERCEPÇÃO DA EQUIPE MULTIDISCIPLINAR ACERCA DA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL

Esta entrevista faz parte de uma pesquisa desenvolvida no âmbito do Mestrado em Educação Profissional do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba – IFPB.

Asseguramos, desde já, o anonimato dos participantes. Sua participação é muito importante. Obrigada pela colaboração.

Código de identificação: _____ Idade: _____ Sexo: _____

Bloco 1 – Perfil profissional e institucional

1.1 Qual seu grau de escolaridade?

(☐) Graduação (☐) Especialista (☐) Mestrado (☐) Doutorado

1.2 Há quanto tempo você atua no IFPB Campus Itaporanga?

Bloco 2 – Compreensão da Política de Assistência Estudantil

2.1 Você conhece a Política Nacional de Assistência Estudantil - PNAES? E a Política de Assistência Estudantil do IFPB?

2.2 Na sua opinião, qual a compreensão geral que se tem pela comunidade acadêmica (equipe técnica, docentes, estudantes e pais) do campus sobre a assistência estudantil?

2.3 E, você, como compreende a Política de Assistência Estudantil no contexto do IFPB? Na sua opinião, quais são os principais objetivos e diretrizes dessa política?

2.4 Você considera que a PAE é bem compreendida no campus por todos os profissionais envolvidos? Por quê?

Bloco 3 - Reconhecimento profissional e fortalecimento da PAE

3.1 Você considera que o trabalho que você desenvolve faz parte da assistência estudantil? Porque?

3.2 Quais são as atividades que você desenvolve e considera estar relacionadas à Assistência Estudantil?

3.3 Como você avalia a participação da equipe multidisciplinar na implementação da Política de Assistência Estudantil?

3.4 Como você vê o trabalho multidisciplinar no campus? Existem estratégias institucionais que fomentem a integração entre a equipe multidisciplinar?

Bloco 4 - Desafios na implementação da PAE

4.1 Quais são os principais desafios enfrentados por você e/ou por sua equipe na execução das ações da Assistência Estudantil?

4.2 Há limitações estruturais, administrativas, financeiras, de quadro funcional ou de gestão que impactam sua atuação? Quais?

4.3 Você considera que a Política de Assistência Estudantil está alinhada com as necessidades dos estudantes atendidos no campus Itaporanga? Por quê?

Bloco 5 - Potencialidades percebidas

5.1 Que estratégias ou ações desenvolvidas pela equipe têm se mostrado mais eficazes para a permanência dos estudantes?

5.2 Quais aspectos da atuação da equipe multidisciplinar você considera como potencialidades que fortalecem a Política de Assistência Estudantil?

5.3 Há experiências positivas ou práticas exitosas que você gostaria de destacar?

5.4 Que mudanças ou melhorias institucionais você sugeriria para o fortalecimento da política no campus e da atuação multidisciplinar?

Bloco 6 - Formação e sugestões para o produto educacional

6.1 Você já participou de alguma formação institucional sobre a Política de Assistência Estudantil? Como foi essa experiência?

6.2 Na sua opinião, quais conteúdos e temas são importantes para compor um minicurso formativo voltado à equipe multidisciplinar sobre a PAE?

6.3 Que sugestões você daria para uma formação que contribua com a qualificação do trabalho da equipe na execução da política?

APÊNDICE II – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO - TCLE

Você está sendo convidado(a) a participar da pesquisa intitulada ***“Percepção da Equipe Multidisciplinar em Educação Profissional e Tecnológica acerca da Política de Assistência Estudantil”***, tendo como pesquisadora responsável a mestrande Maria Dayanne de Sousa Cabral, estudante do Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT) e também assistente social do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Campus Itaporanga, orientada pelo Dr. Italan Carneiro Bezerra, professor do Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica.

O **objetivo geral** deste estudo consiste em analisar a percepção/compreensão da equipe multidisciplinar em educação sobre a Política de Assistência Estudantil, identificando os desafios e potencialidades para a sua implementação no IFPB Campus Itaporanga, bem como o seu reconhecimento enquanto profissional atuante na respectiva política, os principais desafios enfrentados e as potencialidades percebidas em sua efetivação.

Sua participação nesta pesquisa consistirá em responder perguntas a serem realizadas sob a técnica de **entrevista individual com instrumento semiestruturado**. A entrevista será realizada de forma presencial no próprio local de trabalho do participante, em ambiente apropriado de modo que resguarde o sigilo das informações e em momento previamente agendado com o participante, não acionando, portanto, despesas com locomoção. O tempo de realização está estimado em 1(uma) hora de duração, podendo ser prorrogado conforme o desenvolvimento da fala do/a entrevistado/a.

A entrevista será gravada em áudio e posteriormente transcrita, para garantir maior fidelidade a sua fala, mediante sua autorização através da assinatura do **TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA USO DE VOZ**. As transcrições serão armazenadas, em arquivos digitais, mas somente terão acesso a pesquisadora responsável e seu orientador. Ao final da pesquisa, todo material será mantido em arquivo, por pelo menos 05 (cinco) anos, conforme Resolução do Conselho Nacional em Saúde - CNS 510/2016.

Asseguramos o atendimento a todos os seus **direitos como participante** da pesquisa, de acordo com o que se estabelece na Resolução Nº 510/2016, tais como: 1) Receber as informações sobre a pesquisa de forma clara; 2) Ter oportunidade de esclarecer suas dúvidas; 3) Ter o tempo que for necessário para a tomada de uma decisão autônoma; 4) Ter liberdade de recusa em participar da pesquisa; 5) Ter liberdade de retirar o seu consentimento e desistir a qualquer momento de participar da pesquisa, sem qualquer prejuízo; 6) Receber assistência (integral e imediata) de forma gratuita por qualquer tipo de dano que vier a sofrer, resultante

de sua participação na pesquisa e acompanhamento pós-estudo; 7) Ser indenizado por danos decorrente da pesquisa; 8) Receber o ressarcimento das despesas diretamente decorrentes de sua participação na pesquisa; 9) Ter assegurado o anonimato, o sigilo na participação e a confidencialidade das informações pessoais, inclusive do uso de sua voz; 10) Ter sua privacidade respeitada; 11) Receber uma via do TCLE/TALE (assinada e rubricada pelo participante da pesquisa e pelo pesquisador); 12) Ter garantia da não utilização, por parte do pesquisador, das informações obtidas em pesquisa em prejuízo dos seus participantes; 13) Ter acesso à devolutiva dos resultados da pesquisa.

Esclarecemos ainda que **sua participação é voluntária** e a recusa em participar não acarretará qualquer penalidade. Você será esclarecida sobre a pesquisa em qualquer aspecto que desejar. Você é livre para recusar-se a participar ou retirar sua participação a qualquer momento. **Será garantido sigilo total de todos os dados de identificação frente a qualquer publicação ou informativo da pesquisa.**

A Resolução 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde considera que a ética em pesquisa implica o respeito pela dignidade humana e a proteção devida aos participantes das pesquisas científicas envolvendo seres humanos. Considerando o perfil dos participantes desta pesquisa, reconhece-se que, embora os **riscos sejam mínimos**, podem ocorrer situações como: constrangimento ao responder a perguntas de cunho pessoal ou relacionadas a terceiros; sensação de desconforto ou cansaço durante a entrevista; sentimento de despreparo para responder a determinados questionamentos; e possibilidade de vazamento das informações fornecidas.

Para prevenir ou reduzir a ocorrência desses riscos, será adotado o seguinte **protocolo de minimização de riscos**: (a) realização das entrevistas em ambiente reservado, preservando a privacidade do participante; (b) condução respeitosa e clara das perguntas, garantindo ao participante a liberdade para não responder a qualquer questão que lhe cause desconforto; (c) observação atenta, por parte da pesquisadora, de sinais verbais e não verbais de incômodo, com possibilidade de interrupção imediata da entrevista, caso necessário; (d) utilização de codificação ou pseudonimização dos dados para evitar identificação direta; (e) armazenamento seguro dos arquivos digitais, protegidos por senha e criptografia, prevenindo vazamento de informações; e (f) oferta de assistência ao participante através de suporte de profissional de saúde que será acionado, sob responsabilidade da pesquisadora, se for necessário.

Se você se sentir desconfortável e/ou sentir-se prejudicado(a) em participar da pesquisa **poderá interromper o processo a qualquer momento.**

Os resultados estarão à sua disposição quando finalizada a pesquisa, uma vez que, conforme preconiza a Resolução 510/2016 CNS, ter uma devolutiva sobre os resultados da pesquisa é um de seus direitos enquanto participante, portanto, os participantes receberão a devolutiva dos resultados da pesquisa através de relatório construído em linguagem acessível contendo as conclusões, resultados e dados obtidos, que será encaminhado de maneira individual a cada um dos participantes por meio de correio eletrônico (e-mail).

Solicitamos a sua permissão para apresentar resultados deste estudo em eventos científicos e publicar em revistas científicas, livros, dissertação e tese, de modo a colocar as análises da pesquisa à disposição da sociedade. Por ocasião da publicação dos resultados, sua identificação e dos(as) demais participantes será mantida em sigilo.

Ao participar da pesquisa, além de contribuir para o trabalho de dissertação da pesquisadora responsável, estará contribuindo também para fomentar o debate tão necessário acerca da política de assistência estudantil no IFPB, campus Itaporanga.

Diante do exposto, **declaro que fui devidamente esclarecido(a) e dou o meu consentimento para participação da pesquisa e para publicação dos resultados.** Foi-me garantido que posso retirar o consentimento a qualquer momento, sem que isso me leve a qualquer penalidade. Estou ciente que receberei uma via deste documento.

Itaporanga, ____ de _____ de 2025.

Assinatura do participante da pesquisa

Assinatura do pesquisador responsável

Se houver qualquer dúvida sobre o estudo, você poderá receber esclarecimentos com a pesquisadora responsável ou seu orientador:

Maria Dayanne de Sousa Cabral (pesquisadora responsável)

Telefone: (83) 99869-3275 E-mail: dayanne.cabral@ifpb.edu.br

Itan Carneiro Bezerra (orientador)

E-mail: italan.bezerra@ifpb.edu.br

Esta pesquisa foi analisada e aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa do IFPB (CEPIFPB), o qual tem o objetivo de garantir a proteção dos participantes de pesquisas submetidas a este Comitê. Portanto, se desejar maiores esclarecimentos sobre seus direitos como participante da pesquisa, ou ainda formular alguma reclamação ou denúncia sobre procedimentos inadequados dos pesquisadores, pode entrar em contato com o CEP-IFPB. Comitê de Ética em Pesquisa do IFPB 58.015-020

CONTATO DO COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA (CEP) DO IFPB

Outras dúvidas, entre em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) do IFPB
Endereço: João da Mota, 256 - Jaguaribe - João Pessoa - PB Telefone: (83) 3612-9725
Email: eticaempesquisa@ifpb.edu.br

Obs.: O sujeito da pesquisa e o pesquisador responsável deverão rubricar todas as folhas do TCLE apondo suas assinaturas na última página do referido Termo.

APÊNDICE III – ROTEIRO DE QUESTIONÁRIO DE AVALIAÇÃO DE PE: “MEU LUGAR NA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL”

Caro participante,

Este questionário tem como objetivo avaliar a proposta de formação "Meu Lugar na Assistência Estudantil: formação sobre a Assistência Estudantil na EPT para profissionais da equipe multidisciplinar". Sua opinião é essencial para aprimorar futuras edições. As respostas são anônimas.

Instruções:

Para responder a este questionário, leia cada afirmação e escolha o número que melhor reflete seu nível de concordância, usando uma escala de 1 (discordo totalmente) a 5 (concordo totalmente).

1. Discordo totalmente
2. Discordo
3. Neutro
4. Concordo
5. Concordo totalmente

1. A proposta de formação está adequada para o público-alvo.

1	2	3	4	5
()	()	()	()	()

2. A formação apresentou de forma clara e objetiva os temas envolvidos.

1	2	3	4	5
()	()	()	()	()

3. O formato utilizado foi adequado.

1	2	3	4	5
()	()	()	()	()

4. O conteúdo da formação foi relevante para o meu espaço de trabalho.

1	2	3	4	5
()	()	()	()	()

5. O produto educacional (PE) contribuiu para o desenvolvimento de novos conhecimentos.

1	2	3	4	5
()	()	()	()	()

6. A proposta de formação trouxe contribuições para a minha atuação profissional.

1	2	3	4	5
()	()	()	()	()

7. O tempo destinado para a efetivação do Produto Educacional (PE) foi suficiente para a aprendizagem proposta.

1	2	3	4	5
()	()	()	()	()

8. A proposta de formação proporcionou momentos de reflexão e análise crítica.

1	2	3	4	5
()	()	()	()	()

9. Considero que a proposta de formação atendeu às minhas expectativas de aprendizagem.

1	2	3	4	5
()	()	()	()	()

Comentários ou sugestões de melhoria:
